



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016

**Boa Vista-RR
2017**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016

Relatório de Gestão do Exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Instrução Normativa TCU n.º 72/2013, da Portaria CGU n.º 522/2015, da Decisão Normativa TCU n.º 154/2016 e da Portaria TCU n.º 59/2017, e com as orientações do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Coordenação de Elaboração:
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

**Boa Vista-RR
2017**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

MEMBROS

MEMBROS NATOS DO CONSELHO SUPERIOR

Edvaldo Pereira da Silva

Ademar de Araújo Filho

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE

Heila Antônia das Neves Rodrigues – Titular

Adelson Alves de Lima Junior - Titular

Jonierison Alves Pontis – Suplente

Hudson do Vale de Oliveira – Suplente

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Jadinéa Leandro Leite – Titular

Adailton Paulo Bastos Dos Reis Junior – Titular

Kelson Gomes De Carvalho – Suplente

REPRESENTANTES DOS DISCENTES

Amanda Furtado Torres – Titular

Wanderlei Vieira Santos – Titular

Oreb Prado Lima – Suplente

Wanderson Gomes Tomaz – Suplente

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Maria Lucimar de Sales Gomes – Titular

Carleide Schramm Silva – Suplente

REPRESENTANTES DA ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA

José Gleidson Gondim – Titular

Luiz dos Santos Almeida Junior – Suplente

REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA (Fier)

Jamili Rafaella Vasconcelos – Titular

Gardênia Cavalcante Figueira – Suplente

REPRESENTANTES DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

Eliezer Nunes da Silva – Titular

Sandra Grützmacher – Titular

Maria Aparecida Alves de Medeiros – Suplente

Diogo Saul Silva Santos – Suplente

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITOR

Sandra Mara de Paula Dias Botelho (desde 18/10/2016)

Ademar de Araújo Filho (até 17/10/2016)

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Sandra Grützmacher (desde 29/11/2016)

Ivone Mary Medeiros de Souza (até 28/11/2016)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Fabiana Leticia Sbaraini (desde 10/10/2016)

Jaci Lima da Silva (até 9/10/2016)

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis (desde 1/12/2016)

Edvaldo Pereira da Silva (até 31/11/2016)

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes (desde 2/11/2016)

Maria do Perpétuo Socorro Pereira Silva (até 1/11/2016)

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos (desde 2/12/2016)

Carlos Roberto Cabral de Lima (até 1/12/2016)

DIRETORES-GERAIS DE *CAMPI*

CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez (desde 15/9/2016)

Milton José Piovesan (até 14/9/2016)

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Maria Aparecida Alves de Medeiros

CAMPUS NOVO PARAISO

Eliezer Nunes Silva

CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM

Arnóbio Gustavo de Magalhães

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
AGU – Advocacia-Geral da União
API – Assessoria de Políticas Inclusivas
Arinter – Assessoria de Relações Internacionais
Asmof – Assessoria de Mobilidade e Frota
Audi TI – Auditoria de Tecnologia da Informação
Audin – Auditoria Interna
CAB – *Campus* Avançado do Bonfim
Caes – Coordenação de Assistência Estudantil
CAM – *Campus* Amajari
CAP – Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBV – *Campus* Boa Vista
CBVZO – *Campus* Boa Vista Zona Oeste
CCAD – Coordenação de Cadastro
CDS – Coordenação de Desenvolvimento do Servidor
CEDC – Coordenação de Editoração e Divulgação Científica
CEP – Código de Endereçamento Postal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CNP – *Campus* Novo Paraíso
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codex – Coordenação de Extensão
Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Connepi – Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação
Consup – Conselho Superior do IFRR
Cores – Coordenação de Registros Acadêmicos
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPGF - Cartão de pagamento do Governo Federal
CQVSS – Coordenação de Qualidade de Vida e Segurança Social
Dade - Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular
DAP – Departamento de Administração e Planejamento
Daplan – Diretoria de Administração e Planejamento
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DEA – Diretoria de Extensão e Articulação
DEN – Departamento de Ensino
Deorc – Departamento de Orçamento
Dera – Departamento de Registros Acadêmicos
Detec – Departamento Técnico
Deteo – Departamento Técnico de Engenharia e Obras
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
Dipead – Diretoria de Políticas da Educação a Distância
Dipesp – Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
DIPET – Diretoria de Políticas de Ensino Técnico
DIPGrad – Diretoria de Políticas de Graduação
Dirad – Diretoria de Administração

Diren – Diretoria de Ensino
Direx – Diretoria de Extensão
DOU – Diário Oficial da União
DPAE – Departamento de Políticas de Assistência Estudantil
DPDI – Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior
e-OUV – Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ETEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC – Formação Inicial e Continuada
Fiex – Fórum Interno de Extensão
FigeP – Fórum Interno de Gestão de Pessoas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Forint – Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR
Ibraop – Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas
IF – Instituto Federal
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IN – Instrução Normativa
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inova – Programa Institucional de Projetos de Práticas Pedagógicas
Jifens – Jogos dos Institutos Federais – Etapa Norte
JIFs – Jogos Regionais dos Institutos Federais
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
Monitoria – Programa Institucional de Bolsa de Monitoria
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NBCasp – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NDE – Núcleo de Desenvolvimento Estruturante
Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
Nepeagro – Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão em Agroecologia
NI – Núcleo de Inclusão
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
Paav – Plano Anual de Aquisição de Veículos
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores
PAT – Plano Anual de Trabalho
PBaex – Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
Peti – Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação
PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
PI – Procurador Educacional Institucional
Pibict – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
Pipad – Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEEs – Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
Posic – Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
Proad – Pró-Reitoria de Administração
Prodin – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Prioen – Pró-Reitoria de Ensino
Proex – Pró-Reitoria de Extensão
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Propesq – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
PTres – Programa de Trabalho Resumido
Raint – Relatório Anual de Auditoria Interna
RG – Regimento Geral
RP – Restos a Pagar
RR – Roraima
Secad – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sest – Serviço Social do Transporte
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGB – Sistema de Gerenciamento de Bolsas
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira
Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Sistema de Informação de Custo
Siconv – Sistema de Convênios do Governo Federal
Simec – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sisg – Sistema de Serviços Gerais
Sispes – Sistema do Projeto Esplanada Sustentável
Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Superintendência do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suap – Sistema Unificado de Administração Pública
TAE – Técnicos Administrativos em Educação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação

UAB – Universidade Aberta do Brasil
Uasg – Unidade Administrativa de Serviços Gerais
Uerr – Universidade Estadual de Roraima
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UG – Unidade Gestora
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DO IFRR.....	27
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA.....	36
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO.....	38
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> AMAJARI.....	39
FIGURA 5 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA ZONA OESTE.....	41
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO DO BONFIM.....	42
FIGURA 7 – QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS POR E-MAIL.....	194
FIGURA 8 – QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS PELO E-OUV.....	195

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EIXOS TECNOLÓGICOS DO IFRR	24
QUADRO 2 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA	25
QUADRO 3 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA ZONA OESTE	25
QUADRO 4 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> AMAJARI	26
QUADRO 5 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO DO BONFIM	26
QUADRO 6 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO.....	26
QUADRO 7 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	44
QUADRO 8 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DO ENSINO	45
QUADRO 9 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA PESQUISA, DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	46
QUADRO 10 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA EXTENSÃO	47
QUADRO 11 – INDICADORES DO ENSINO.....	55
QUADRO 12 – INDICADORES DA EAD.....	56
QUADRO 13 – INDICADORES DA EXTENSÃO	57
QUADRO 14 – INDICADORES DA PESQUISA, DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	58
QUADRO 15 - INDICADOR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	60
QUADRO 16 – INDICADOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	61
QUADRO 17 – INDICADORES DE DEMANDAS DAS PESSOAS COM PNEES	62
QUADRO 18 – INDICADORES DA DIMENSÃO, DA EFICIÊNCIA E DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	63
QUADRO 19 - INDICADOR DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA	64
QUADRO 20 – INDICADOR DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS.....	64
QUADRO 21 – INDICADORES DA GESTÃO DE PESSOAS	65
QUADRO 22 – INDICADORES DAS OBRAS	66
QUADRO 23 – INDICADORES DE TI.....	67
QUADRO 24 – INDICADORES DA ADMINISTRAÇÃO	68
QUADRO 25 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 01	71
QUADRO 26 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 02.....	72
QUADRO 27 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 03.....	72
QUADRO 28 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 04.....	73
QUADRO 29 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 05.....	73
QUADRO 30 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 06.....	74
QUADRO 31 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 07.....	75
QUADRO 32 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR – OFSS.....	75
QUADRO 33 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 20RG	76
QUADRO 34 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 20RG	76
QUADRO 35 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	86
QUADRO 36 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	87
QUADRO 37 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	88
QUADRO 38 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS.....	88
QUADRO 39 – RECEITAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2016.....	90
QUADRO 40 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158152.....	92
QUADRO 41 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158152.....	93
QUADRO 42 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158350.....	94
QUADRO 43 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158351	95
QUADRO 44 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158510.....	96
QUADRO 45 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158352.....	97
QUADRO 46 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	98
QUADRO 47 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158152	99
QUADRO 48 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158350.....	100

QUADRO 49 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158351	100
QUADRO 50 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158510	101
QUADRO 51 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158352.....	101
QUADRO 52 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	105
QUADRO 53 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	105
QUADRO 54 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	105
QUADRO 55 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFRR.....	107
QUADRO 56 – DADOS PARA CÁLCULO DO PERCENTUAL DE VAGAS EQUIVALENTES EM CURSOS TÉCNICOS	111
QUADRO 57 - DADOS PARA CÁLCULO DO PERCENTUAL DE VAGAS EQUIVALENTES EM CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, INCLUSIVE LICENCIATURA	111
QUADRO 58 – GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS DOCENTES COM A EXTENSÃO	112
QUADRO 59 – GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES COM A EXTENSÃO.....	113
QUADRO 60 – GRAU DE CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO.....	113
QUADRO 61 – TAXA DE CRESCIMENTO DE BOLSAS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES	114
QUADRO 62 – PÚBLICO PARTICIPANTE NAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO IF COMUNIDADE EM 2016.....	114
QUADRO 63 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS CURSOS FIC.....	116
QUADRO 64 - ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	116
QUADRO 65 – INDICADOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	118
QUADRO 66 - INDICADOR DE PROJETOS E PRODUÇÃO EM 2016	119
QUADRO 67 - INDICADOR DE PRODUÇÃO – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS 2013-2016.	119
QUADRO 68 - NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISA CADASTRADOS NA INSTITUIÇÃO (NPP) ENTRE OS ANOS 2013-2016.....	122
QUADRO 69 – INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS DO IFRR.....	123
QUADRO 70 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS DO IFRR.....	123
QUADRO 71 – INDICADORES INSTITUCIONAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	126
QUADRO 72 – INDICADORES DA DIMENSÃO TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	127
QUADRO 73 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.....	136
QUADRO 74 – DADOS PARA CÁLCULO DO INDICADOR CANDIDATO/VAGA IFRR, POR <i>CAMPUS</i>	137
QUADRO 75 – DADOS PARA CÁLCULO DO INDICADOR INGRESSO/ALUNO POR <i>CAMPUS</i>	138
QUADRO 76 – DADOS PARA CÁLCULO DE INDICADOR CONCLUINTE/ALUNO.....	138
QUADRO 77 – DADOS PARA CÁLCULO DE INDICADOR EFICIÊNCIA ACADÊMICA POR <i>CAMPUS</i>	139
QUADRO 78 – DADOS PARA CÁLCULO DE INDICADOR RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR POR <i>CAMPUS</i>	140
QUADRO 79 – RELAÇÃO DE ALUNO POR DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL (ALUNO-EQUIVALENTE)	140
QUADRO 80 – INFORMAÇÕES DO GASTO CORRENTE POR ALUNO	141
QUADRO 81 – INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO GASTO COM PESSOAL	142
QUADRO 82 – INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS.....	142
QUADRO 83 – INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO GASTO COM INVESTIMENTOS.....	143
QUADRO 84 – NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS POR RENDA PER CAPITA FAMILIAR	143
QUADRO 85 – ORÇAMENTO PLANEJADO CONFORME O PROGRAMA 2031 – AÇÃO 2994 – ASSISTÊNCIA AO ALUNO.....	145
QUADRO 86 – ORÇAMENTO EXECUTADO CONFORME O PROGRAMA 2031 – AÇÃO 2994 – ASSISTÊNCIA AO ALUNO.....	145
QUADRO 87 – NÚMEROS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO IFRR POR <i>CAMPUS</i>	147
QUADRO 88 – MEMÓRIA DE CÁLCULO 2016	147
QUADRO 89 – DADOS PARA CÁLCULO DO INDICADOR TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE EFETIVO/2016	147
QUADRO 90 - DADOS PARA CÁLCULO DO INDICADOR TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE SUBSTITUTO 2016.....	148
QUADRO 91 – FORÇA DE TRABALHO DO IFRR EM 2016.....	167
QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	168
QUADRO 93 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC	168
QUADRO 94 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	169
QUADRO 95 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NA REITORIA.....	171
QUADRO 96 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO <i>CAMPUS BOA VISTA</i>	171

QUADRO 97 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO CAMPUS NOVO PARAÍSO	172
QUADRO 98 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO CAMPUS AMAJARI.....	173
QUADRO 99 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	173
QUADRO 100 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM.....	174
QUADRO 101 – DETALHAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOB A RESPONSABILIDADE DO IFRR POR UNIDADE.....	176
QUADRO 102 – MÉDIA DE KM RODADO.....	178
QUADRO 103 – IDADE MÉDIA DA FROTA EM ANOS	178
QUADRO 104 – DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM R\$.....	179
QUADRO 105 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS BENS IMÓVEIS DA UNIÃO	181
QUADRO 106 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO IFRR	183
QUADRO 107 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DO IFRR	184
QUADRO 108 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	187
QUADRO 109 – DETALHAMENTO POR FONTE DE RECURSO E CATEGORIA DE GASTO	203
QUADRO 110 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO EXERCÍCIO 2016.....	205
QUADRO 111 – SINTÉTICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	205
QUADRO 112 – BENS MÓVEIS AVALIADOS NO EXERCÍCIO DE 2012.....	207
QUADRO 113 – CONTAS QUE DEVERIAM SER AVALIADAS ATÉ 2013	207
QUADRO 114 – DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	221
QUADRO 115 – DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 3.º DO DECRETO 5.626/2005 PELO IFRR	223
QUADRO 116 – DETALHAMENTO DA OFERTA DA DISCIPLINA LIBRAS POR CURSO	224

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	17
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	17
1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	23
1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	24
1.4 ORGANOGRAMA DO IFRR.....	27
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	45
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	48
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	48
2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	70
2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	71
2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	107
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	149
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	149
3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	153
3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E PAURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	157
3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	161
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	167
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	167
4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	175
4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	188
4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	191
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	194
5.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	194
5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	198
5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	198
5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	200
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	202
6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	202
6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	206
6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	208
6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	208
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	214
7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	214
7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE ÍNERNO	214
7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANO AO ERÁRIO	218
7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5.º DA LEI 8.666/1993	220
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	221
7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	221
7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	223
8 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	225
8.1 RELATÓRIO DA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	225
8.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	227
RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRR – EXERCÍCIO 2016	231

APRESENTAÇÃO

O presente documento se refere à prestação de contas, à execução orçamentária e financeira e às ações realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) no exercício de 2016. Foi elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Instrução Normativa TCU n.º 72/2013, da Decisão Normativa TCU n.º 154/2016, da Decisão Normativa TCU n.º 156/2016 e da Portaria TCU n.º 59/2017, e com as informações contidas no Sistema de Prestação de Contas – e-Contas.

Além dos normativos citados, a elaboração deste relatório considerou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os programas e as ações do Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFRR.

O Relatório de Gestão, além de cumprir o requisito legal, tem como finalidade apresentar à sociedade o uso que o IFRR fez dos recursos públicos destinados à instituição por meio de seu orçamento, para cumprir a missão institucional: promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Também objetiva apresentar os resultados alcançados, os avanços conseguidos e as principais dificuldades encontradas para atingir a sua missão no ano em análise.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira e a consolidação deste documento foram realizados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (Simec); do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec); do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape); do Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv); e dos registros administrativos do IFRR.

O documento está estruturado, além dos anexos, em sete tópicos, que descrevem as atividades de maior relevância desenvolvidas no exercício de 2016, e possibilitará a avaliação dos programas e das ações definidos pela gestão no planejamento anual:

1. visão geral da unidade prestadora de contas: contempla os elementos identificadores do IFRR, bem como reúne algumas informações para melhor caracterizá-la, tais como finalidades e competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade, ambiente de atuação, estrutura organizacional e principais macroprocessos finalísticos.

2. planejamento organizacional e resultados: aborda o planejamento organizacional e o desempenho orçamentário, tendo como principal finalidade apresentar a forma como a instituição

planeja sua atuação ao longo do tempo e o seu desempenho em relação aos objetivos e às metas para 2016, que podem ser analisados por meio dos indicadores de desempenho.

3. governança, gestão de riscos e controles internos: trata das informações sobre a estrutura de governança da instituição, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e os controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

4. áreas especiais da gestão: contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, frota de veículos, tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental.

5. relacionamento com a sociedade: demonstra a existência de estruturas que garantem canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela instituição e as medidas para garantir a acessibilidade, proporcionando ao leitor melhor compreensão sobre os canais de comunicação do IFRR com a sociedade.

6. desempenho financeiro e informações contábeis: faz a demonstração do desempenho financeiro e contábil da instituição. Demonstra ainda a implementação da sistemática de apuração de custos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

7. conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle: tem por finalidade proporcionar melhor compreensão sobre atendimento a demandas específicas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle.

Informa-se que não houve ocorrência, em 2016, do subitem “informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos”.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e foi instituído, junto com outros Institutos Federais, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi* especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

1.1.1 Missão

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.1.2 Visão de Futuro

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

1.1.3 Princípios Norteadores

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV – Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V – Natureza pública e gratuita do ensino sob a responsabilidade da União.

1.1.4 Valores

- Ética
- Compromisso Social
- Gestão Democrática
- Excelência
- Sustentabilidade
- Respeito à Diversidade
- Justiça

1.1.5 Finalidade e Características

O IFRR tem como finalidade e característica:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.1.6 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do IFRR são:

I – Fortalecer continuamente a qualidade do ensino;

II – Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância;

III – Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais;

IV – Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica;

V – Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito;

VI – Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável;

VII – Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades educacionais especiais/específicas (PNEEs);

VIII – Consolidar a estrutura de governança;

IX – Implementar sistema integrado de gestão institucional;

X – Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação;

XI – Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, para a capacitação e a qualificação profissional;

XII – Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover qualidade dos serviços prestados;

XIII – Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações;

XIV – Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição.

1.1.7 Competências Institucionais

O papel do IFRR na execução das políticas públicas está estabelecido nas diretrizes firmadas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com o desenvolvimento de suas ações vinculado aos programas e às ações governamentais. A instituição é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua organização e funcionamento estão disciplinados por seu Estatuto, aprovado pela Resolução n.º 001/Conselho Superior, de 31 de agosto de 2009. Conforme o Estatuto, a organização geral do IFRR compreende:

I – COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes.

II – REITORIA

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
 - 1) Pró-Reitoria de Ensino;
 - 2) Pró-Reitoria de Extensão;
 - 3) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica;
 - 4) Pró-Reitoria de Administração; e
 - 5) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas;
- d) Auditoria Interna; e
- e) Procuradoria Federal.

III – *Campi*, que para fins da legislação educacional, são considerados sedes:

- a) *Campus* Boa Vista;
- b) *Campus* Novo Paraíso;
- c) *Campus* Amajari;
- d) *Campus* Boa Vista Zona Oeste;
- e) *Campus* Avançado do Bonfim.

Conforme definido no Estatuto, o Conselho Superior é o órgão máximo do IFRR, ao qual

competete:

I – Aprovar as diretrizes para atuação do IFRR e zelar pela execução de sua política educacional;

II – Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para a escolha do reitor do IFRR e dos diretores-gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei n.º 11.892/2008;

III – Aprovar os planos de Desenvolvimento Institucional e de Ação e apreciar a Proposta Orçamentária Anual;

IV – Aprovar o Projeto Político-Pedagógico, a Organização Didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares;

V – Aprovar as normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI – Autorizar o reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII – Apreciar as contas do exercício financeiro e o Relatório de Gestão Anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VIII – Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRR;

IX – Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFRR, bem como o registro de diplomas;

X – Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFRR, observados os parâmetros definidos pelo governo federal e pela legislação específica; e

XI – Opinar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e possui as competências abaixo relacionadas:

I – Apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos;

II – Apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

III – Apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR;

- IV – Aprovar, por delegação do Conselho Superior, o Calendário de Referência Anual;
- V – Appreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI – Appreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR, a ele submetido.

A Reitoria é o órgão executivo do IFRR, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da autarquia. Ao reitor compete representar o IFRR, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da instituição.

A sede da Reitoria fica localizada na Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista-RR, CEP 69303-220.

O Gabinete, dirigido por um chefe nomeado pelo reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular as ações política e administrativa da Reitoria.

As pró-reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, dirigidas por pró-reitores nomeados pelo reitor, são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às seguintes dimensões:

I – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as pró-reitorias e os *campi*.

II – Pró-Reitoria de Ensino: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

III – Pró-Reitoria de Extensão: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, as relações com a sociedade e a interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa.

IV – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, à ciência, à tecnologia e à inovação tecnológica.

V – Pró-Reitoria de Administração: é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As diretorias sistêmicas, dirigidas por diretores nomeados pelo reitor, são órgãos

responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na respectiva área de atuação.

Auditoria Interna: é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRR e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Procuradoria Federal: é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos superiores da administração do IFRR.

Os *campi* do IFRR são estes:

I – *Campus* Boa Vista: localizado na Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR, CEP 69303-340;

II – *Campus* Novo Paraíso: localizado na BR 174, Km 512, Vila Novo Paraíso, Caracarái-RR, CEP 69365-00;

III – *Campus* Amajari: localizado na Rodovia Antonino Menezes da Silva (vicinal que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil), Km 03, Amajari-RR, CEP 69343-000; e

IV – *Campus* Boa Vista Zona Oeste: com sede provisória na Escola Elza Breves, na Rua CC-15, n.º 204, Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, CEP 69318-060.

1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A autarquia foi criada pela Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993, alterada pela Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e implementada pelo Decreto/PR n.º 13, de novembro de 2002. Foi transformada em IFRR por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A estrutura do IFRR está descrita no seu Estatuto, aprovado pela Resolução n.º 01, de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 2 de setembro de 2009. É composta por colegiados (Conselho Superior e Conselho de Dirigentes), Reitoria, com o Gabinete do reitor; Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Auditoria Interna, Procuradoria Federal e *campi*.

O Regimento Geral do IFRR, aprovado pela Resolução n.º 148, de 28/2/2014, constitui-se em um conjunto de normas que complementam as disposições estatutárias e têm por finalidade disciplinar o funcionamento da instituição em suas instâncias administrativa, financeira, patrimonial

e pedagógica, em observância à legislação em vigor.

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A constituição dos quatro *campi* e do *campus* avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foi realizada levando em conta as bases territorial e socioeconômica. Na base territorial, evidencia-se a presença em três municípios que compõem duas mesorregiões, Norte e Sul, e três microrregiões, Boa Vista, Caracará e Nordeste.

O IFRR pauta sua atuação com ações acadêmicas de formação, qualificação, extensão e prestação de serviços nos seguintes eixos tecnológicos:

Quadro 1 - Eixos Tecnológicos do IFRR

Formação Técnica de Nível Médio:	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente, Saúde e Segurança;• Gestão e Negócios;• Hospitalidade e Lazer;• Informação e Comunicação;• Infraestrutura;• Recursos Naturais;• Controle e Processos Industriais.
Cursos Superiores:	<ul style="list-style-type: none">• Hospitalidade e Lazer;• Informação e Comunicação;• Ambiente, Saúde e Segurança.
Formação de Professores:	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Educação Física;• Licenciatura em Espanhol e sua Literatura;• Licenciatura em Ciências Biológicas;• Licenciatura em Matemática.

Fonte: Proen

I – Mesorregião Norte

Território da Cidadania Norte

Microrregiões Boa Vista e Nordeste

A mesorregião Norte compreende as microrregiões Boa Vista e Nordeste. O IFRR está presente na microrregião Boa Vista com os *Campi* Amajari, Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste; e na microrregião Nordeste, com o *Campus* Avançado no Município do Bonfim.

Na microrregião Boa Vista, o *Campus* Boa Vista oferta os seguintes cursos:

Quadro 2 – Cursos Ofertados no *Campus* Boa Vista

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Edificações • Eletrônica • Eletrotécnica • Informática • Secretariado
Técnicos Integrados na Modalidade EJA:	<ul style="list-style-type: none"> • Análises Clínicas • Edificações • Eletrotécnica • Enfermagem • Informática
Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Análises Clínicas • Edificações • Eletrônica • Eletrotécnica • Enfermagem • Informática • Secretariado
Licenciaturas:	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Biológicas • Educação Física • Letras/Espanhol e Literatura Hispânica • Matemática
Tecnologias:	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e Desenvolvimento de Sistemas • Gestão Hospitalar • Gestão de Turismo • Saneamento Ambiental
Educação a Distância (EaD)	<ul style="list-style-type: none"> • Letras/Espanhol e Literatura Hispânica • Técnico em Secretaria Escolar • Técnico em Alimentação Escolar • Técnico em Infraestrutura Escolar • Técnico em Mídias Didáticas

Fonte: Proen

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste oferta os seguintes cursos:

Quadro 3 – Cursos Ofertados no *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio • Serviços Públicos
Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio • Serviços Públicos

Fonte: Proen

O *Campus* Amajari tem como área de abrangência os Municípios do Uiramutã, de Pacaraima e de Normandia e o norte do Município de Alto Alegre. A oferta de cursos visa atender às demandas dos produtores locais e dos povos indígenas presentes no entorno do *campus*.

Quadro 4 – Cursos Ofertados no *Campus Amajari*

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária • Aquicultura
Técnicos Integrados na Modalidade EJA:	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária
Técnicos em EaD:	<ul style="list-style-type: none"> • Informática • Cooperativismo
Alternância	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Agropecuária
Tecnologias:	<ul style="list-style-type: none"> • Aquicultura

Fonte: Proen

Na microrregião Nordeste, o *Campus Avançado do Bonfim* oferta os seguintes cursos:

Quadro 5 – Cursos Ofertados no *Campus Avançado do Bonfim*

Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Comércio Exterior
Técnicos em EaD:	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Agronegócio • Técnico em Agente Comunitário em Saúde

Fonte: Proen

II – Mesorregião Sul

Território da Cidadania Sul

Microrregiões de Caracará e Sudeste

A mesorregião Sul é composta pelas microrregiões de Caracará e Sudeste. O IFRR está presente na microrregião de Caracará com o *Campus Novo Paraíso*, que tem como eixo central a agricultura familiar. A unidade oferta os cursos listados no quadro abaixo.

Quadro 6 – Cursos Ofertados no *Campus Novo Paraíso*

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Agroindústria • Agropecuária
Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária em Regime de Alternância

Fonte: Proen

No ambiente de negócio da educação profissional, listam-se como ameaças a deficiência na infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações, o Sistema “S” e a incipiência do setor privado no estado. Já em relação às oportunidades, enumeram-se a parceria com instituições públicas e privadas, o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais do estado, o crescimento do setor primário e a integração com os países fronteiriços.

As principais instituições que, concomitantemente, ofertam a educação profissional e tecnológica no mercado de Roraima são a rede pública estadual de ensino e os serviços nacionais indústria, aprendizagem comercial e aprendizagem do transporte.

1.4 ORGANOGRAMA DO IFRR

A estrutura formal da Reitoria do IFRR está representada conforme a figura abaixo:

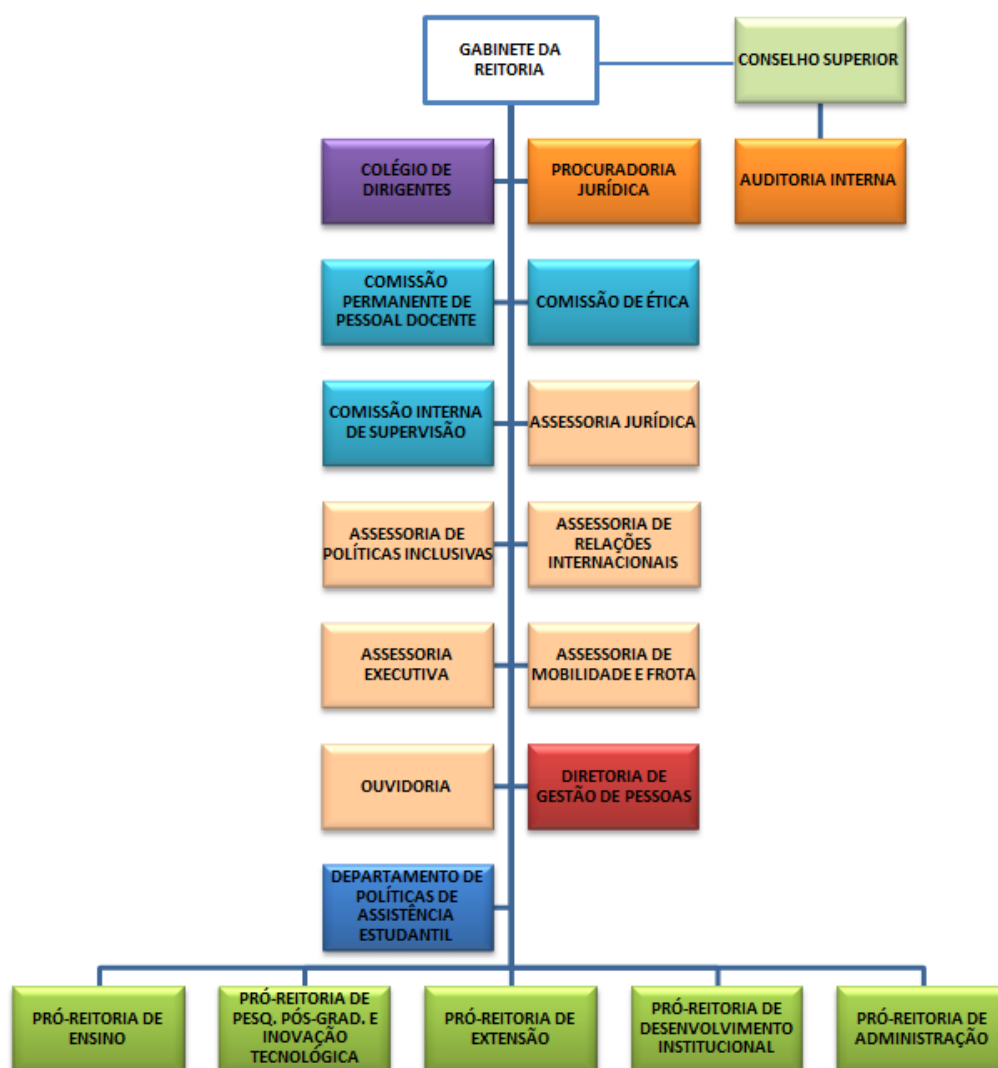


Figura 1 – Organograma do IFRR

Conforme o Regimento Geral (RG) e o Estatuto, a organização geral do IFRR compreende dois órgãos superiores, o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, além da Reitoria e dos *campi*.

I – Conselho Superior

O Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFRR. É composto pelo reitor, que o preside, por representantes dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos de cada *campus*, pelos diretores-gerais dos *campi*, eleitos por seus pares, e por representantes dos egressos, da sociedade civil e do Ministério da Educação.

Compete ao Conselho Superior: aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do reitor do IFRR e dos diretores-gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei n.º 11.892/2008; aprovar os Planos de Desenvolvimento Institucional e de Ação e apreciar a Proposta Orçamentária Anual; aprovar o Projeto Político-Pedagógico, a Organização Didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o Relatório de Gestão Anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestações de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRR; autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFRR, bem como o registro de diplomas.

II – Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter apenas consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. É composto pelo reitor, que o preside, pelos pró-reitores e pelos diretores-gerais dos *campi*.

Compete ao Colégio de Dirigentes: apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos; apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR; aprovar, por delegação do Conselho Superior, o Calendário de Referência Anual; apreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; e apreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR a ele submetidos.

III – Reitoria e Gabinete

A Reitoria é o órgão executivo do IFRR, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da autarquia. O instituto tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, e os diretores-gerais dos *campi* respondem solidariamente com o reitor pelos respectivos atos de gestão, no limite da delegação. O Gabinete, dirigido por um chefe nomeado pelo reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular as ações políticas e administrativas da Reitoria.

IV – Pró-Reitorias

Em relação às pró-reitorias, a Pró-Reitoria de Ensino é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, as relações com a sociedade e a interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, à ciência, à tecnologia e à inovação tecnológica.

A Pró-Reitoria de Administração é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Já a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as pró-reitorias e os *campi*. As pró-reitorias são dirigidas por pró-reitores nomeados pelo reitor.

- Pró-Reitoria de Ensino (Proen)

Fizeram parte da estrutura da Proen no exercício de 2016 as diretorias e os departamentos

abaixo relacionados:

a) Diretoria de Políticas de Graduação (Dipgrad) – responsável por planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução de atividades do ensino de graduação;

b) Diretoria de Políticas de Ensino Técnico (Dipet) – responsável por planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução de atividades do ensino técnico;

c) Diretoria de Políticas da Educação a Distância (Dipead) – responsável pelo planejamento estratégico da EaD, pela implantação e pela implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade EaD; pelo monitoramento do processo das ações em EaD; pela avaliação das ações; pelo retroalimentação do sistema; pela captação de financiamentos via editais; pela articulação com o estado e os municípios para a formação de professores e qualificação, entre outras ações. A Dipead era composta pelas seguintes coordenações: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Estúdio e Coordenação de Desenvolvimento e Suporte.

- Pró-Reitoria de Extensão (Proex)

Fez parte da estrutura da Proex no exercício de 2016 a seguinte diretoria e respectivas coordenações:

a) Diretoria de Extensão e Articulação – responsável por estimular, implantar e apoiar as boas práticas na elaboração e na gestão de projetos, em todas as unidades do IFRR, contribuindo para a ampliação da capacidade institucional de captação de recursos externos, do acesso a empreendimentos e a eventos, bem como para a otimização das ações de gerenciamento de projetos internos e externos.

Além disso, a diretoria tem como objetivo potencializar as ações de extensão do Instituto Federal de Roraima por meio da articulação com agentes internos (governamentais e não governamentais) e da constituição de parcerias via projetos. Com o objetivo de assessorar e apoiar as atividades da diretoria, constou em sua estrutura as seguintes coordenações: Coordenação de Convênios e Registros de Extensão e Coordenação de Políticas de Programas Especiais.

- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Propesq)

Fizeram parte da estrutura da Propesq no exercício de 2016 a diretoria, as coordenações e a comissão abaixo relacionadas:

a) Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – responsável por planejar, acompanhar, orientar e supervisionar a execução das políticas de pesquisa e pós-graduação nos *campi*.

b) Coordenação de Editoração e Divulgação Científico (CEDC) – criada para planejar e organizar os mecanismos e canais adequados para divulgação científica do IFRR, assim como assessorar a execução de projetos de divulgação científica que envolvam a criação, a produção e a distribuição de periódicos, livros, anais, boletins, manuais, folhetos e outras publicações de caráter científico provenientes de pesquisa, extensão, ensino, pós-graduação e estudos em geral dos servidores e discentes do IFRR.

c) Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) – responsável por estimular, orientar e acompanhar as atividades de pesquisa e inovação com vistas ao registro de patentes, à proteção da propriedade intelectual e à implementação de incubadoras.

- Pró-Reitoria de Administração (Proad)

A estrutura da Proad esteve configurada da seguinte forma em 2016:

a) Diretoria de Administração (Dirad) – responsável por prestar auxílio à Pró-Reitoria de Administração nos assuntos pertinentes às funções de gestão dos contratos administrativos; participar das atividades referentes à abertura de Pedido de Bens e Serviços (PBS); realizar, entre outras funções, acompanhamento técnico contínuo dos contratos administrativos da Reitoria para sua fiel execução e adequá-los, quando necessário. Fizeram parte da estrutura da Dirad as seguintes coordenações: Coordenação de Protocolo e Arquivo; Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio; Coordenação de Compras; Coordenação de Administração; e Coordenação de Pesquisa de Preços.

b) Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) – responsável por emitir empenhos autorizados pelo gestor financeiro, bem como processar os respectivos reforços e as anulações; processar a liquidação e o pagamento das despesas, obedecendo às normas e à legislação vigente; realizar a conciliação dos relatórios de movimentação do almoxarifado e patrimônio com a

contabilidade; efetuar o cálculo e o lançamento da depreciação mensal dos bens adquiridos e da depreciação acumulada; gerenciar e acompanhar as aberturas de suprimento de fundos; entre outras ações.

c) Departamento de Orçamento (Deorc) – responsável por assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento nos assuntos pertinentes às funções de planejamento e orçamento; participar das atividades referentes à elaboração da Proposta Orçamentária Anual do IFRR; realizar o acompanhamento técnico da execução orçamentária dos *campi* e da Reitoria quando da descentralização de orçamento por outras unidades gestoras; realizar o acompanhamento técnico da execução orçamentária dos *campi* quando da descentralização de orçamento pela Reitoria; entre outras atribuições.

d) Departamento Técnico de Engenharia e Obras (Deteo) – responsável pelo gerenciamento de todas as atividades relativas à execução das metas de conservação e expansão da infraestrutura física do IFRR. Entre suas competências, estão as seguintes: acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços no âmbito do IFRR; atuar, com a administração dos *campi*, no desenvolvimento do plano urbanístico e de obras civis; coordenar a elaboração de projetos básicos e orçamentários de obras e serviços de engenharia, bem como relatórios técnicos, no âmbito do instituto; emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas para obras e serviços a serem executados; propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria na área de engenharia e infraestrutura na instituição.

- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin)

Fizeram parte da estrutura da Prodin no exercício de 2016 as diretorias, o departamento e as coordenações abaixo relacionados:

a) Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) – responsável por colocar a Tecnologia da Informação a serviço dos segmentos acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão) e administrativos do IFRR e, assim, atuar como instrumento estratégico no alcance dos objetivos institucionais. Cabe à DTI realizar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação do IFRR, compatibilizando-o com o planejamento institucional, prospectando novas tecnologias, identificando necessidades, definindo políticas e elaborando projetos de desenvolvimento de TI para toda a instituição. Para assessorar e apoiar as atividades da diretoria, constam em sua estrutura as seguintes coordenações:

Coordenação de Manutenção e Desenvolvimento de Programas e Coordenação de Suporte e Administração de Redes (DTI).

b) Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DPDI) – responsável por coordenar o processo de planejamento institucional; elaborar, juntamente, com a Pró-Reitoria de Administração, a Proposta Orçamentária do IFRR; coordenar o desenvolvimento e o monitoramento dos indicadores de desempenho institucional; coordenar a elaboração do Relatório de Gestão; elaborar e acompanhar o Plano Anual de Trabalho; elaborar relatórios gerenciais que subsidiem o processo decisório do IFRR; e auxiliar na execução dos planos estratégicos, táticos e operacionais. Com o objetivo de assessorar e apoiar as atividades desse departamento, constou em sua estrutura a Coordenação de Planejamento.

Em 2016, a estrutura da Prodin contou também com a Coordenação de Controle de Informações Institucionais e com a Coordenação de Comunicação Social (CCS).

V – Órgãos de Controle Interno

Dirigidos por diretores nomeados pelo reitor, os órgãos de controle interno são responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação. São eles:

a) Auditoria Interna: é responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRR e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

b) Procuradoria Federal: é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos superiores da administração do IFRR.

VI – Assessorias

a) Assessoria de Relações Internacionais (Arinter): vinculada ao Gabinete da Reitoria, é o órgão de assessoramento responsável pela definição, pelo planejamento, pela execução, pelo acompanhamento, pelo registro e pela avaliação das ações de mobilidade acadêmica e estudantil do IFRR no âmbito internacional. Tem ainda como diretrizes o incentivo à adesão dos editais do

Programa Ciências sem Fronteiras/Capes; a implantação do Centro de Aplicação de Testes de Proficiência; e o fomento à implantação do Centro de Línguas nos *campi*.

b) Assessoria Executiva: compete assessorar o reitor nos assuntos de interesse da gestão institucional, em colaboração com as pró-reitorias e os demais órgãos de assessoramento.

c) Assessoria de Mobilidade e Frota (Asmof): é o órgão central do IFRR responsável pela gestão, pela manutenção, pela conservação e pelo controle de uso da frota de veículos oficiais do IFRR.

d) Assessoria de Políticas Inclusivas (API): tem como objetivo planejar e acompanhar as políticas de inclusão para implantação dos Núcleos de Apoio e Inclusão Profissional às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) nos *campi*.

e) Ouvidoria: é o órgão de assessoramento da Reitoria responsável por receber e encaminhar às instâncias competentes as manifestações e as reivindicações das comunidades interna e externa do IFRR, informar ao solicitante o tratamento adotado em relação a sua solicitação e organizar os mecanismos e os canais de acesso dos interessados à Ouvidoria. Compete-lhe ainda coordenar e supervisionar os trabalhos das ouvidorias dos *campi*.

f) Assessoria Jurídica: compete-lhe assessorar o reitor nos assuntos e nas decisões que envolvam matéria jurídica de interesse da gestão institucional, em colaboração com a Procuradoria Jurídica, com as pró-reitorias e com os demais órgãos de assessoramento.

VII – Sistêmicas

a) Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP): é responsável por planejar, supervisionar, executar, orientar, controlar e avaliar a política de gestão de pessoas no IFRR. Constam em sua estrutura as seguintes coordenações: Coordenação de Desenvolvimento do Servidor, Coordenação de Cadastro e Pagamento, Coordenação de Seguridade Social e Benefícios e Coordenação de Qualidade de Vida do Servidor.

b) O Departamento de Políticas de Assistência Estudantil (DPAE): é responsável pela regulamentação da política de assistência estudantil. Tem ainda a responsabilidade de promover o desenvolvimento e a expansão das ações, em conformidade com o Decreto n.º 7.234/10, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil, e com as demais legislações pertinentes, bem como acompanhar os resultados obtidos e os indicadores do desempenho das ações desenvolvidas nos *campi*.

VIII – *Campi*

A Direção-Geral dos *campi* é composta por um diretor-geral escolhido e nomeado de acordo com o que determina o art. 13 da Lei n.º 11.892/2008, para mandato de 4 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução. Cabem ao diretor-geral as seguintes atribuições, entre outras:

I – Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, dos programas e dos projetos do *campus*, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação deles;

II – Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento Geral e dos regulamentos internos, bem como as decisões dos colegiados superiores e dos órgãos da administração superior do IFRR;

III – Convocar eleições para designação dos representantes dos discentes, dos docentes e dos servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração do IFRR;

IV – Organizar a burocracia de legislação e normas, de recursos humanos, serviços gerais, material e patrimônio e contabilidade do *campus*;

V – Planejar, executar, coordenar e supervisionar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração do *campus*, em articulação com as pró-reitorias e as diretorias sistêmicas;

VI – Conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos;

VII – Aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente.

- *Campus* Boa Vista



Figura 2 – Organograma do *Campus* Boa Vista

Em 2016, a estrutura do *Campus* Boa Vista foi composta pelas seguintes diretorias/departamentos:

a) Diretoria de Ensino (Diren): compete-lhe a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas e dos programas de ensino, pesquisa, extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Boa Vista, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR. A Diren está estruturada da seguinte forma: Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular, Departamento de Ensino Técnico na área de Gestão e Saúde, Departamento de Ensino Técnico na área de Informática, Infraestrutura e Indústria, Departamento de Ensino de Graduação, Departamento de Educação a Distância, Coordenação de Biblioteca, Coordenação de Assistência Estudantil, Coordenação do Complexo de Artes, Coordenação de Turnos e Mídias, Coordenação de Ensino, Coordenação de Laboratório, Coordenação de Laboratório de Eletroeletrônica, Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

b) Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Dipesp): é responsável por manter estreito relacionamento com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e zelar pela execução das políticas e dos programas de apoio e estímulo à pesquisa e à inovação tecnológica demandados pelo MEC/Setec; planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades de pesquisa e inovação tecnológica; zelar pelo cumprimento das normas legais e das

exigências do MEC/Setec, bem como dos demais órgãos de apoio e fomento, na definição e na execução de atividades de pesquisa e inovação tecnológica; acompanhar, avaliar e propor reformulações e melhorias nos programas e nas atividades de pesquisa e inovação tecnológica, inclusive visando a maior integração e articulação com o ensino, a extensão, o mundo do trabalho e o processo produtivo; zelar pela observância das normas e dos regulamentos específicos; planejar, acompanhar e avaliar os desempenhos discente e docente nas ações de pesquisa e inovação, inclusive propor ações de capacitação. A Dipesp está estruturada da seguinte forma: Coordenação de Pesquisa e Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

c) Diretoria de Extensão (Direx): tem como função contribuir para uma educação inclusiva e contínua de qualidade por meio da execução de programas, projetos, cursos, oficinas e eventos de extensão nas áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde e tecnologia do trabalho, com o intuito de desenvolver ações de qualificação permanente e inovação tecnológica voltadas para as comunidades interna e externa, com vistas ao desenvolvimento da instituição e da comunidade. Em sua estrutura, estão as seguintes coordenações: Coordenação de Esportes, Coordenação de Qualificação e Formação, e Coordenação do Programa Mulheres Mil.

d) Diretoria de Administração e Planejamento (Daplan): é responsável por planejar, coordenar, supervisionar, orientar, executar e controlar as atividades inerentes à administração de bens patrimoniais e de consumo; à aquisição ou contratação de fornecimento de bens e prestação de serviços; criar, desenvolver, coordenar, planejar, acompanhar, assessorar, consolidar informações e analisar as atividades de planejamento, assim como as atividades administrativas operacionais, entre outras.

A Daplan estava estruturada da seguinte forma: Departamento de Administração e Manutenção, Coordenação de Transporte, Coordenação de Almoxarifado, Coordenação de Contabilidade e Finanças, Coordenação de Protocolo e Arquivo, Coordenação de Contratos e Convênios, Coordenação de Tecnologia da Informação e Coordenação de Planejamento e Orçamento.

A estrutura diretamente ligada à Direção-Geral estava assim composta: Departamento de Registros Escolares, Coordenação de Gestão de Pessoas, Conselho Comunitário Escolar, Coordenação de Comunicação Social e Chefia de Gabinete.

- *Campus* Novo Paraíso



Figura 3 – Organograma do *Campus* Novo Paraíso

Em 2016, a estrutura do *Campus* Novo Paraíso (CNP) foi composta pelos seguintes departamentos:

a) Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa, extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Novo Paraíso, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR. O DEN se estruturou com as seguintes coordenações: Coordenação de Cursos Técnicos em Agropecuária, Coordenação de Cursos Técnicos em Agroindústria, Coordenação de Estágio, Coordenação de Assistência Estudantil, Coordenação Pedagógica e Coordenação de Biblioteca.

b) Departamento de Administração e Planejamento (DAP): responsável pela elaboração, pela execução e pelo controle do planejamento institucional do *campus* nas áreas material, patrimonial, tecnológica, processual, contábil, orçamentária e financeira. O DAP é responsável ainda por coordenar, supervisionar e executar sistematização das informações administrativas e financeiras que farão parte das prestações de contas da instituição, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sua estrutura consistia nas seguintes coordenações: Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação de Protocolo e Arquivo, Coordenação de

Almoxarifado e Patrimônio, Coordenação de Transporte, Coordenação de Manutenção, Coordenação de Contabilidade e Finanças, Coordenação de Gestão de Contratos e Coordenação de Alojamento.

c) Departamento Técnico (Detec): responsável por oferecer subsídios para a realização das atividades práticas de campo, promovendo a integração entre o Departamento de Ensino, a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; realizar projetos técnicos; planejar o local de implantação das unidade demonstrativas; oferecer condições para a realização das atividades práticas de campo; promover a manutenção dos equipamentos, das ferramentas, dos implementos e das máquinas agrícolas.

Além dos departamentos acima listados, compuseram a estrutura do CNP as seguintes coordenações, que são diretamente ligadas à Direção-Geral: Conselho Comunitário Escolar, Chefia de Gabinete, Coordenação de Registros Escolares, Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Coordenação de Extensão, Coordenação de Gestão de Pessoas e Coordenação de Comunicação Social.

- *Campus Amajari*



Figura 4 – Organograma do *Campus Amajari*

Em 2016, a estrutura do *Campus Amajari* (CAM) foi composta pelos seguintes departamentos:

a) Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as

políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Amajari, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR. O DEN se estruturou com as seguintes coordenações: Coordenação de Cursos Técnicos, Coordenação de Cursos em Alternância, Coordenação de Curso Superior, Coordenação de Estágio, Coordenação de Assistência Estudantil, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Alojamento, Coordenação de Biblioteca e Coordenação de Turnos.

b) Departamento de Administração e Planejamento (DAP): responsável pela elaboração, pela execução e pelo controle do planejamento institucional do *campus* nas áreas material, patrimonial, tecnológica, processual, contábil, orçamentária e financeira. O DAP é responsável ainda por coordenar, supervisionar e executar sistematização das informações administrativas e financeiras que farão parte das prestações de contas da instituição, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sua estrutura consistia nas seguintes coordenações: Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação de Protocolo, Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio, Coordenação de Transporte, Coordenação de Manutenção, Coordenação de Contabilidade e Finanças, Coordenação de Gestão de Contratos e Coordenação de Planejamento e Orçamento.

c) Departamento Técnico (Detec): responsável por oferecer subsídios para a realização das atividades práticas de campo, promovendo a integração entre o Departamento de Ensino, a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; realizar projetos técnicos; planejar o local de implantação das unidades demonstrativas; oferecer condições para a realização das atividades práticas de campo; dar manutenção aos equipamentos, às ferramentas, aos implementos e às máquinas agrícolas.

Além dos departamentos acima listados, compuseram a estrutura do CAM as seguintes coordenações, diretamente ligadas à Direção-Geral: Conselho Comunitário Escolar, Chefia de Gabinete, Coordenação de Registros Escolares, Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Coordenação de Extensão, Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Comunicação Social e Coordenação de Eventos.

- *Campus* Boa Vista Zona Oeste



Figura 5 – Organograma do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Em 2016, a estrutura do *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) foi composta pelos seguintes departamentos:

a) Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa e extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR, assim como zelar pelo cumprimento das normas legais e das exigências do MEC/Setec, acompanhando o processo de ensino-aprendizagem. O DEN se estruturou com as seguintes coordenações: Coordenação de Curso Técnico em Comércio, Coordenação de Curso Técnico em Serviços Públicos e Coordenação de Apoio ao Ensino e Aprendizagem.

b) Departamento de Administração e Planejamento (DAP): responsável pela elaboração, pela execução e pelo controle do planejamento institucional do *campus* nas áreas material, patrimonial, tecnológica, processual, contábil, orçamentária e financeira. O DAP é responsável ainda por coordenar, supervisionar e executar a sistematização das informações administrativas e financeiras que farão parte das prestações de contas da instituição, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sua estrutura consistia nas seguintes coordenações: Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação de Almojarifado e Patrimônio, Coordenação de Transporte e Manutenção, Coordenação de Contabilidade e Finanças, Coordenação

de Gestão de Contratos e Coordenação de Planejamento e Orçamento.

Além dos departamentos acima listados, compuseram a estrutura do CBVZO as seguintes coordenações, diretamente ligadas à Direção-Geral: Chefia de Gabinete, Coordenação de Registros Escolares, Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Comunicação Social, Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Coordenação de Extensão e Conselho Comunitário Escolar.

- *Campus* Avançado do Bonfim



Figura 6 - Organograma do *Campus* Avançado do Bonfim

Em 2016, o *Campus* Avançado do Bonfim estava assim estruturado:

a) Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa e extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Avançado do Bonfim, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR, assim como zelar pelo cumprimento das normas legais e exigências do MEC/Setec, acompanhando o processo de ensino-aprendizagem. O DEN se estruturou com as seguintes coordenações: Coordenação do Curso Técnico Subsequente em Comércio Exterior e Coordenação do Curso Técnico Subsequente em Administração.

Além dos setores acima listados, constaram na estrutura diretamente ligada à Direção-Geral, em 2016, as seguintes coordenações: Coordenação de Administração e Planejamento, Coordenação

de Gestão de Pessoas, Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação de Transporte e Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio.

Quadro 7 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Ensino	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas do ensino, nas suas diversas modalidades.	Ivone Mary Medeiros de Souza Sandra Grutzmacher	Pró-Reitora de Ensino	1/1/2016 a 28/11/2016 29/11/2016 a 31/12/2016
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	Define as áreas estratégicas, as políticas e os programas a serem assumidos pelo IFRR no âmbito da pesquisa, da pós-graduação e da inovação, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, integradas ao ensino e à extensão.	Jaci Lima da Silva Fabiana Leticia Sbaraini	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	1/1/2016 a 9/10/2016 10/10/2016 a 31/12/2016
Extensão	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, bem como as relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, nos diversos segmentos sociais ligados ao IFRR.	Edvaldo Pereira da Silva Nadson Castro dos Reis	Pró-Reitor de Extensão	1/1/2016 a 31/11/2016 1/12/2016 a 31/12/2016
Políticas de Assistência Estudantil	Coordena as ações de sensibilização, planejamento, acompanhamento, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil.	Roberto de Queiroz Lopes Andreia Vanessa Velho Monteiro Maricelia Carvalho Moreira Leite	Diretor de Políticas de Assistência Estudantil	1/1/2016 a 31/7/2016 1/8/2016 a 31/10/2016 1/11/2016 a 31/12/2016
Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento institucional, bem como a articulação entre as pró-reitorias e as unidades de Ensino.	Carlos Roberto Cabral de Lima Diogo Saul Silva Santos	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	1/1/2016 a 1/12/2016 2/12/2016 a 31/12/2016
Administração	Administra, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	Maria do Perpétuo Socorro Pereira Silva Regina Ferreira Lopes	Pró-Reitora de Administração	1/1/2016 a 1/11/2016 2/11/2016 a 31/12/2016
Tecnologia da Informação	Planeja e supervisiona a execução e a avaliação da política de Tecnologia da Informação.	Jean Carlos Araújo Costa	Diretor de Tecnologia da Informação	1/1/2016 a 31/12/2016
Gestão de Pessoas	Propõe, coordena, acompanha e avalia as políticas e as diretrizes relativas ao recrutamento e à seleção; ao desenvolvimento, à capacitação, à avaliação de desempenho, à saúde e à qualidade de vida dos servidores.	Jorgehanny B. Tocantins; Jadinéa Leandro Leite	Diretora de Gestão de Pessoas	1/1/2016 a 31/10/2016 1/11/2016 a 31/12/2016
Eficiência e Transparência na Administração Pública	Representa o IFRR, em juízo ou fora dele, bem como administra, gere, coordena e superintende as atividades da instituição.	Ademar de Araújo Filho Sandra Mara de Paula Dias Botelho	Reitor	1/1/2016 a 17/10/2016 18/10/2016 a 31/12/2016

Educação a Distância	Define e acompanha as políticas institucionais com uso de tecnologias de educação a distância.	Nadson Castro dos Reis Robermilton Sant Anna de Oliveira Rodrigues	Diretor de Políticas de Educação a Distância	1/1/2016 a 31/10/2016 1/11/2016 a 31/12/2016
----------------------	--	--	--	---

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos são aqueles diretamente relacionados com o negócio e a razão de existir da instituição. A seguir serão apresentados os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Roraima, os quais estão relacionados ao atendimento das políticas de ensino, pesquisa e inovação e extensão.

Quadro 8 – Macroprocessos Finalísticos do Ensino

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Programa de Fomento às Práticas Pedagógicas Inovadoras	Visa estimular e apoiar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade da educação. Destina-se ao fomento de projetos desenvolvidos nos cursos técnicos ou superiores. Os critérios e as condições para participação e recebimento de auxílio financeiro do Inova são estabelecidos por meio de edital específico. Os projetos são desenvolvidos nos <i>campi</i> e acompanhados pela Proen.	Projetos realizados e contribuição para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.	Professores, alunos e comunidade.	<i>Campi</i> Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso, Amajari e Avançado Bonfim.
Monitoramento das Políticas para o Ensino	É realizado por meio de visitas aos <i>campi</i> e tem como objetivo acompanhar e monitorar as atividades e as ações do ensino, visando ao aperfeiçoamento contínuo do currículo e do processo de ensino-aprendizagem dos cursos ofertados, bem como ao alinhamento das políticas do ensino.	Correção e ajustes nos fluxos e nos processos pertinentes ao ensino; interação entre as equipes do ensino; diagnóstico para a realização de ações como cursos de capacitação, encontros, reuniões, elaboração de normas e regulamentos.	Professores, alunos e comunidade.	Diretoria de Políticas do Ensino Técnico, Diretoria de Políticas de Graduação e Núcleo de Apoio Pedagógico.
Participação em Eventos	A participação em eventos fortalece a equipe ligada ao ensino, a atualização em relação às políticas definidas pelo governo federal por meio da Rede de Educação Profissional, a articulação com os demais institutos, além de caracterizar-se como formação em serviço.	Equipe técnico-pedagógica da Proen capacitada.	Gestores, técnicos, <i>campi</i> do IFRR e comunidade.	Diretoria de Políticas do Ensino Técnico, Diretoria de Políticas de Graduação e Núcleo de Apoio Pedagógico.

Programa Institucional de Bolsa-Monitoria	A monitoria tem por finalidade favorecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, bem como oportunizar a cooperação mútua entre discentes e docentes permitindo ao primeiro vivenciar atividades técnico didáticas. O estudante-monitor recebe uma bolsa para auxiliar o professor na aprendizagem dos alunos que possuem dificuldades em determinada disciplina.		Alunos, professores e comunidade.	<i>Campi</i> Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Amajari.
---	--	--	-----------------------------------	---

Quadro 9 – Macroprocessos Finalísticos da Pesquisa, da Pós-Graduação e da Inovação Tecnológica

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento da Pesquisa	Disseminar, implantar, implementar e acompanhar os programas de pesquisa nos <i>campi</i> .	Conhecimentos científicos e ou produtos tecnológicos, prioritariamente, que contribuam para o desenvolvimento da produção local com caráter inovador.	Comunidade científica, alunos, docentes e arranjos produtivos locais.	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Diretoria de Pesquisa e Coordenações de Pesquisa dos <i>campi</i> .
Pós-Graduação	Levantar as necessidades de formação em nível de pós-graduação para os servidores do IFRR e o público externo, com estudos de alternativas, seja por associação com outras instituições, seja por contrato de oferta de vagas em programas aprovados pela Capes.	Oferta de pós-graduação e ou disponibilização de vagas em cursos <i>lato sensu</i> e em programas <i>stricto sensu</i> .	Servidores do IFRR e público externo.	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Coordenações de Pós-Graduação.
NIT – Apoio à Inovação	Desenvolver a cultura da inovação e do empreendedorismo no IFRR, agregando valor à produção científica e tecnológica, primando pela proteção intelectual, bem como pela transferência de tecnologia.	Processos e tecnologias visando ao registro de patentes.	Comunidade acadêmica do IFRR e comunidade externa.	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e Coordenações de Inovação dos <i>campi</i>
Editoração e Divulgação Científica	Planejar, organizar e publicar produções provenientes de pesquisa e estudos dos docentes e dos discentes do IFRR, bem como do público externo.	Periódicos com informações das produções científicas e tecnológicas.	Comunidade interna do IFRR e público de modo geral.	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Coordenação de Editoração e Divulgação Científica.

Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR.	Evento Institucional que tem por objetivo apresentar aos pares, às outras instituições de pesquisa e ao público em geral os produtos resultantes da integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão no IFRR. Cria um ambiente de discussão envolvendo pesquisadores locais e de outras instituições em que se busca disseminar a cultura da pesquisa com cunho inovador, priorizando as alternativas para o desenvolvimento regional.	Disseminação da produção do IFRR resultante da integração ensino, pesquisa e extensão.	Comunidades interna e externa do IFRR e instituições.	Pró-reitorias e diretorias dos <i>campi</i> .
--	--	--	---	---

Quadro 10 - Macroprocessos Finalísticos da Extensão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Programa de Bolsa de Extensão – PBAex	Promove a inserção social e a capacitação, em ações de extensão, de alunos regularmente matriculados nos cursos de nível técnico e superior do Instituto Federal de Roraima.	Projetos de extensão que contribuam para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade de vida da comunidade do Estado de Roraima.	Alunos e comunidades interna e externa.	<i>Campi</i> do IFRR.
IF Comunidade	Propicia a prestação de serviços e a integração com a comunidade, além da difusão de tecnologias e da socialização das ações executadas pelos <i>campi</i> do IFRR.	Palestras, oficinas, atividades recreativas, desportivas, atendimentos médicos, exames laboratoriais e outras atividades, conforme a realidade local dos <i>campi</i> .	Comunidade em geral.	<i>Campi</i> do IFRR.
Jogos Regionais dos Institutos Federais (JIFs), Região Norte	Desenvolve o intercâmbio socioesportivo-cultural na área do desporto escolar, promovendo a integração entre os Institutos Federais da Região Norte do Brasil, tendo a atividade esportiva escolar como fator fundamental da formação integral dos envolvidos.	Integração entre os servidores e os alunos dos <i>campi</i> dos IFs da Região Norte.	Alunos e servidores dos Institutos Federais.	<i>Campi</i> do IFRR e pró-reitorias.
Fórum de Integração	Fomenta a integração do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica no âmbito do IFRR, possibilitando a troca de saberes científicos e tecnológicos.	Palestras, minicursos, mesa-redonda, mostra dos trabalhos científicos, eventos culturais.	Alunos e comunidades interna e externa.	Pró-reitorias e <i>campi</i> do IFRR.
Integração entre o Instituto Federal e a Comunidade	Promove a permanente busca de parceria e oportunidades com a sociedade civil organizada.	Prestação de serviços, cursos de formação profissional e oportunidade de estágio.	Alunos, trabalhadores, moradores e comunidade externa.	<i>Campi</i> e pró-reitorias.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Na elaboração do planejamento, são observados os objetivos institucionais contidos na Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, nas diretrizes do Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), todas do governo federal. O PPA, estabelecido pela Lei n.º 13.249 para o período de 2016 a 2019, é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras destas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

A LDO compreende as metas e as prioridades da Administração Pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Além disso, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A LOA, por sua vez, estabelecida pela Lei 13.255, de 14/1/16, disciplina todas as ações do governo federal. Portanto, nenhuma despesa pública pode ser executada fora do orçamento. É na LOA que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas no ano.

Em suas ações de planejamento para o exercício de 2016, por meio do Plano Anual de Trabalho (PAT), o IFRR teve como marco regulatório o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e o Termo de Acordo e Metas, cuja função é balizar as ações da instituição em médio prazo. O planejamento no instituto é compreendido como função cíclica, em que se planeja, acompanha, avalia e replaneja as ações. Assim, uma vez iniciada a execução do PAT, surge a fase de acompanhamento, com o objetivo de garantir o cumprimento dos objetivos propostos por meio das metas estabelecidas, bem como, se necessário, corrigir rumos e superar dificuldades, conforme o cenário econômico nacional.

De forma sistematizada, esse acompanhamento é planejado por meio de relatórios trimestrais de avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras, em conformidade com o orçamento geral da instituição, contando com a participação dos gestores dos *campi* e da Reitoria. Os resultados verificados servem para subsidiar decisões do Colégio de Dirigentes, estabelecendo-

se também como patamar para o aperfeiçoamento do processo de planejamento em consonância com o momento em que se encontra a ação.

Os programas e as ações, mensurados por indicadores, metas regionalizadas e custos estabelecidos no PPA, são instrumentos de organização da ação governamental que articulam um conjunto de iniciativas públicas e privadas – projetos, atividades, financiamentos, incentivos fiscais, normas, entre outros – que visam à solução de um problema ou ao atendimento de demanda da sociedade.

Cada programa identifica as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, os programas e as ações de governo para o ano de 2016 estão relacionados a seguir:

Programas:

2080 – Educação de Qualidade para Todos

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Ações:

20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

O PPA 2016-2019 foi elaborado com uma metodologia inovadora devido à experiência alcançada na elaboração do anterior. Uma das principais mudanças está relacionada à estrutura e aos conceitos, pois se buscou interpretar a realidade na qual foi implantado. No exercício de 2015, as ações 20RG, 20RL e 2994 estavam inseridas no programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica), mas, com as inovações do PPA vigente, foram inseridas no novo programa Educação para Todos (2080). Segundo o MPOG, um dos “Objetivos do Programa Temático está direcionado à educação profissional e tecnológica, com atividades vinculadas ao Pronatec, à melhoria da qualidade e ao aumento da escolaridade integrada à qualificação profissional. A estratégia para o aumento das matrículas mescla o fortalecimento da Rede Federal com a consolidação de parcerias para a oferta de vagas nas instituições particulares”.

O Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFRR em 2016 foi construído por meio de um processo coletivo, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin), mediante a realização de seminários em todos os *campi* e na Reitoria, conforme o seguinte calendário de atividades:

- 1/10/2015 – Seminário de Planejamento no *Campus* Avançado do Bonfim;
- 14/10/2015 – Seminário de Planejamento no *Campus* Boa Vista Zona Oeste;
- 15/10/2015 – Seminário de Planejamento no *Campus* Novo Paraíso;
- 26/10/2015 – Seminário de Planejamento no *Campus* Boa Vista;
- 27/10/2015 – Seminário de Planejamento no *Campus* Amajari.

As ações planejadas tiveram por marco regulatório o Plano Plurianual 2016-2019, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, além do Acordo de Metas do Conif/Setec/MEC, os quais serviram de referência para o estabelecimento de diretrizes e metas físicas e financeiras em cada uma das dimensões do funcionamento da educação profissional e tecnológica nos *Campi* Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Avançado do Bonfim e Novo Paraíso, bem como na Reitoria.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os objetivos do IFRR para o exercício de 2016, elaborados e cadastrados no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), módulo planejamento, foram estes:

- Fortalecer continuamente a qualidade do ensino;
- Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica;

- Estimular a participação dos alunos em atividades de extensão no âmbito dos *campi* do IFRR;
- Acompanhar, assessorar, orientar e avaliar as atividades de execução da política de extensão do IFRR realizadas pelos *campi*;
- Promover ações de gestão da política de extensão do IFRR articuladas com a política nacional de extensão para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Apoiar a realização de cursos e atividades para o Pronatec;
- Apoiar a execução do Programa Mulheres Mil no IFRR;
- Implementar e disseminar a política de assistência estudantil no âmbito do IFRR de acordo com a regulamentação aprovada pelo Consup;
- Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação;
- Inovar e reestruturar a cultura e a política de comunicação estratégica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, melhorando os fluxos internos e externos com os meios de comunicação;
- Implementar o sistema integrado de gestão institucional;
- Consolidar a expansão e reestruturação do IFRR para promover qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável;
- Manter a infraestrutura do IFRR para a consecução da sua missão, com contratação de diversos serviços de natureza continuada, tais como limpeza, conservação, segurança e vigilância patrimonial, manutenção predial, transporte, eletricidade, telefonia fixa, entre outros;
- Fomentar a concretização dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais, no que couber à utilização de soluções de Tecnologia da Informação, atendendo às demandas internas e externas, assistindo os usuários finais das tecnologias envolvidas e utilizando as melhores práticas de mercado, bem como as indicadas pelos órgãos de controle;
- Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, para a capacitação e para a qualificação profissional;
- Consolidar a estrutura de governança;

- Favorecer o acesso ao ensino com cursos na modalidade a distância, rompendo as barreiras de espaço e tempo, possibilitando o desenvolvimento de novas competências acadêmicas e profissionais, favorecendo, assim, a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

Para a definição desses objetivos, foram utilizadas as seguintes diretrizes:

I – Diretrizes para Dimensão Humana

- Formar recursos humanos em pesquisa e inovação em nível de iniciação científica e tecnológica;
- Implantar política de formação continuada para servidores;
- Desenvolver programas relacionados à melhoria da qualidade de vida dos servidores.

II – Diretrizes para a Dimensão Pedagógica

- Implementar políticas de consolidação e ampliação de cursos e vagas, promovendo a integração e a verticalização da educação, otimizando a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão e garantindo a efetividade das ações realizadas;
- Consolidar a política de extensão do IFRR (programa de fomento a projetos de extensão, programa de fomento às atividades científicas, desportivas e artístico-culturais e programa de acompanhamento de estágios, de egressos e de empregos);
- Fortalecer as políticas de pesquisa e inovação tecnológica no IFRR;
- Ampliar e fortalecer a publicação científica no IFRR.

III – Diretrizes para a Dimensão Administrativa

- Aperfeiçoar os métodos da gestão relacionados à autonomia e à execução orçamentária e financeira dos *campi*;
- Aperfeiçoar os processos de comunicação internos com o objetivo de melhorar os fluxos decisórios e a divulgação das ações no âmbito institucional e externo, bem como desenvolver o *marketing* institucional;
- Melhorar os serviços de apoio administrativo e a segurança interna das pessoas e do patrimônio institucional;

- Realizar estudos do dimensionamento da força de trabalho da instituição;
- Desenvolver ações de planejamento estratégico e orçamento participativo;
- Institucionalizar no IFRR a definição e o cumprimento de metas.

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do IFRR foi construído em 2013, junto com o PDI, de forma coletiva, com a contribuição das subcomissões de trabalho e com a participação da comunidade acadêmica, do corpo técnico-administrativo e da comunidade externa, obtida por meio de caixas de sugestões distribuídas nos *campi* e de um *link* no site da IFRR criado para o envio de proposições. Nesse período, foram revistos a missão, a visão, os valores, os objetivos estratégicos e os indicadores para o quinquênio 2014-2018, conforme a seguir:

2.1.2.1 Mapa Estratégico do IFRR

MAPA ESTRATÉGICO DO IFRR 2014-2018

MISSÃO

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

SOCIEDADE

Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais.

Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas.

Consolidar as estruturas de governança.

Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

PROCESSOS INTERNOS

Fortalecer continuamente a qualidade do ensino.

Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.

Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.

Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito.

Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico.

PESSOAS

Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação.

Implementar/consolidar o sistema integrado de gestão institucional.

TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover a qualidade dos serviços prestados.

Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações.

ORÇAMENTO E FINANÇAS

Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição.

2.1.2.2 Objetivos Estratégicos e Indicadores do IFRR

- Fortalecer continuamente a qualidade do ensino.

Descrição: Melhorar os resultados da aprendizagem, reduzindo as desigualdades educacionais no interior da instituição e o índice de retenção e de evasão escolar

Dimensão: Ensino

Quadro 11 – Indicadores do Ensino

Indicadores	Forma de cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Relação candidato-vaga	Total de candidatos/Total de vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.	Anual	0,61	6,0
Relação ingresso-estudante	Total de ingressantes/Total de matriculados	Analisa a capacidade da oferta de vagas da instituição.	Anual	23,87%	50%
Relação concluintes-estudantes	Total de concluídos e integralizados na fase escolar/Total de matriculados	Analisa a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.	Anual	6,14%	20%
Índice de Eficiência Acadêmica	Total de concluídos e integralizados na fase escolar/Total de matriculados finalizados	Verifica se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressantes.	Anual	73,04%	80%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de retidos/Total de matriculados	Avalia a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos).	Anual	46,61%	20%

Fonte : Proen e Sistec

- *Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.*

Descrição: Garantir a oferta de cursos na modalidade a distância

Dimensão: Ensino

Quadro 12 – Indicadores da EaD

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Relação de candidato/Vaga	Total de candidatos/Total de vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.	Anual	1,04	2,29
Taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância.	$(N.^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano atual} - N.^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano anterior}) / N.^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano anterior} * 100$	Indica a taxa de crescimento do número de matrículas a distância no IFRR.	Anual	26%	50%

Fonte: Dipead

- *Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais.*

Descrição: Ampliar o relacionamento do IFRR com a comunidade

Dimensão: Extensão

Quadro 13 – Indicadores da Extensão

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Grau de envolvimento dos docentes com a extensão	N.º de docentes coordenadores de ações de extensão/N.º de docentes em exercício * 100	Informa o grau de envolvimento dos docentes com atividades de extensão.	Anual	37,80%	50%
Grau de envolvimento dos estudantes com a extensão	N.º de estudantes envolvidos em ações de extensão/N.º de estudantes matriculados * 100	Informa o grau de envolvimento dos estudantes com atividades de extensão.	Anual	3,12%	60%
Grau de crescimento das ações de extensão	N.º de ações ocorridas no exercício em avaliação/N.º de ações ocorridas no exercício anterior * 100	Informa o grau de crescimento das ações de extensão.	Anual	108,69%	90%
Taxa de crescimento das bolsas de extensão para estudantes	N.º de estudantes do exercício em avaliação/N.º de estudantes do exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento e a necessidade de recurso para o desenvolvimento da ações de extensão.	Anual	214,7%	60%
Taxa de crescimento do público beneficiado com ações de extensão	N.º de pessoas atendidas no IF Comunidade no exercício em avaliação/N.º de pessoas atendidas no exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento do público presente às ações do IF Comunidade.	Anual	57,3%	80%
Taxa de crescimento dos cursos FIC	N.º de cursos ofertados no exercício em avaliação/N.º de cursos ofertados no exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento da oferta de cursos FIC relacionada com a oferta do ano anterior.	Anual	0%	50%
Acompanhamento de egressos	N.º de egressos inseridos no mercado de trabalho/N.º de concluintes * 100	Informa a taxa de ocupação média dos egressos dos cursos técnicos e superiores.	Anual	-	25%

Fonte : Pró-Reitoria, Diretoria e Coordenações de Extensão

- *Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.*

Descrição: Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Dimensão: Pesquisa

Quadro 14 – Indicadores da Pesquisa, da Pós-Graduação e da Inovação Tecnológica

Indicador	Cálculo													
	NPGLS	NPGSS	NBICTI-OF					NPP	P	I	VBICTG-Inst (R\$)	VBQ-Inst (R\$)	VPP (R\$)	VEX(R\$)
			PIBIC	PIBITI	PIBIC EM	PIBIC AF	FAP							
Indicador recente 2013	4	2	-	-	-	-	-	138	1	-	277.101,00	323.475,50	100.000,00	33.000,00
Indicador ao final do PDI 2018	6	3	3	3	3			200	2	4	340.000,00	800.000,00	300.000,00	200.000,00
Esforço Institucional	NPGLS – Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> . NPGSS – Número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . NBICT-OF – Número de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento FAP – Fundações de Amparo à Pesquisa NPP – Número de projetos de pesquisa cadastrados na instituição P – Possui periódicos institucionais? I – Possui iniciativa empreendedora? VBICTG-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da instituição VBQ-Inst – Valor total de recursos da instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores VPP – Valor total de recursos da instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa VEX – Valor total de recursos externos captados para pesquisa													

	Campi	NA		NTC		NR		NL		NC		NRPI		
		Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	
Projetos e Produção	Amajari	7	35	-	4	7	12	-	1		1	-	4	
	Boa Vista	13	40	16	30	12	24	3	5	3	5	-	4	
	Novo Paraíso	9	45	10	20	13	19	-	1	-	1	-	4	
	Reitoria	1	5	7	11	2	8	-	1	1	1	-	2	
	Zona Oeste	-	1	-	1	-	3	-	-	-	1	-	1	
	Bonfim	-	1	-	1	-	3	-	-	-	1	-	-	
	Total IFRR	30	127	33	67	34	69	3	8	4	10	-	15	
<p>NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema <i>Qualis</i> da Capes NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN NL – Número de livros com ISBN publicados por servidores da instituição NC – Número de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição NRPI – Número de Registros de Propriedade Intelectual</p>														
Quantidade de Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição	Indicador recente – 2013							Indicador ao final do PDI – 2018						
	138							200						

Fonte: Propesq

- *Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito.*

Descrição: Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação profissional e superior pública federal de modo a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão do curso.

Dimensão: Políticas de Assistência Estudantil

Quadro 15 - Indicador da Assistência Estudantil

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Assistência Estudantil	Estudantes que recebem auxílio/Estudantes com matrícula ativa que recebem auxílio	Estudantes que recebem auxílio: são estudantes que foram selecionados via edital para receber auxílio estudantil. Estudantes com matrícula ativa que recebem auxílio: são estudantes que continuam matriculados na instituição	Anual	75 %	

Fonte: Sistec, Cores , Dera, Caes – Consolidado pelo DPAE

- *Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.*

Descrição: Adotar práticas socioambientais responsáveis e disseminar a cultura da sustentabilidade para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Dimensão: Extensão e Administração

Quadro 16 – Indicador do Desenvolvimento Sustentável

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
N.º de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações implementadas	Ações: capacitação, consultoria, etc.	Anual	1	3

Fonte: Proen e Proad

- *Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades educacionais especiais/específicas (PNEEs)*

Descrição: Criar condições físicas e pedagógicas para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas.

Dimensão: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Eficiência e Transparência na Administração Pública

Quadro 17 – Indicadores de Demandas das Pessoas com PNEEs

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Proporção de matrículas de PNEEs	9 matrículas no <i>Campus</i> Boa Vista ; 2 matrículas trancadas no <i>Campus</i> Boa Vista.	PNEEs: pessoas com deficiências, superdotadas/altas habilidades ou com transtornos globais do desenvolvimento.	Anual	11	22
Proporção de PNEEs que concluem o curso	4 concluintes; 3 formados.	Concluintes: 2 pessoas com deficiência auditiva; 1 pessoa com deficiência física; 1 pessoa com deficiência visual. Formados: 1 pessoa com deficiência mental; 1 pessoa com deficiência física; 1 pessoa com deficiência auditiva.	Anual	7	14

Fonte: Cores do *Campus* Boa Vista

- Consolidar a estrutura de governança.

Descrição: Ampliar a participação da comunidade acadêmica e da sociedade na gestão do instituto.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Eficiência e Transparência na Administração Pública

Quadro 18 – Indicadores da Dimensão, da Eficiência e da Transparência na Administração Pública

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	Recomendações atendidas x 100/Recomendações emitidas	Recomendações atendidas pelas unidades auditadas; Recomendações emitidas e exaradas nos Relatórios de Auditoria Interna.	Semestral	Relatórios de Monitoramento e Planos de Providências Interno	-	100%
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no Paint	Quantidade de ações realizadas x 100/Total de ações previstas	Ações de controle realizadas pela equipe da Auditoria Interna; Ações previstas no Paint, porém não realizadas.	Semestral	Paint e Relatórios de Auditoria Interna	-	100%
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior.	Quantidade de resoluções do Consup x 100/Quantidade de processos enviados para a apreciação do Consup	Resoluções emitidas pelo presidente do Consup de acordo com a deliberação da plenária; Processos enviados ao Consup para a relatoria de um conselheiro.	Anual	Resoluções do Consup e atas das reuniões ordinárias e extraordinárias	-	100%

Fonte: Diversas

- *Implementar sistema integrado de gestão institucional.*

Descrição: Garantir a integração, o funcionamento e a confiabilidade do sistema de apoio acadêmico e de gestão, bem como a disponibilidade de dados.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Quadro 19 - Indicador de Implantação de Sistema

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública – Suap	Percentual de implantação e uso do sistema	Indica o percentual de implantação e uso do Suap.	Anual	-	100%

Fonte: DTI

- *Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação.*

Descrição: Implementar as ações decorrentes do mapa estratégico por meio de planos de ação táticos e operacionais nos *campi*. Difundir as escolhas estratégicas e aperfeiçoar os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, assegurando continuidade e efetividade às ações do PDI 2014-2018.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Quadro 20 – Indicador dos Objetivos Estratégicos Alcançados

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Proporção de objetivos estratégicos alcançados	Número de objetivos estratégicos alcançados/ Total de objetivos estratégicos	Objetivos estratégicos alcançados: número de objetivos estratégicos que foram completamente alcançados no período de verificação.	Quadrimestral	-	100%

Fonte: Relatórios de Avaliação Estratégica

- Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação profissional.

Descrição: Garantir as condições necessárias para o desenvolvimento de ambientes propícios ao bem-estar, à motivação e à satisfação de todos os servidores, bem como ações que desenvolvam e utilizem o pleno potencial dos servidores de modo coerente e convergente com os objetivos estratégicos da instituição.

Dimensão: Gestão de Pessoas

Quadro 21 – Indicadores da Gestão de Pessoas

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Índice de afastamentos para qualificação	Total de afastamentos para qualificação/Total de servidores *100	Mensura o percentual de servidores que se encontram afastados de suas atividades laborais para dedicação exclusiva aos estudos (pós-graduação <i>stricto sensu</i>).	Anual	2,30%	5,0%
Índice de qualificação	Total de servidores em qualificação/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram realizando alguma qualificação (graduação ou pós-graduação).	Anual	14,94%	30%
Índice de capacitação	Total de capacitações realizadas/Total de servidores * 100	Mensura o quanto o IFRR tem realizado de capacitações em relação ao total de servidores.	Anual	62,75%	100%
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	Total de acidentes de trabalho + Total de doenças ocupacionais/Total de servidores * 100	Monitora o percentual de ocorrências de acidente de trabalho e doenças ocupacionais.	Anual	0%	0%
Índice de avaliação de desempenho	Total de avaliações realizadas/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que passaram por avaliação de desempenho.	Anual	46,89%	50%
Índice de disciplina	Total de PADs e sindicâncias instaurados no ano/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram respondendo a ações disciplinares.	Anual	9,65%	0%
Índice de rotatividade	Total de desligamentos por vacâncias, exonerações e demissões/Total de servidores do ano anterior * 100	Mensura o percentual de redução no quadro de servidores.	Anual	2,87%	0%

Fonte: DGP

- Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover qualidade dos serviços prestados.

Descrição: Adequar as instalações físicas dos *campi* – salas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas, áreas de convivência, entre outros – para garantir a condizente execução das ações pedagógicas e as condições de acessibilidade aos estudantes e aos servidores.

Dimensão: Administração

Quadro 22 – Indicadores das Obras

	Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Planejamento das obras	Percentual de processos abertos referentes ao Plano Diretor.	$(N.^{\circ} \text{ de processos abertos} / N.^{\circ} \text{ de processos previstos}) \times 100.$	Monitorar o avanço das etapas de execução do plano de expansão física da instituição.	Semestral	-	100%
	Percentual de planos concluídos (quantidade de projetos básicos elaborados).	$(N.^{\circ} \text{ de pacotes de trabalho concluídos} / N.^{\circ} \text{ de pacotes de trabalho planejados}) \times 100.$	Permite avaliar a eficácia do processo de planejamento e controle da obra, particularmente quanto à qualidade dos planos de curto prazo, bem como identificar problemas na execução de tarefas e orientar a implementação de ações corretivas.	Semestral	-	100%
Execução das obras	Percentual de ordens de serviço emitidas.	$(N.^{\circ} \text{ de ordens de serviço emitidas} / N.^{\circ} \text{ de pacotes de trabalho concluídos}) \times 100.$	Monitorar o avanço das etapas de execução do plano de expansão física da instituição, estabelecendo prazos para a conclusão de obras com a precisão adequada à implementação de metas educacionais.	Anual	-	100%
	Quantidades de termos de recebimentos provisórios emitidos.	$(N.^{\circ} \text{ de recebimentos provisórios emitidos} / N.^{\circ} \text{ de ordens de serviço emitidas}) \times 100.$	Permite o monitoramento da execução das obras diante do planejado.	Anual	-	100%
	Desvio de custo da obra.	$(\text{Custo real} - \text{custo orçado} / \text{custo orçado}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra finalizada, por meio da relação entre o custo orçado e o custo efetivo.	Prazo da obra	-	100%
	Desvio de prazo da obra.	$(\text{Prazo real} - \text{prazo previsto} / \text{prazo previsto}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra finalizada por meio da relação entre o prazo previsto e o prazo efetivo.	Prazo da obra	-	100%
	Desvio dos prazos das etapas da obra.	$(\text{Prazo real da etapa} - \text{prazo previsto da etapa} / \text{prazo previsto da etapa}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra em cada etapa, por meio da relação entre o prazo previsto e o prazo efetivo do serviço. Esse indicador nos permitirá ainda tomar medidas para minimizar o atraso no prazo final do empreendimento.	Prazo da etapa	-	100%

Fonte: Detoe e Diretorias e Departamentos de Administração

- Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações.

Descrição: Melhorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação no IFRR

Dimensão: Tecnologia da Informação

Quadro 23 – Indicadores de TI

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
N.º de PCs por quantidade de servidores.	NPC/NS	PCs: estação de trabalho para uso geral; Servidores: servidores efetivos lotados na Reitoria.	Mensal	-	1 PC/ servidor (min.)
Serviços disponíveis na rede/Host	SD/Host	Serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas <i>on-line</i> , acesso à internet, etc; Host: equipamento com arquitetura própria para serviços de rede.	Mensal	24 / 7	2 SD / H
N.º de atendimentos encerrados/Mês	NA/Mês (%)	Atendimentos: serviços de suporte efetivamente resolvidos.	Mensal	-	85%
N.º Switchs/PC	Nsw/PC	Switchs: concentrador; PC: estação de trabalho para uso geral.	Mensal	-	1 sw /10 PCs (min)

Fonte: DTI e GLPI

- Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição

Descrição: Assegurar os serviços de apoio administrativo e a segurança do patrimônio institucional, aperfeiçoar as rotinas administrativas, por meio da aquisição de materiais, e promover o controle e o acompanhamento da execução orçamentária.

Dimensão: Administração

Quadro 24 – Indicadores da Administração

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Percentual de gastos com pessoal.	PGP = Gastos com pessoal/Gastos totais.	Indica o percentual de gastos da instituição com pessoal. Seu cálculo considera os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, divididos pelos gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa.	Anual	61,01%	55,51%
Percentual de gastos com outros custeios.	PGO = Gastos com outros custeios/Gastos totais.	Indica, em percentual, o gasto do IFRR com outros custeios. Calcula-se com os gastos totais de outros custeios menos gastos com pessoal, benefícios, Pis/Pasep, investimentos e inversões financeiras, dividindo pelos gastos totais, considerando todas as fontes e grupos de despesa.	Anual	21,72%	23,70%
Percentual de gastos com investimento.	PGI = Gastos com investimento/ Gastos totais.	Indica, em percentual, o nível de gastos com investimentos em relação aos gastos totais. Calcula-se com o total de gastos com investimento, dividindo pelos gastos totais.	Anual	12,25%	20,79%

Fonte: Deorc

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O PDI do IFRR vincula-se também às competências descritas no artigo 7.º da Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais:

I – Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II – Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – Ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

No PPA 2016-2019, o Plano da Unidade está vinculado ao Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos – com dois objetivos:

- Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.
- Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável pela coordenação do planejamento institucional, orienta as demais pró-reitorias, as diretorias sistêmicas e os *campi*, durante a elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT), a seguir os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas no PDI, buscando garantir esse alinhamento.

Como forma de acompanhar e monitorar o cumprimento dos objetivos traçados e gerar informações úteis às tomadas de decisões, a cada quadrimestre é emitido o relatório do PAT, que demonstra o andamento das ações, a execução das metas físicas e financeiras, e ainda as dificuldades encontradas durante a realização da ação, bem como sugestões de possíveis soluções.

Em cumprimento ao princípio da publicidade, tendo em vista a prestação de contas à sociedade, todos os instrumentos de planejamento citados estão publicados no sítio da instituição.

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões físicas e financeiras das execuções das ações 20RG, 20RL e 2994, considerando, inclusive, os valores executados a título de Restos a Pagar no decorrer do exercício.

2.3.1.1 Ações Relacionadas ao PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 25 – Ação/Subtítulos – OFSS 01

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RG			Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.409.824,00	29.409.824,00	5.118.752,50	42.305,71	34.835,71	7.470,00	5.076.446,79
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado		Unidade	12	12	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 26 – Ação/Subtítulos – OFSS 02

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RG			Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e as necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
11.424.089,47	7.438.048,36	99.447,75	Projeto Viabilizado	Unidade	-	

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 27 – Ação/Subtítulos – OFSS 03

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na Execução da Ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RJ			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à capacitação e à formação inicial e continuada para a educação básica					
*Iniciativa						
Objetivo	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e da qualificação da rede física. Código: 0596					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-

Execução Física					
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
120.648,32	47.241,23	15.600,77	Projeto Apoiado	Unidade	-

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 28 – Ação/Subtítulos – OFSS 04.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para Todos		Código: 2080	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.360.795,00	17.217.863,00	15.773.092,49	9.326.523,31	8.995.345,79	331.177,52	6.446.569,18
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	6.813	5.039		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-				

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 29 – Ação/Subtítulos – OFSS 05.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com					

	deficiência. Código: 0582					
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
7.842.566,98	5.002.226,77	774.365,37	Estudante Matriculado	Unidade		

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 30 – Ação/Subtítulos – OFSS 06.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994			Tipo: Atividade		
Título	Assistência aos Estudantes de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para Todos.		Código: 2080	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.821.832,00	3.821.832,00	3.157.500,12	2.504.773,03	2.503.525,75	1.247,28	652.727,09
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício concedido			Unidade	1.000	1.500	1.251
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-				

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 31 – Ação/Subtítulos – OFSS 07.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994			Tipo: Atividade		
Título	Assistência aos Estudantes de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais aos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, bem como das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582					
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1.º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.087.705,63	590.160,27	463.674,49	Benefício concedido	Unidade		

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

2.3.1.2 Ações Não Previstas na LOA do Exercício – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Quadro 32 – Ações Não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	6380			Tipo: Atividade	
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
*Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	26437 – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1.º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
39.023,00	-	600,00	Instituição Apoiada	Unidade	0

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

2.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Os quadros abaixo dispõem sobre as dimensões física e financeira da execução com investimento das ações 20RG e 20RL.

Quadro 33 – Ações do Orçamento de Investimento 20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
*Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009						
Programa	Educação de Qualidade para Todos		Código: 2080	Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26437						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
29.409.824,00	29.409.824,00	5.118.752,50	Projeto Viabilizado	Unidade	12	12	3

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 34 – Ações do Orçamento de Investimento 20RG

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
*Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009						
Programa	Educação de Qualidade para Todos		Código: 2080	Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26437						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
17.360.795,00	17.217.863,00	15.773.092,49	Aluno Matriculado	Unidade	6.813	5.039	

2.3.1.4. Análise Situacional

A análise tem como base as ações relacionadas ao PROGRAMA TEMÁTICO, ou seja, as

ações 20RG, 20RL e 2994, nas quais foram estabelecidas metas.

O novo PPA, para o período 2016-2019, trouxe uma inovação: o programa “Educação de Qualidade para Todos” (cód. 2080). O anterior trazia o programa “Educação Profissional e Tecnológica” (cód. 2031), que abrangia as ações em destaque (20RG, 20RL e 2994). Isso explica o porquê de haver dois quadros para uma mesma ação – um que contempla os recursos da LOA do exercício de 2016; o outro que traz os restos a pagar inscritos em 2016, oriundos do antigo PPA.

AÇÃO 20RG

A ação orçamentária 20RG financia as ações vinculadas às dimensões estratégicas de administração, planejamento, desenvolvimento institucional e tecnologia da informação, em particular nos macroprocessos funcionamento das unidades administrativas, expansão dos *campi*, reestruturação dos *campi* e infraestrutura de tecnologia da informação.

O quadro dessa ação apresenta uma meta de 12 projetos viabilizados, todavia a execução dessa ação foi prejudicada porque 10 (dez) desses projetos deveriam ser financiados pelas emendas de bancadas, que representavam aproximadamente 80% da dotação final, as quais não foram liberadas.

A ação contemplou também emendas individuais no perceptual de aproximadamente 8% da dotação final, que atenderam aos *Campi* Novo Paraíso, na região sul de Roraima, Avançado do Bonfim, na região leste, e Boa Vista, na capital do estado.

Além das emendas individuais, foram consignados originalmente cerca de 12% dessa ação para atender ao planejamento do IFRR, cuja meta era de 2 (dois) projetos viabilizados.

Os principais projetos atendidos com esses recursos foram os seguintes:

a) No *Campus* Novo Paraíso – Montante investido: R\$ 2.263.472,23

- Aquisição de equipamentos e aparelhos para atender à área esportiva, considerando que a unidade possui um ginásio poliesportivo;
- Estruturação das salas de aulas com substituição das carteiras dos alunos e mesas dos professores, bem como de centrais de ar; aquisição de mesas e cadeiras para o restaurante; substituição dos mobiliários em geral dos setores da pesquisa, ensino e administração; aquisição de mobiliários para os alojamentos; aquisição de armários deslizantes para o Almojarifado e para a Coordenação de Gestão de Pessoas;

- Aquisição de equipamentos para atender aos cursos de Agropecuária e Agroindústria, além dos Departamento Técnico, no desenvolvimento das aulas práticas e afins;
- Aquisição de equipamentos para a estruturação dos laboratórios e dos alojamentos dos alunos;
- Aquisição de armário deslizante para atender ao Almojarifado;
- Aquisição de equipamentos para os laboratórios de Química, Física, Matemática e Biologia.

b) No *Campus* Avançado do Bonfim – Montante investido: R\$ 661.718,79

- Construção de um muro de proteção para a unidade

c) No *Campus* Boa Vista – Montante investido: R\$ 562.971,95

- Construção de uma área de convivência para atender os alunos do ensino médio integrado, cuja modalidade de ensino é integral;

- Aquisição de mobiliário para o refeitório, para a área de convivência e para os setores administrativos do *campus*. Os móveis adquiridos são flexíveis, adaptando-se às exigências pessoais e pedagógicas, e ao mesmo tempo resistentes e fortes, com acabamentos e conformação que não causam danos ao usuário nem ao meio ambiente;

- Aquisição de material esportivo para as práticas do curso de Licenciatura em Educação Física: mesas de tênis, bicicleta ergométrica, caixa acústica, tendas, protetores de tórax, *step* para ginástica, balança e monitor de composição corporal, carrinhos para transporte de discos, marcador de imagem, pistola e disparador eletrônico para largada;

- Aquisição de *software* de controle de acesso. A gestão sentiu a necessidade de fazer investimento na área de controle do acesso de pessoas ao *campus*, devido às varias ocorrências de furto. Como o principal cliente são os discentes, foi realizada a aquisição de catracas;

- Aquisição de mobiliário para biblioteca e escritório. O objetivo foi modernizar o ambiente institucional para proporcionar a identificação, permitir a agregação de serviços de forma integrada, trazendo acessibilidade, facilidade, segurança e benefícios às comunidades acadêmica e administrativa, e propiciar aos servidores, aos alunos e aos visitantes um ambiente melhor e mais humanizado.

d) No *Campus* Amajari – Montante investido: R\$ 296.349,00

- Aquisição de um gerador de energia. O município no qual o *campus* está inserido não possui um fornecimento de energia elétrica contínuo e confiável. As constantes quedas e faltas de energia vêm prejudicando as atividades administrativas e principalmente a produção animal e vegetal da unidade.

- Aquisição de equipamentos para atender ao laboratório de Aquicultura;
- Aquisição de mobiliário em geral.

e) No *Campus Zona Oeste* – Montante investido: R\$ 950.633,83

- Todos os recursos foram investidos na aquisição de mobiliário, equipamento, utensílios e máquinas para implementar o prédio da unidade, cuja obra que está em fase de conclusão e cuja entrega definitiva está prevista para o primeiro trimestre de 2017.

f) Reitoria – Montante investido: R\$ 383.606,70

- Aquisição de ativos de TI para implementação de rede lógica de ampliação do parque de estações de trabalho do IFRR;

- Aquisição de equipamento topográfico de alta tecnologia para fornecer as medições mais confiáveis e as mais altas precisões. O equipamento, adquirido pelo setor de engenharia e obras do IFRR, vai contribuir para modernizar os serviços executados.

AÇÃO 20RL

Na Ação 20RL, são financiadas ações vinculadas a todas as dimensões estratégicas, em particular aos principais macroprocessos institucionais definidos no exercício de 2016: manutenção da infraestrutura do IFRR para a consecução da sua missão, com contratação de diversos serviços de natureza continuada, tais como limpeza, conservação, segurança e vigilância patrimonial, manutenção predial, transporte, eletricidade, telefonia fixa, entre outros; mobilidade da frota do IFRR; fomento de convênios ou parcerias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão; apoio à execução de programas e projetos do ensino desenvolvidos pelas equipes técnico-pedagógicas dos *campi* do IFRR; promoção de ações de formação continuada das equipes técnico-pedagógicas; desenvolvimento de ações de integração entre ensino, pesquisa e extensão visando ao desenvolvimento das políticas educacionais; pagamento de diárias e passagens a servidores e gestores a serviço da instituição; garantia de condições para o desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica e para a oferta de programas de pós-graduação voltados às áreas de atuação do

IFRR, com vistas à produção, à proteção e à transferência de conhecimento e tecnologia, bem como à ampliação dos canais de divulgação [Bolsa Pibict, pesquisa na área de energia renovável, Pesquisa Aplicada/Docente (Pipad), fomento à pesquisa, socialização da produção científica e tecnológica, Connepi, realização de palestra e outros]; fomento à utilização de soluções de Tecnologia da Informação, atendendo às demandas internas e externas, assistindo os usuários finais das tecnologias envolvidas e utilizando as melhores práticas de mercado, bem como as indicadas pelos órgãos de controle.

Segundo informações extraídas do Sistec, o IFRR apresentou, em 2016, um total de 5.040 matrículas desenvolvidas com financiamento por meio da Ação 20RL. Além dessas, foram desenvolvidas matrículas nos programas Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação (matrículas ditas extraordinárias), por meio de créditos descentralizados para o instituto.

Fazendo um comparativo entre as dotações das LOAs de 2015 e 2016, houve um decréscimo de recursos de aproximadamente 11% em relação à dotação final do exercício de 2015. Embora o IFRR tenha recebido menos recursos, o percentual de despesas empenhadas no exercício permaneceu estável: um pouco acima de 92%.

O principal fator que impediu a execução da Ação 20RL foi a limitação do gasto em determinadas despesas imposta pelo órgão máximo. Do valor empenhado, foi possível executar 60%, que foram investidos principalmente em: a) locação de mão de obra, ou seja, serviços continuados – 47,95%; b) serviço de terceiros pessoas jurídicas, ou seja, serviços não continuados, mas essenciais à manutenção das unidades – 19,24%; c) auxílio financeiros aos estudantes para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e ensino – 13,39%. Pode-se destacar ainda o gasto de 4,74% em equipamento/material permanente. Tudo isso foi fundamental para o alcance da meta.

Outro fator crítico ainda é o processo licitatório. Por mais perfeito que seja o planejamento das unidades, muitos processos são fracassados ou desertos. Isso decorre das peculiaridades de Roraima, tais como deficiência do transporte rodoviário, principal meio de receber e escoar material, e existência de poucas indústrias, entre outros fatores. Todavia, o IFRR vem buscando melhorar os processos e adequar o planejamento.

O *Campus* Boa Vista destacou a morosidade no processo licitatório, e essa situação gerou dificuldades tanto acadêmicas quanto administrativas. No primeiro momento, justifica-se pela inexistência de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas, das oficinas e dos eventos planejados pelos gestores e pelos professores. No segundo momento, não tendo os recursos materiais necessários às atividades administrativas, os servidores tendem a ficar desmotivados e ociosos em relação ao desenvolvimento de suas competências.

A atual rede elétrica do *Campus* Boa Vista encontra-se deficitária em razão do tempo de existência e do material antigo. Em 2016, essa situação agravou-se, ocasionando quedas de energia, queima de equipamentos elétrico-eletrônicos devido à sobrecarga da rede. Assim, a gestão entende ser prioridade a contratação de empresa para realizar a reforma elétrica na infraestrutura física do *campus*.

*A fontes desses dados é do Simec/2016, do Tesouro Gerencial e das unidades gestoras.

AÇÃO 2994

A Ação 2994 financia as ações vinculadas à dimensão estratégica de assuntos estudantis em articulação com o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão, em particular ao macroprocesso de regulamentação da política de assistência estudantil; a implementação de ações que contribuam para a permanência e o êxito dos estudantes regularmente matriculados (promoção de eventos de acompanhamento pedagógicos; concessão de auxílio-moradia por meio de alojamento a discentes regularmente matriculados na modalidade de alternância, entre outros).

Os principais benefícios concedidos pelos *campi*, inclusive o *Campus* Avançado do Bonfim, foram alimentação, transporte, apoio educacional (material escolar e passagens), participação em eventos estudantil, seguro-aluno e auxílio financeiro para viagens de visitas técnicas.

Para o exercício de 2016, foi estabelecida uma meta de 1.000 (mil) benefícios concedidos. No tocante à meta física, apresentou-se uma execução de 125% em relação ao previsto e um acréscimo de 12% em relação ao resultado do exercício de 2015. A superação da meta física justifica-se pela ampliação da demanda por programas de permanência, especificamente os de bolsas de alimentação e transporte, em virtude do número de alunos com perfil socioeconômico vulnerável, segundo parâmetros estabelecidos pelo Decreto n.º 7.234/2010 (Pnaes). Deve-se considerar também que, em relação aos benefícios de transporte escolar destinados aos discentes dos *campi* da zona rural, no caso os *Campi* Novo Paraíso e Amajari, o benefício é estendido a todos os discentes.

Os *Campi* Novo Paraíso e Amajari, por terem uma peculiaridade de localização, bem como atenderem vários discentes do entorno, inclusive em mais de um município das respectivas regiões, apresentaram a maior demanda na execução dessa ação, 57% e 25%, respectivamente, no que diz respeito a despesas empenhadas. No tocante à liquidação, o *Campus* Novo Paraíso foi destaque, alcançando a meta de 80%, ou seja, dos R\$ 1.799.410,48 empenhados, liquidou R\$ 1.442.947,00.

Os créditos dessa ação orçamentária foram disponibilizados em dois planos orçamentários: Assistência ao Estudante e Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil. Essa metodologia permite mensurar o destino do gasto. O IFRR trabalhou esses planos da seguintes forma: para os gastos na natureza de despesa “339018”, utilizou-se o segundo plano, cujo benefício pecuniário foi creditado na conta corrente do aluno; para as demais gastos foi utilizado o plano de Assistência ao Estudante.

Em relação ao valor liquidado no plano orçamentário “Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil”, ocorreram os seguintes resultados: a) o *Campus* Boa Vista alcançou as seguintes metas físicas de bolsas concedidas: 285 para transporte de alunos; 27 bolsas EJA; 20 bolsas para alunos no XI Connepi 2016; e 89 para visitas técnicas, totalizando 421 bolsas. b) O *Campus* Novo Paraíso alcançou as seguintes metas físicas: 300 bolsas para alimentação de alunos e 51 para o Fórum de Integração do IFRR, totalizando 351 bolsas. c) O *Campus* Amajari obteve as seguintes metas físicas: 6 alunos contemplados no XI Connepi 2016, totalizando 6 bolsas. d) O *Campus* Boa Vista Zona Oeste apresentou as seguintes metas físicas: 63 bolsas para transporte de alunos e 53 para alimentação de alunos, totalizando 116 bolsas. e) O *Campus* Avançado do Bonfim, vinculado à Reitoria, obteve as seguintes metas físicas: 13 bolsas para apoio educacional em material de distribuição gratuita e 4 bolsas para alunos no XI Conepi 2016, totalizando 17 bolsas. Em relação ao valor liquidado no plano orçamentário “Assistência ao Estudante da Educação Profissional”, a instituição obteve os seguintes resultados em relação aos benefícios concedidos: a) o *Campus* Boa Vista alcançou as seguintes metas físicas de bolsas concedidas: 244 para alimentação de alunos e 1 para apoio educacional em material de distribuição gratuita, totalizando 245 benefícios concedidos. b) O *Campus* Novo Paraíso alcançou as seguintes metas físicas: 300 bolsas para transporte de alunos e 69 para apoio educacional em material de distribuição gratuita, totalizando 369 benefícios concedidos. c) O *Campus* Amajari obteve as seguintes metas físicas: 319 bolsas para alimentação e 60 para transporte de alunos, totalizando 379 benefícios concedidos. d) O *Campus* Boa Vista Zona Oeste apresentou as seguintes metas físicas: 318 bolsas para seguro de alunos.

As fontes desses dados são as unidades gestoras, que os encaminharam em janeiro de 2017, além do sistema Simec/2016, do Tesouro Gerencial e principalmente do Departamento de Políticas de Assistências ao Estudante.

Conforme o quadro de ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar Não Processados – OFSS, a Ação 6380 não foi prevista no início de 2016. O IFRR, na execução orçamentária de 2016, precisou inscrever recursos em Restos a Pagar em montante significativo nas ações orçamentárias 20RL e 20RG, em razão de limitação das liberações das quotas-limite para

emissão de nota de empenho por parte da SPO/MEC (DEC. N.º 8.670, 12/2/2016), como também de dificuldades na realização dos certames licitatórios, que normalmente só são processados no segundo semestre de cada exercício, o que é consequência para a emissão de empenhos no último trimestre do ano, inviabilizando sua liquidação, uma vez que os prazos mínimos para o cumprimento do objeto é de 30 (trinta) dias, acarretando, assim, inscrições em Restos a Pagar. Entretanto, todas as inscrições em Restos a Pagar foram processadas de acordo com legislação vigente, como a Lei n.º 4.320/1964 e o Decreto n.º 93.873/1986, em consonância com os termos do Acórdão n.º 2.659/2009 do TCU-Plenária. Além disso, o IFRR vem adotando várias medidas de planejamento e monitoramento dos recursos orçamentários nas ações de governo para minimizar o descompasso entre os recursos utilizados e as metas previstas, tais como medidas pedagógicas – visitas às unidades gestoras para orientar e contribuir para a melhoria da execução orçamentária; medidas preventivas – treinamento para os responsáveis pela execução orçamentária e financeira das unidades gestoras; medidas corretivas – abertura de processos administrativos para apurar o descumprimento contratual das contratadas que não entregaram ou executaram o objeto; adoção de controle interno – reformulação do modelo de pedido de créditos às unidades gestoras ou aos demais setores da Reitoria; monitoramento – realização de reuniões com as unidades gestoras, no mínimo uma vez por mês.

2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Em relação à Ação 20RL, como fatores que intervieram no desempenho do orçamento da gestão, pode-se citar a emissão da Portaria MP n.º 67, de 1.º de março de 2016, no âmbito do MEC, que estabeleceu limites à despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e à concessão de diárias e passagens no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo. Outro fator foi o Ofício-Circular n.º 11/2016/CHEFIAGAB/SE/MEC, que estabeleceu limites e orientações sobre a aplicação de diretrizes. Em cumprimento às diretrizes do MEC, o IFRR só poderia executar 52,42% dos recursos de custeio, ou seja, dos R\$ 20.885.920,00 disponíveis, deveriam ser bloqueados 47,58%. Esse bloqueio impactou as seguintes despesas: apoio administrativo, técnico e operacional; locação de imóveis; locação de máquinas e equipamentos; locação de veículos; locação de mão de obra terceirizada; serviços de consultoria; serviços de cópias de reprodução de documentos; serviços de limpeza e conservação; serviços de telecomunicação; serviços de vigilância ostensiva; e diárias e passagens.

Em relação à Ação 2994, os fatores críticos ainda são em relação a alimentação e transporte. Em alguns *campi*, são empresas que fornecem alimentação e realizam o transporte de alunos. Portanto, a gestão desses contratos traz dificuldades para as unidades do interior no momento da prorrogação do contrato, devido à dificuldade em fazer a cotação de preços, e, no caso da contratação de empresas para fornecer alimentação, é comum haver licitações desertas ou fracassadas, a exemplo do que ocorre no *Campus* Amajari, o qual, em 2016, trabalhou com três processos de fornecimento de alimentação. Pode-se citar ainda como fator crítico o atraso do repasse financeiro para cumprir prazo de pagamento às empresas que fornecem alimentação e transportam os alunos. Todavia, o fator positivo para o alcance das metas foi o monitoramento da execução da ação nos *campi* por parte do Departamento de Políticas de Assistência Estudantil da Reitoria.

Em relação à Ação 20RG, os fatores que prejudicaram o alcance das metas foram dois: a não realização da pavimentação do *Campus* Novo Paraíso e a não construção do muro de proteção do *Campus* Amajari, dois objetivos estabelecidos inicialmente.

Segundo a gestão do *Campus* Novo Paraíso, no final do ano de 2016 a unidade recebeu um montante no valor de R\$ 2.263.472,23 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 653.365,55 (seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) provenientes de emenda parlamentar e 1.609.906,68 (um milhão, seiscentos e nove mil, novecentos e seis reais e sessenta e oito centavos) referentes à matriz orçamentária do Instituto Federal de Roraima. Esse recurso inicialmente estava destinado à contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução de serviços de pavimentação, drenagem, iluminação externa e urbanização de ruas, avenidas e acesso ao *campus*, conforme Processo n.º 23230.000061.2016-34. No entanto, o processo não foi concluído em tempo hábil devido a dois fatores principais: correções no edital, conforme apontamento feito pela Advocacia-Geral da União; e necessidade de realização de um levantamento/atualização do Planialtimétrico do *campus* para continuação da contratação dos serviços de pavimentação.

Diante dessa situação, e em razão do curto prazo para a realização dos empenhos e para a execução do recurso, o valor de R\$ 2.263.472,23 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos) foi destinado ao cumprimento de várias ações, das quais algumas estavam previstas no Plano Anual de Trabalho, e outras não, por exemplo, a estruturação do restaurante, das salas de aulas, do novo prédio de Almojarifado e Patrimônio,

cuja construção está na fase final; dos laboratórios, dos ambientes administrativos, com a aquisição de mobiliário, equipamentos e diversos outros materiais/equipamentos que contribuíram de forma efetiva para a melhoria da prestação dos serviços.

Fato semelhante ocorreu com o processo de construção do muro que atenderia a todo o perímetro do *Campus* Amajari. Apesar de corrigir as falhas apontadas pela AGU, a licitação se deu fracassada. Segundo o Departamento de Engenharia e Obras, as empresas não estavam atendendo às normas editalícias.

Com relação às emendas de bancadas, a não liberação comprometeu a execução de 10 (dez) projetos.

Para contrapor os fatores intervenientes no desempenho orçamentário, o IFRR buscou avaliar a sustentabilidade financeira. Haja vista o significado social da continuação dos compromissos assumidos pelas unidades gestoras, foi dado o andamento com a contratação dos serviços essenciais ao funcionamento da instituição de forma que as atividades não parassem, buscando o alcance satisfatório de sua missão – ensino, pesquisa e extensão –, bem como adotando critérios objetivos e sociais na expansão e na reestruturação das unidades. Objetivando amenizar o efeito do contingenciamento na execução orçamentária, por meio de monitoramento vinculado ao planejamento estratégico, cada valor alocado por ação tem sido objeto de acompanhamento e, caso não haja saldo de créditos suficiente, remanejado para outra ação.

Em virtude da Portaria MP n.º 67 e da crise econômica vivenciada pelo País, que vem causando impactos negativos à Administração Pública federal, o IFRR teve a necessidade de reajustar alguns contratos administrativos, objetivando honrá-los financeiramente, por exemplo: serviços de vigilância; de mão de obra de apoio e manutenção predial; de motorista; de limpeza e conservação. Eles tiveram que ser reduzidos, alguns em até mais de 25%, visando à continuação da prestação dos serviços.

2.3.3 Obrigações Assumidas sem o Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Em cumprimento às legislações, o IFRR não assumiu obrigações sem o respectivo crédito orçamentário.

2.3.4 Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

A seguir será demonstrado o montante de Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2016, além dos respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício e o saldo apurado no dia 31/12/2016, que está dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm basicamente a mesma estrutura de informação.

Quadro 35 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 1/1/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2016
2015	14.042.114,58	8.641.540,09	1.214.179,45	4.186.395,04
2014	6.543.587,78	4.384.329,79	388.959,92	1.770.298,07
2013	1.632.634,18	126.884,43	296.803,20	1.208.946,55
2012	26.148,00	-	26.148,00	-
2011	284.423,40	-	-	284.423,40
Totais	22.528.907,94	13.152.754,31		7.450.063,06
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 1/1/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2016
2015	612.619,47	604.461,20	4.725,75	3.432,52
2014	153.897,18	119.763,61	2.646,07	31.487,50
2013	35.448,50	795,00	3.186,00	31.467,50
Totais	801.965,15	725.019,81	10.557,82	66.387,52

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

2.3.4.1 Análise Crítica

Quanto à gestão dos Restos a Pagar do Instituto Federal de Roraima no exercício de 2016, o Departamento de Contabilidade e Finanças solicitou informações aos demandantes de serviços ou bens a respeito da situação de cada despesa empenhada para proceder à liquidação ou ao cancelamento desta, conforme determina o Decreto n.º 7.654, de 23 de dezembro de 2011. O setor também orientou as unidades em relação à análise de empenhos, com o objetivo de diminuir a inscrição em Restos a Pagar.

Quanto à execução de Restos a Pagar no exercício de 2016, os RPs Não Processados Reinscritos referentes ao exercício de 2011 estão amparados pelo Decreto n.º 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1.º, § 3.º, inciso II, alínea c. Do saldo a pagar, já foi liquidado o valor de R\$ 161.892,01 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e dois reais e um centavo), referente à última parcela do Doutorado em Educação por meio da Associação Antônio Vieira (Unisinos).

Os RPs Não Processados Reinscritos referentes ao exercício de 2013 estão amparados pelo Decreto n.º 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1.º, § 3.º, inciso II, alínea c. Do total reinscrito, 18,18% foram cancelados e 7,77% pagos.

Os RPs Não Processados Reinscritos referentes ao exercício de 2014 estão amparados pelo Decreto n.º 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1.º, § 3.º. Do total reinscrito, 5,94% foram cancelados e 67% pagos.

Os RPs Não Processados Reinscritos referentes ao exercício de 2015 estão amparados, por conta da vigência, pelo Decreto n.º 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1.º, § 2.º. Do total reinscrito, 8,65% foram cancelados e 61,54% pagos.

O saldo a pagar em 31/12/2016, dos exercícios 2015, 2014 e 2013, de Restos a Pagar Processados diz respeito a empenhos do Pronatec e a recolhimento de impostos pendentes na unidade *Campus* Boa Vista. Aguarda-se resposta da Coordenação Financeira do Pronatec e da Coordenação de Finanças sobre a veracidade da obrigação.

2.3.5 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.3.5.1 Visão gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios.

Quadro 36 – Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios

Unidade concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	1	-	-	253.000,00	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	-	190.000,00	26.000,00	-
Totais	2	1	-	443.000,00	26.000,00	-

Fonte: Relatório de Gestão 2015, Processo 23231.000364.2015-66, Processo 23231.000140.2016-35 e Processo 23231.000505.2015-41

Quadro 37 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ nas Modalidades de Convênio, Contratos de Repasse e Instrumentos Congêneres

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Cooperação
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01		01
		Montante Repassado	253.000,00		190.000,00
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	01
		Montante Repassado	-	-	26.000,00

Fonte: Relatório de Gestão 2015, Processo 23231.000364.2015-66 e Processo 23231.000505.2015-41

2.3.5.2 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Não houve contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão.

Quadro 38 – Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					
GESTÃO/UG: 26437/158152					
Instrumentos da transferência	Quantidade de Dias de Atraso na Análise das Contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	397

Fonte: Proex e Processo 23231.000505.2015-41 – elaborado pela Proad

2.3.5.3 Análise Crítica

O IFRR apresenta, ao longo dos exercícios, um baixo volume de transferência de recursos. Em relação ao exercício de 2016, houve somente um convênio firmado e um termo de cooperação celebrado.

Conforme o Processo n.º 23231.000364.2015-66, o convênio foi firmado com a UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, CNPJ n.º 48.031.918/0001-24, em 11 de novembro de 2016, e publicado no DOU no dia 14/11/2016, seção 3, página 53. O objeto do convênio é a Execução de Programa de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado Profissional em Engenharia de Produção para atender às necessidades de formação dos servidores professores/docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) efetivos e ativos e técnicos administrativos em educação (TAE) efetivos, estáveis e ativos do quadro

do IFRR, cuja meta é disponibilizar 20 vagas aos servidores da instituição. A vigência do convênio é de 11 de novembro de 2016 a 12 de novembro de 2018.

Consoante ao Processo n.º 23231.000140.2016-35, foi celebrado o Termo de Cooperação com a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO para promover a qualificação e a capacitação de docentes e técnicos do IFRR em Programa de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado em Educação Agrícola. O termo foi celebrado em 13/05/16 e publicado em 17/5/16, tendo como vigência o período de 13 de maio de 2016 a 13 de junho de 2018.

Pelas informações constantes nos quadros acima, podemos observar que continuou pendente o Termo de Cooperação 01/2015, firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) com o objetivo de fazer parte de uma estratégia da expansão da Rede Federal de Educação, tendo em vista a organização e a realização dos jogos das Instituições Federais de Educação da Região Norte/2015 no Ifro. O referido crédito visava garantir a contratação dos serviços necessários para a realização dos Jogos dos Institutos Federais – etapa Norte (Jifens), conforme o Processo n.º 23231.000505.2015-41. Como medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, a Reitoria do IFRR tomou as seguintes providências com o intuito de regularizar essa situação:

Enviou o Ofício n.º 1418/2015/GR/IFRR, no dia 2 de dezembro de 2015, para o Senhor UBERLANDO TIBURTINO LEITE, reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) informando o prazo de vigência do Termo de Cooperação n.º 01/2015 e solicitando o envio da prestação de contas.

Enviou o Ofício n.º 390/2016/GR/IFRR, no dia 4 de abril de 2016, para o Senhor UBERLANDO TIBURTINO LEITE, reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) solicitando, com urgência, a prestação de contas do Termo de Cooperação n.º 01/2015.

Por fim, encaminhou o Ofício n.º 1295/2016/GR/IFRR, no dia 23 de novembro de 2016, ao Senhor UBERLANDO TIBURTINO LEITE, reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) solicitando o envio da complementação de documentos para finalização da prestação de contas por parte da comissão responsável pela análise e pela aprovação.

Todavia, até o fechamento deste relatório, a unidade recebedora não encaminhou os documentos complementares.

2.3.5.4 Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas

O IFRR não dispõe de uma estrutura específica para o tratamento, a análise e o posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados, visto que o número de descentralizações realizadas pela instituição é considerado baixo. Tomando por base os quadros anteriores, pode-se observar que o instituto pactuou, no exercício de 2016, somente dois instrumentos de transferência de recursos, um convênio e um termo de cooperação, ambos na qualidade de concedente.

Embora não tenha uma equipe específica, o IFRR adota todas as medidas para analisar, adequadamente e de forma tempestiva, as contas enviadas pelos convenientes. Toma-se como procedimentos a nomeação de uma comissão para análise da prestação de contas, com os seguintes integrantes: servidor da Coordenação de Orçamento, para analisar a legalidade dos atos de execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados; servidores da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, responsáveis pela análise do cumprimento do objeto e dos objetivos pactuados.

Os grandes entraves encontrados dizem respeito ao não cumprimento por parte dos convenientes do envio tempestivo dos relatórios e dos documentos comprobatórios para a comissão de prestação de contas do concedente, o que acarreta atrasos significativos nos trabalhos, conforme vistos nos quadros anteriores. Todavia, o IFRR adota todas as medidas legais para forçar o cumprimento dos prazos pelos convenientes. Caso não obtenha êxito, resta-lhe somente a tomada de contas especiais aberta pela autoridade máxima do IFRR. Porém, ainda não há caso de tomadas de contas especiais no âmbito do IFRR.

2.3.6 Informações sobre a Realização das Receitas

Quadro 39 – Receitas Realizadas no Exercício 2016

RECEITA REALIZADA		
Descrição da Receita	Fonte	Arrecadação (R\$)
13100111 ALUGUÉIS	250026437	20.085,00
16100111 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	250026437	260,00
16100211 TAXA INSCRIÇÃO CONCURSOS/VESTIBULAR	250026437	124.990,00
16100212 MORA/MULTA	250026437	1,25
16909911 OUTROS SERVIÇOS	250026437	261,89
19220611 RECUP.DESP.EXERC. ANTER.	250026437	55,00
TOTAL		145.653,14

Fonte: Siafi Operacional

A instituição não tem um comportamento uniforme, ao longo do tempo, em relação à arrecadação, pois está basicamente lastrada na sazonalidade.

Analisando as duas principais receitas, pela própria relevância, podem-se ponderar dois fatos importantes diretamente relacionados com a crise econômica iniciada em 2015: a redução de vagas para o serviço público e, conseqüentemente, de concursos para provimento.

2.3.7 Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.8.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro 40 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158152

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UGO: 158152	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	18.369.082,59	16,59	19.189.966,18	19,44	5.741.787,98	5,92	8.114.357,06	9,43
a) Convite	1.007,79		32.914,00		1.007,79		9.301,98	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	97.116,21		2.265.036,65		-		-	
d) Pregão	15.653.499,00		16.892.015,53		5.740.780,19		8.105.055,08	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.617.459,59		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	3.608.429,61	3,26	3.991.738,16	4,05	2.565.442,65	2,65	2.599.980,06	3,02
h) Dispensa	2.006.067,07		2.750.130,77		1.432.867,27		1.891.068,81	
i) Inexigibilidade	1.602.362,54		1.241.607,39		1.132.575,38		708.911,25	
3. Regime de Execução Especial	11.634,59	0,01	13.240,07	0,01	11.634,59	0,01	13.240,07	0,01
j) Suprimento de Fundos	11.634,59		13.240,07		11.634,59		13.240,07	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	88.729.981,72	80,14	75.516.093,75	76,50	88.683.586,24	91,42	75.358.605,84	87,54
k) Pagamento em Folha	88.001.929,99		74.845.465,54		87.963.406,06		74.696.203,19	
l) Diárias	728.051,73		670.628,21		720.180,18		662.402,65	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	110.719.128,51		98.711.038,16		97.002.451,46		86.086.183,03	
6. Total das Despesas da UPC	110.719.128,51	100	98.711.038,16	100	97.002.451,46	100	86.086.183,03	100

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 13/2/17)/Relatório de Gestão 2015

Quadro 41 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158152

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158152	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.752.425,05	5,04	2.633.592,11	2,86	1.050.350,46	1,36	1.558.472,68	2,02
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		-		-		-	
d) Pregão	2.134.965,46		2.633.592,11		1.050.350,46		1.558.472,68	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.617.459,59		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	1.166.225,66	1,24	1.132.108,75	1,23	782.078,67	1,02	807.265,92	1,04
h) Dispensa	545.789,05		634.061,35		415.773,00		462.518,47	
i) Inexigibilidade	620.436,61		498.047,40		366.305,67		344.747,45	
3. Regime de Execução Especial	4.235,23	0,01	7.015,79	0,01	4.235,23	0,01	7.015,79	0,01
j) Suprimento de Fundos	4.235,23		7.015,79		4.235,23		7.015,79	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	88.285.489,66	93,71	88.239.533,08	95,90	75.071.067,55	97,61	75.001.954,13	96,93
k) Pagamento em Folha	87.989.190,88		87.950.666,95		74.775.115,73		74.696.203,19	
l) Diárias	296.298,78		288.866,13		295.951,82		305.750,94	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	94.208.375,60		92.012.249,73		76.907.731,91		77.374.708,52	
6. Total das Despesas da UPC	94.208.375,60	100	92.012.249,73	100	76.907.731,91	100	77.374.708,52	100

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 13/2/17) / Relatório de Gestão 2015

Quadro 42 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158350

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158350	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.886.164,99	82,09	6.717.253,15	81,96	2.386.684,99	72,95	3.660.138,99	76,89
a) Convite	1.007,79		32.914,00		1.007,79		9.301,98	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		-		-		-	
d) Pregão	4.885.157,20		6.684.339,15		2.385.677,20		3.650.837,04	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	864.650,42	14,52	1.287.754,29	15,71	685.184,89	20,94	954.201,41	20,04
h) Dispensa	50.158,77		688.839,45		46.658,77		672.561,28	
i) Inexigibilidade	814.491,65		598.914,84		638.526,12		281.640,13	
3. Regime de Execução Especial	4.282,15	0,07	6.224,18	0,08	4.282,15	0,13	6.224,18	0,13
j) Suprimento de Fundos	4.282,15		6.224,18		4.282,15		6.224,18	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	197.433,87	3,32	184.095,83	2,25	195.572,75	5,98	139.867,61	2,94
k) Pagamento em Folha	12.739,11		47.243,72		12.739,11		-	
l) Diárias	184.694,76		136.852,11		182.833,64		139.867,61	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	5.952.531,43		8.195.327,45		3.271.724,78		4.760.432,19	
6. Total das Despesas da UPC	5.952.531,43	100	8.195.327,45	100	3.271.724,78	100	4.760.432,19	100

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 15/2/17) / Relatório de Gestão 2015

Quadro 43 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158351

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158351	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.346.264,73	82,69	4.126.299,94	80,78	1.035.731,17	57,89	1.526.610,76	70,81
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		579.671,64		-		-	
d) Pregão	5.346.264,73		3.546.628,30		1.035.731,17		1.526.610,76	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	974.474,06	15,07	848.025,89	16,60	608.626,47	34,02	493.204,00	22,87
h) Dispensa	944.789,47		789.901,18		579.641,88		456.311,05	
i) Inexigibilidade	29.684,59		58.124,71		28.984,59		36.892,95	
3. Regime de Execução Especial	1.831,50	0,03	-	0,00	1.831,50	0,10	-	0,00
j) Suprimento de Fundos	1.831,50		-		1.831,50		-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	142.844,55	2,21	133.772,97	2,62	142.844,55	7,99	136.212,47	6,32
k) Pagamento em Folha	-		-		-		-	
l) Diárias	142.844,55		133.772,97		142.844,55		136.212,47	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	6.465.414,84		5.108.098,80		1.789.033,69		2.156.027,23	
6. Total das Despesas da UPC	6.465.414,84	100	5.108.098,80	100	1.789.033,69	100	2.156.027,23	100

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 16/2/17) / Relatório de Gestão 2015

Quadro 44 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158510

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158510	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.904.060,80	75,51	3.144.530,98	79,54	878.474,56	62,78	1.170.870,73	74,44
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		66.566,01		-		-	
d) Pregão	1.904.060,80		3.077.964,97		878.474,56		1.170.870,73	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	531.875,23	21,09	694.813,83	17,57	439.655,09	31,42	331.405,59	21,07
h) Dispensa	451.923,23		635.890,39		380.378,19		297.453,22	
i) Inexigibilidade	79.952,00		58.923,44		59.276,90		33.952,37	
3. Regime de Execução Especial	785,71	0,03	-	0,00	785,71	0,06	-	0,00
j) Suprimento de Fundos	785,71		-		785,71		-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	85.000,00	3,37	114.180,00	2,89	80.336,53	5,74	70.714,63	4,49
k) Pagamento em Folha	-		12.900,00		-		-	
l) Diárias	85.000,00		101.280,00		80.336,53		70.714,63	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	2.521.721,74		3.953.524,81		1.399.251,89		1.572.990,95	
6. Total das Despesas da UPC	2.521.721,74	100	3.953.524,81	100	1.399.251,89	100	1.572.990,95	100

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 17/2/17) / Relatório de Gestão 2015

Quadro 45 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158352

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158352	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.480.167,02	94,21	2.568.290,00	98,01	390.546,80	84,87	198.263,87	89,30
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	97.116,21		1.618.799,00		-		-	
d) Pregão	1.383.050,81		949.491,00		390.546,80		198.263,87	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	71.204,24	4,53	32.035,40	1,22	49.897,53	10,84	13.903,14	6,26
h) Dispensa	13.406,55		4.438,40		10.415,43		2.224,79	
i) Inexigibilidade	57.797,69		27.597,00		39.482,10		11.678,35	
3. Regime de Execução Especial	500,00	0,03	-		500,00	0,11	-	0,00
j) Suprimento de Fundos	500,00		-		500,00		-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	19.213,64	1,23	20.063,09	0,77	19.213,64	4,18	9.857,00	4,44
k) Pagamento em Folha	-		10.206,09		-		-	
l) Diárias	19.213,64		9.857,00		19.213,64		9.857,00	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	1.571.084,90		2.620.388,49		460.157,97		222.024,01	
6. Total das Despesas da UPC	1.571.084,90	100	2.620.388,49	100	460.157,97	100	222.024,01	100

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 17/2/17) / Relatório de Gestão 2015

Quadro 46 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	59.735.879,41	51.737.288,91	59.735.879,41	51.737.274,88	-	14,03	59.735.879,41	51.737.274,88
Obrigações patronais intraorçamentárias	11.564.345,93	9.946.710,59	11.564.345,93	9.946.710,59	-	-	11.564.345,93	9.946.710,59
Demais elementos do grupo	10.329.654,17	8.494.484,85	10.292.140,30	8.437.484,48	37.513,87	57.000,37	10.292.140,30	8.437.484,48
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Locação de mão de obra	7.028.119,68	8.076.145,28	4.472.107,20	5.960.541,67	2.556.012,48	2.115.603,61	4.148.598,52	5.790.693,53
Auxílio-Alimentação	3.576.085,64	2.599.335,09	3.576.085,64	2.599.335,09	-	-	3.576.085,64	2.599.335,09
Outros serviços de terceiros – PJ	3.547.806,56	4.148.108,97	2.417.729,09	2.708.009,61	1.130.077,47	1.440.099,36	2.412.930,84	2.525.014,54
Passagens e despesas com locomoção	2.625.587,69	2.379.543,62	1.764.683,08	1.558.039,08	860.904,61	821.504,54	1.764.683,08	1.513.028,15
Auxílio financeiro a estudantes	2.201.369,19	3.248.940,23	2.150.921,69	2.597.657,14	50.447,50	651.283,09	2.149.913,69	2.566.395,14
Material de consumo	1.442.518,16	2.488.341,19	543.717,12	899.476,38	898.801,04	1.556.310,04	540.374,93	932.031,15
Indenizações e restituições	1.309.508,39	1.104.103,29	1.298.794,68	1.076.160,21	10.713,71	27.943,18	1.298.794,68	1.072.710,21
Demais elementos do grupo	4.038.498,84	5.100.204,29	3.766.519,38	4.095.622,35	271.979,46	1.004.581,94	3.765.172,42	3.961.879,09
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e Material Permanente	7.696.052,89	4.381.312,30	450.096,65	287.574,53	7.245.956,24	4.102.737,77	442.626,65	264.819,23
Obras e Instalações	2.892.077,60	2.265.036,65	-	-	2.892.077,60	2.265.036,65	-	-
Demais elementos do grupo	55.807,68	-	33.936,71	-	21.870,97	-	33.936,71	-

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 22/2/17)

Quadro 47 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158152

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima							UG: 158152	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	59.735.879,41	51.737.288,91	59.735.879,41	51.737.274,88	-	14,03	59.735.879,41	51.737.274,88
Obrigações patronais intraorçamentárias	11.564.345,93	9.946.710,59	11.564.345,93	9.946.710,59	-	-	11.564.345,93	9.946.710,59
Demais elementos do grupo	10.329.654,17	8.494.484,85	10.292.140,30	8.437.484,48	37.513,87	57.000,37	10.292.140,30	8.437.484,48
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Auxílio-alimentação	3.576.085,64	2.599.335,09	3.576.085,64	2.599.335,09	-	-	3.576.085,64	2.599.335,09
Indenizações e restituições	1.280.733,64	1.032.082,58	1.279.723,58	1.012.782,40	1.010,06	19.300,18	1.279.723,58	1.012.782,40
Locação de mão de obra	1.100.142,12	1.205.379,13	806.864,23	972.734,10	293.277,89	232.645,03	778.687,21	972.734,10
Passagens e despesas com locomoção	806.119,92	590.262,82	374.349,86	308.480,07	431.770,06	281.782,75	374.349,86	308.480,07
Auxílio-transporte	792.716,33	696.170,50	792.716,33	696.170,50	-	-	792.716,33	696.170,50
Outros serviços de terceiro – PJ	770.993,70	1.066.000,98	588.407,79	714.469,76	182.585,91	351.531,22	587.865,72	706.610,32
Outros benefícios assist. do servidor	533.024,65	94.024,70	533.024,65	94.024,70	-	-	533.024,65	94.024,70
Material de consumo	477.286,57	518.945,48	119.232,18	302.172,09	358.054,39	216.773,39	115.889,99	302.172,09
Demais elementos do grupo	1.804.984,37	2.131.646,83	1.603.515,50	1.063.803,41	201.468,87	1.067.843,42	1.601.868,54	1.024.534,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e instalações	2.617.459,59	-	-	-	2.617.459,59	-	-	-
Equipamentos e material permanente	1.932.334,93	505.178,58	129.052,60	211.739,55	1.803.282,33	293.439,03	129.052,60	211.739,55

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 22/2/17)

Quadro 48 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158350

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima							UG: 158350	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Locação de mão de obra	3.012.714,15	3.677.787,59	2.120.551,46	2.784.429,19	892.162,69	893.368,41	1.825.219,80	2.784.429,18
Outros serviços de terceiros – PJ	1.465.400,34	1.888.315,99	1.005.708,90	1.351.565,49	459.691,44	536.750,50	1.001.452,72	1.246.894,41
Auxílio financeiro a estudantes	953.051,54	1.506.785,39	944.750,54	1.285.184,33	8.301,00	301.601,06	944.750,54	1.285.184,33
Demais elementos do grupo	560.966,65	1.909.925,07	544.645,38	1.717.718,86	273.122,19	870.275,86	544.645,38	1.661.486,86
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e material permanente	614.764,14	1.200.874,24	14.510,00	5.885,00	600.254,14	1.194.989,24	7.040,00	5.885,00
Demais elementos do grupo	177.501,80	-	-	-	177.501,80	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 22/2/17)

Quadro 49 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158351

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima							UG: 158351	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Locação de mão de obra	1.317.143,36	1.111.665,63	664.616,23	696.697,82	652.527,13	414.967,81	664.616,23	696.697,82
Passagens e despesas com locomoção	1.281.894,87	1.243.437,81	995.632,39	917.266,91	286.262,48	326.170,60	995.632,39	917.266,91
Auxílio financeiro a estudantes	704.009,64	845.560,99	664.258,64	735.671,46	39.751,00	109.889,53	664.258,64	735.671,46
Outros serviços de terceiros – PJ	576.343,94	594.594,17	310.340,55	355.701,95	266.003,39	238.892,22	310.340,55	324.699,17
Demais elementos do grupo	707.029,22	467.769,98	442.721,58	331.776,33	264.307,64	135.993,65	442.721,58	331.776,33
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e material permanente	3.724.938,17	1.302.387,53	74.335,05	33.732,00	3.650.603,12	1.268.655,53	74.335,05	33.732,00
Demais elementos do grupo	33.936,71	579.671,64	33.936,71	-	-	579.671,64	33.936,71	-

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 22/2/17)

Quadro 50 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158510

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								UG: 158510	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
3. Outras Despesas Correntes									
Locação de mão de obra	1.138.643,04	1.866.132,90	550.156,03	1.371.540,50	588.487,01	494.592,40	550.156,03	1.201.692,36	
Outros serviços de terceiros – PJ	667.821,03	527.055,95	459.796,38	244.175,55	208.024,65	282.880,40	459.796,38	204.713,78	
Passagens e despesas com locomoção	324.538,70	336.743,97	202.738,72	207.000,05	121.799,98	129.743,92	202.738,72	161.989,12	
Demais elementos do grupo	528.319,08	1.646.237,31	461.631,66	1.118.195,41	66.687,42	528.041,90	460.923,66	1.023.245,82	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
4. Investimentos									
Equipamentos e material permanente	592.369,00	772.109,52	232.199,00	400,00	360.170,00	771.709,52	232.199,00	400,00	
Demais elementos do grupo	-	66.566,01	-	-	-	66.566,01	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 22/2/17)

Quadro 51 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158352

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								UG: 158352	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
3. Outras Despesas Correntes									
Locação de mão de obra	459.477,01	215.170,03	329.919,25	135.140,07	129.557,76	80.029,96	329.919,25	135.140,07	
Auxílio financeiro a estudantes	191.772,01	61.460,85	190.295,01	61.060,85	1.477,00	400,00	190.295,01	61.060,85	
Outros serviços de terceiros – PJ	67.247,55	72.141,88	53.475,47	42.096,86	13.772,08	30.045,02	53.475,47	42.096,86	
Demais elementos do grupo	124.896,40	126.627,74	86.062,17	52.821,51	38.834,23	73.806,23	86.062,17	52.821,51	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
4. Investimentos									
Equipamentos e material permanente	831.646,65	600.762,43	-	26.817,98	831.646,65	573.944,45	-	13.062,68	
Demais elementos do grupo	118.987,18	1.618.799,00	-	-	118.987,18	1.618.799,00	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 22/2/17)

2.3.8.2 Análise Crítica

A execução da despesa está sendo demonstrada sob duas perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa. Está sendo considerado o universo, ou seja, todas as unidades gestoras executoras, nesse caso a Reitoria, o *Campus* Boa Vista, o *Campus* Novo Paraíso, o *Campus* Amajari e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste. No caso do *Campus* Avançado do Bonfim, como ainda não é considerado unidade gestora, a execução da despesa é feita pela Reitoria.

O quadro “Despesas por Modalidade de Contratação” contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Executada e a Despesa Paga. O Relatório de Gestão 2015 considerava como Despesa Executada “o total de despesas que já passaram pela fase de liquidação”. No entanto, essa nomenclatura foi alterada de “Despesa Liquidada” para “Despesa Executada”. Despesa Executada, neste caso, representa “o total das despesas empenhadas no exercício, considerando as liquidadas pagas e a pagar e as que foram inscritas em Restos a Pagar não Processados”.

O quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesas” demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e nos elementos de despesa. Demonstra ainda a evolução das rubricas ao longo do tempo sobre o exercício de referência do Relatório de Gestão e sobre o exercício imediatamente anterior. Cada grupo de despesa apresenta os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência até o acumulado de 80% do valor executado no grupo de despesa. Já o restante dos 20% do valor executado em cada grupo está informado, de forma consolidada, na linha “Demais Elementos do Grupo”, o qual acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

O total de despesas executadas no exercício foi de 12,16% maior que em 2015. A modalidade de contratação que mais contribuiu para esse aumento foi a de pagamentos de pessoal, que cresceu em torno de 1,75%.

As despesas executadas em 2016 por modalidade de licitação foram reduzidas em 4,28% em relação ao exercício anterior. No tocante às contratações diretas, também houve uma redução de 9,60% em comparação com 2015. Isso também se estende às contratações diretas e ao suprimento de fundos, que foram menores do que em 2015.

Podem-se citar dois principais fatores responsáveis por essas reduções: primeiro, a imposição do MEC para a redução em despesas de custeio, que afetou principalmente os serviços

continuados, levando algumas unidades a suprimir os contratos desses serviços; segundo, o fato de algumas licitações não terem sido finalizadas em tempo hábil para empenho.

Em relação às despesas pagas, considerando o universo de UGs do IFRR, o percentual manteve-se estável. Em 2015, foram pagos 87,21% do montante empenhado. Já em 2016 foi 0,40% maior.

Nesse contexto, convém fazer um esclarecimento. O IFRR poderia ter aumentado seu percentual de despesas pagas no exercício, todavia as contratações para a construção do prédio do *Campus Avançado* do Bonfim e do respectivo muro ocorreram somente em novembro de 2016, e o montante empenhado foi inscrito em Restos a Pagar, conforme o valor executado na modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Abordando a execução da despesa, no exercício de 2016, do ponto de vista de cada unidade, verifica-se que somente o CBV apresentou despesa na modalidade convite, que foi a realização de serviço de limpeza de caixa d'água.

No caso da licitação concorrência, diferentemente do ano de 2015, a incidência ocorreu somente no *Campus Boa Vista Zona Oeste*, haja vista o reforço da construção da obra do *campus*. Em 2015, o dispêndio foi maior em virtude dos processos para a construção de dois almoxarifados, um no *Campus Novo Paraíso* e outro no *Campus Amajari*, além do reforço de empenho da obra para ajustar o contrato de construção do *Campus Boa Vista Zona Oeste*.

A execução das despesas relacionadas à modalidade de licitação pregão se manteve estável. As despesas foram concentradas basicamente, em sua maioria, em dois grandes grupos: manutenção e funcionamento da instituição no que tange à locação de mão de obra, transporte escolar de alunos e outros serviços de terceiros pessoas jurídicas e aquisição de equipamentos e material permanente. As unidades gestoras apresentaram os seguintes percentuais em ambos os grupos no exercício de 2016:

Reitoria: 53% destinados à manutenção e ao funcionamento da unidade e 25%, a investimentos tais como melhoria na rede lógica e ampliação do parque de estações de trabalho do IFRR.

Campus Boa Vista: 60,49 % investidos em manutenção e funcionamento da unidade no que tange a serviços de limpeza, vigilância, motorista e apoio operacional, e 16,07% em obras, instalações e equipamentos.

Campus Novo Paraíso: 24,43% investidos em manutenção e funcionamento da unidade no que tange à locação de mão de obra, transporte escolar de alunos e outros serviços de terceiros pessoas jurídicas, e 69,60% em equipamentos e material permanente.

Campus Amajari: 31,03% investidos em equipamento e material permanente, e 66,58% em manutenção e funcionamento da unidade no que tange à locação de mão de obra, transporte escolar de alunos e outros serviços de terceiros pessoas jurídicas.

Campus Boa Vista Zona Oeste: 60,13% investidos em equipamento e material permanente, devido à brevidade da inauguração do prédio em 2017 e à necessidade de equipá-lo e mobiliá-lo. Por fim, 37,44% investidos em locação de mão de obra, transporte escolar de alunos e outros serviços de terceiros pessoas jurídicas.

Nas contratações diretas, dispensa e inexigibilidade, todas foram realizadas conforme prevê a legislação de licitações, a Lei 8.666/93. Podem-se destacar algumas despesas mais relevantes. No caso da Reitoria, devido a não possuir ainda uma sede definitiva, houve um dispêndio para a locação de imóveis em torno de 70% em relação ao montante das despesas por dispensa, considerando somente sua UG.

Outras despesas comuns a todos os *campi* que demandam a alocação de recursos significativos são as despesas com energia elétrica: 32,70% empenhados e 35,77% pagos do montante total das despesas executadas e pagas em 2016. Cada unidade vem buscando adotar todas as medidas no sentido de evitar desperdício com energia, tais como campanhas, por meio de cartazes e avisos, para o desligamento de lâmpadas, computadores e equipamentos.

No caso da inexigibilidade, o maior volume apresentado em todas as unidade foi o pagamento com passagens aéreas dentro do País: 14,09% empenhados e 13,35% pagos do montante total das inexigibilidade executadas e pagas em 2016.

Em relação a pagamento de pessoal, benefícios, auxílios, indenizações e restituições a servidores ativos e inativos do IFRR, eles só ocorrem na unidade gestora Reitoria. Além disso, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) possui somente uma unidade pagadora, a Reitoria, conforme determina o art. 9.º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2012.

2.3.8 Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões e Pagamento do Governo Federal

Quadro 52 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158152	IFRR/Reitoria	-	-	3	6.400,00	2.000,00
	158350	IFRR/CBVC	-	-	3	6.900,00	2.000,00
	158351	IFRR/CNP	-	-	2	6.464,50	2.000,00
2015	158152	IFRR/Reitoria	-	-	5	8.000,00	2.000,00
	158350	IFRR/CBVC	-	-	8	16.118,97	2.000,00

Fonte: Siafi 2016/2015

Quadro 53 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158152	IFRR/Reitoria	-	-	3	-	4.235,23	4.235,23
	158350	IFRR/CBV	-	-	3	-	4.282,15	4.282,15
	158351	IFRR/CNP	-	-	2	-	1.831,50	1.831,50
2015	158152	IFRR/Reitoria	-	-	5	-	6.287,09	6.287,09
	158350	IFRR/CBV	-	-	8	-	6.224,20	6.224,20

Fonte: Siafi 2016/2015

Quadro 54 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do Siafi		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158152	IFRR/Reitoria	339030	01	2.360,66
			26	1.330,07
			25	47,00
			24	497,50
158350	IFRR/CBVC	339030	01	4.133,15
			339039	149,00
158351	IFRR/CNP	339030	41	829,50
			25	1.002,00

Fonte: Proad

2.3.9.1 Análise Crítica

A concessão de suprimentos de fundos pelo IFRR objetiva o atendimento de despesas que, pela excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação. Nesse contexto, o uso de suprimentos de fundos é utilizado para atender a despesas eventuais ou de pequeno vulto.

Os processos de suprimento de fundos na Reitoria foram realizados com o objetivo de atender à aquisição de combustível e de serviços de borracharia em viagens oficiais, durante o deslocamento de alunos dos *campi* para a realização de visitas técnicas em outro estado. As visitas técnicas a empresas, a eventos e a propriedades rurais, relacionadas aos cursos do IFRR e aos programas pedagógicos, constituem-se em uma importante etapa do processo de ensino-aprendizagem, propiciando ao estudante um contato com o mercado de trabalho, com novas tecnologias e também uma integração entre escola, empresa e comunidade.

Houve também a utilização de suprimento de fundos para despesas de pequeno vulto com o intuito de adquirir materiais para a manutenção das redes elétrica e hidráulica do prédio da Reitoria.

Destaca-se que a utilização de suprimento de fundos pelo IFRR é realizada apenas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), na modalidade fatura. Não é permitido o uso de contas do tipo “B” nem a modalidade de saque por essa unidade.

O acompanhamento das despesas e da prestação de contas dos suprimentos de fundos é feito pelos próprios *campi* e pela Reitoria, com documentação comprobatória anexada ao processo. Já o serviço de pagamento e prestação de contas no Siafi é realizado pela equipe de contabilidade da Reitoria e dos *campi*, conforme a origem do gasto.

Esse tipo de despesa está em conformidade com os arts. 1.º e 2.º do Decreto n.º 5.355, de 25 de janeiro de 2005, alterado pelo Decreto n.º 6.370, de 1.º de fevereiro de 2008.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 55 – Indicadores de Desempenho do IFRR

Ensino						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos	--	--	--	74,58%	Anual	(Ingressante Acumulado Equivalente Técnico/Ingressante Acumulado Equivalente) *100
Percentual de vagas equivalentes em cursos de formação de professores, inclusive licenciatura	--	--	--	26,78%	Anual	(Ingressante Acumulado Equivalente Formação Docente/Ingressante Acumulado Equivalente) *100
Extensão						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Grau de envolvimento dos docentes com a extensão	37,8%	50,0%	46,30%	50,48%	Anual	N.º de docentes coordenadores de ações de extensão/N.º de docentes em exercício * 100
Grau de envolvimento dos estudantes com a extensão	3,12%	60%	23,77 %	17,45%	Anual	N.º de estudantes envolvidos em ações de extensão/N.º de estudantes matriculados * 100
Grau de crescimento das ações de extensão	108,69%	90%	45,23%	47,8%	Anual	(N.º de ações ocorridas no exercício em avaliação/N.º de ações ocorridas no exercício anterior-1*) 100
Taxa de crescimento das bolsas de extensão para estudantes	214,7%	60%	4,54%	69,56%	Anual	(N.º de estudantes do exercício em avaliação/N.º de estudantes do exercício anterior-1)*100
Taxa de crescimento do público beneficiado com ações de extensão	57,3%	80%	-25,86%	-23,38%	Anual	(N.º de pessoas atendidas no IF Comunidade no exercício em avaliação/N.º de pessoas atendidas no exercício anterior-1)* 100
Taxa de crescimento dos cursos FIC	--	50%	--	--	Anual	(N.º de cursos ofertados no exercício em avaliação/N.º de cursos ofertados no exercício anterior-1)* 100
Acompanhamento de egressos	--	--	--	28,5%	Anual	N.º de egressos inseridos no mercado de trabalho/Nº de concluintes * 100
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Nº de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	04	06	02	01	Anual	N.º de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados no exercício em avaliação

Nº de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	02	03	02	02	Anual	Nº de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ofertados no exercício em avaliação
Nº de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento.	--	10	--	--	Anual	N.º de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento no exercício em avaliação
NPP – Nº de projetos de pesquisa cadastrados na instituição	138	200	392	131	Anual	N.º de projetos de pesquisa cadastrados na instituição no exercício em avaliação
Periódicos institucionais	1	2	1	1	Anual	Periódicos institucionais no exercício em avaliação
Possui iniciativa empreendedora?	--	4	--	--	Anual	Iniciativa empreendedora no exercício em avaliação
Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da instituição	277.101,00	340.000,00	436.572,00	243.615,00	Anual	Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da instituição no exercício em avaliação
Valor total de recursos da instituição destinados a bolsas de qualificação para servidores	323.475,50	800.000,00	476.125,00	398.000,00	Anual	Valor total de recursos da instituição destinados a bolsas de qualificação para servidores no exercício em avaliação
Valor total de recursos da instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa	100.000,00	300.000,00	260.000,00	662.206,00	Anual	Valor total de recursos da instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa no exercício em avaliação
Valor total de recursos externos captados para pesquisa	33.000,00	200.000,00	34.175,00	72.214,50	Anual	Valor total de recursos externos captados para pesquisa no exercício em avaliação
N.º de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes	30	127	10	07	Anual	N.º de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes no exercício em avaliação
N.º de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN	33	67	08	14	Anual	N.º de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN no exercício em avaliação
N.º de resumos publicados em anais de eventos com ISBN	34	69	50	34	Anual	N.º de resumos publicados em anais de eventos com ISBN no exercício em avaliação
N.º de livros com ISBN publicados por servidores da instituição	03	08	05	02	Anual	N.º de livros com ISBN publicados por servidores da instituição no exercício em avaliação
N.º de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição	04	10	01	14	Anual	N.º de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição no exercício em avaliação
N.º de Registros de Propriedade Intelectual	--	15	--	--	Anual	N.º de Registros de Propriedade Intelectual no exercício em avaliação
Gestão de Pessoas						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de afastamentos para qualificação	2,30%	5,0%	2,95%	1,47%	Anual	N.º de afastamentos para qualificação/N.º total de servidores *100
Índice de qualificação	14,94%	17,73%	11,95%	31,75%	Anual	N.º de servidores em qualificação/N.º total de servidores * 100
Índice de capacitação	62,75%	100%	62,36%	41,65%	Anual	N.º capacitações realizadas/Total de servidores * 100
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	0%	0%	0,3%	3,10%	Anual	N.º de acidentes de trabalho + N.º de doenças ocupacionais/N.º total de servidores * 100

Índice de avaliação de desempenho	46,89%	50%	59,08%	51,40%	Anual	N.º de avaliações realizadas/N.º total de servidores * 100
Índice de disciplina	9,65%	0%	5,72%	0,14%	Anual	N.º de PADs e sindicâncias instaurados no ano/N.º total de servidores * 100
Índice de rotatividade	2,87%	0%	2,12%	2,36%	Anual	N.º de desligamentos por vacâncias, exonerações e demissões/N.º total de servidores * 100
Educação a Distância						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Relação de candidato/vaga	1,04	2,29	1,73	0%	Anual	Total de candidatos/Total de vagas
Taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância	26%	50%	-55%	-100%	Anual	Número de matrículas em cursos a distância no ano atual/Número de matrículas em cursos a distância no ano anterior)/Número de matrículas em cursos a distância no ano anterior)*100
Assistência Estudantil						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Indicador Institucional da Assistência Estudantil	75%	95%	91,27%	95,86%	Anual	Estudantes que receberam auxílio com a matrícula ativa/Estudantes contemplados em edital)*100
Transparência e Eficiência na Administração Pública						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	--	100%	46,34%	40%	Anual	Recomendações atendidas x 100/Recomendações emitidas
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no PAINT	--	100%	33,33%	33,33%	Anual	Quantidade de ações realizadas x 100/Total de ações previstas
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior	--	100%	74,6%	71,1%	Anual	Quantidade de resoluções do Consup x 100/Quantidade de processos enviados para a apreciação do Consup
Tecnologia da Informação						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
N.º de PCs por quantidade de servidores	--	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor	Anual	NPC/NS/PCs: estação de trabalho para uso geral; servidores: servidores efetivos lotados na Reitoria.
Serviços disponíveis na rede/Host	--	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor	Anual	SD/Host - Serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas <i>on-line</i> , acesso à internet, etc; Host: equipamento com arquitetura própria para serviços de rede.

N.º de atendimentos encerrados/Mês	--	85%	--	43,76%	Anual	NA/Mês (%) – Atendimentos: serviços de suporte efetivamente resolvidos.
N.º de Switchs/PC	--	1 sw/10 PCs	1 sw/30 PCs	1 sw/12 PCs	Anual	Nsw/PC – Switchs: concentrador; PC: estação de trabalho para uso geral.
Administração						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
N.º de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	1	3	2	2	Anual	Número de ações implementadas
Percentual de processos abertos referentes ao Plano Diretor	--	100%	12,5%	100%	Anual	(N.º de processos abertos/N.º de processos previstos) x 100
Percentual de planos concluídos (quantidade de projetos básicos elaborados)	--	100%	8,0%	16,67%	Anual	N.º de pacotes de trabalho concluídos/N.º de pacotes de trabalho planejados) x 100
Percentual de ordens de serviço emitidas	--	100%	100%	66,67%	Anual	(N.º de ordens de serviço emitidas/N.º de pacotes de trabalho concluídos) x 100
Quantidades de termos de recebimentos provisórios emitidos.	--	100%	100%	100%	Anual	(N.º de recebimentos provisórios emitidos/N.º de ordens de serviço emitidas) x 100
Desvio de custo da obra	--	10%	+1,99 e -1,34	4,97%	Anual	(Custo real – custo orçado/custo orçado) x 100
Desvio de prazo da obra	--	--	--	33%	Anual	(Prazo real – prazo previsto/prazo previsto) x 100
Desvio dos prazos das etapas da obra	--	--	--	--	Anual	(Prazo real da etapa – prazo previsto da etapa/prazo previsto da etapa) x 100
Planejamento e Desenvolvimento Institucional						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública – Suap	--	100%	50%	75%	Anual	Percentual de implantação e uso do sistema
Proporção de objetivos estratégicos alcançados	--	100%	--	--	Quinquenal	Nº de objetivos estratégicos alcançados/Total de objetivos estratégicos
Políticas Inclusivas						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2015	Índice Observado 2016	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Proporção de matrículas de PNEEs	11	22	12	10	Anual	(Total de matrículas de PNEEs/Total de matrícula geral do IFRR) x 100
Proporção de PNEEs que concluem o curso	07	14	04	--	Anual	(Total de PNEEs matriculados/Total de PNEEs concluintes) x 100

Fonte: Proex, Proesp, DGP, Dipead, Depae, Audin, Gabinete, DTI, Proad, Prodin, Proen

2.4.1 Análise Crítica dos Indicadores de Desempenho por Dimensão

I – Ensino

Quadro 56 – Dados para Cálculo do Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos

	Avançado do Bonfim	Boa Vista	Amajari	Novo Paraíso	Boa Vista Zona Oeste	TOTAL
Percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos por <i>campus</i>	85,26%	58,07%	91,77%	99,22%	98,10%	74,58%

Fonte: Sistec

Por meio desse indicador, é possível verificar o percentual dos alunos ingressantes nos cursos técnicos e, assim, avaliar o atendimento à Lei 11.892/2008 e ao Termo de Acordo e Metas.

O percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos por *campus*, no IFRR, em 2016, é de 74,58%. Isso demonstra que a instituição vem cumprindo o disposto na legislação e no Termo de Acordo e Metas. São vários os fatores que contribuem para o atendimento a esse indicador: a localização do IFRR na Região Norte do País, em um dos estados mais novos da federação; a interiorização das ofertas educacionais em nível técnico, com a implantação de *campi* em municípios localizados em regiões geográficas distantes da Capital, com arranjos produtivos locais favoráveis à oferta de cursos voltados para o desenvolvimento regional; a atualização dos PPCs dos cursos técnicos com o tempo de integralização de 3 (três) anos; a oferta inicial, pelos *campi* em implantação, de cursos técnicos e oferta posterior de cursos superiores; a destinação, em todos os 5 (cinco) *campi* do IFRR, de maior percentual de vagas para os cursos técnicos.

Quadro 57 - Dados para Cálculo do Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores, Inclusive Licenciatura

	Avançado do Bonfim	Boa Vista	Amajari	Novo Paraíso	Boa Vista Zona Oeste	TOTAL
Ingressante Acumulado Equivalente	76,32	2.347,90	670,95	767,90	336,64	4.199,21
Percentual de vagas equivalentes em cursos de formação de professores	0,00%	26,78%	0,00%	0,00%	0,00%	26,78%

Fonte: Sistec

Por meio desse indicador, é possível verificar o percentual de vagas destinadas aos cursos de licenciatura, bem como aos programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, e, dessa forma, avaliar o atendimento à Lei 11.892/2008 e ao Termo de Acordo e Metas.

O percentual de vagas equivalentes em cursos de licenciatura, bem como em programas especiais de formação pedagógica, por *campus*, no IFRR, em 2016, é de 26,78%, demonstrando que

a instituição vem cumprindo o disposto na legislação e no Termo de Acordo e Metas. São vários os fatores que contribuem para o atendimento a esse indicador: a localização do IFRR na Região Norte do País, em um dos estados mais novos da federação, com muitos professores leigos atuando nas escolas municipais; a adesão do IFRR ao Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), proporcionando a interiorização das ofertas de cursos de licenciatura nos diversos municípios do Estado de Roraima.

II – Extensão

Quadro 58 – Grau de Envolvimento dos Docentes com a Extensão

<i>Campus</i>	Docentes em 2016	Docentes envolvidos com ativ. de extensão em 2016	% de docentes com atividades de extensão em 2016
CBVC	185	58	31,35%
CNP	40	26	65%
CAM	50	47	94%
CAB	10	-	-
CBVZO	26	26	100%
TOTAL	311	157	50,48%

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CBVZO

Analisando esse indicador do *Campus* Boa Vista, considerando o número total de docentes, incluídos os professores substitutos, os em colaboração técnica e os afastados, tem-se um resultado positivo.

No *Campus* Novo Paraíso, em 2016, houve, em geral, um grande envolvimento dos professores em projetos de extensão. Todavia, há ainda resistência por parte de alguns docentes em se envolver nessas atividades, por falta de recurso para financiar itens essenciais para a realização de projetos.

No *Campus* Amajari, além dos cursos técnicos, houve a inserção do curso de graduação, totalizando o quantitativo de 539 alunos. Destes, 26 participaram dos projetos de extensão oferecidos pelo CAM. O envolvimento do curso superior nas ações de extensão ainda não foi efetivo em 2016 pelo fato de ser o primeiro ano do curso Tecnologia em Aquicultura. E, no caso dos cursos ofertados na modalidade de EaD, o *campus* ainda tem dificuldades de logística, devido à distância dos polos que atendem a essa modalidade.

Haja vista a quantidade de docentes no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, foi necessária a participação de todos na realização de atividades como orientação, coorientação e participação

voluntária nas ações de projetos; IF Comunidade por meio de cursos, oficinas e palestras; cursos de formação inicial e continuada (FIC). Isso resultou em uma visão positiva para o *campus*.

Quadro 59 – Grau de Envolvimento dos Estudantes com a Extensão

<i>Campus</i>	Alunos em 2016			Alunos em Ativ. de Extensão em 2016			% de Alunos com Atividades de Extensão em 2016		
	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total
CBVC	1.037	817	1.854	80	356	436	7,71%	43,57%	23,52%
CNP	330	-	330	48	-	48	14,5%	-	14,5%
CAM	266	29	539	60	-	60	5,09	-	5,09%
	Presencial								
	244 EAD								
CAB	134	-	134	-	-	-	-	-	-
CBVZO	316	-	316	10	-	10	3,16%	-	3,16%
TOTAL	2.327	846	3.173	198	356	554	8,50%	42%	17,45%

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CBVZO

Verifica-se um elevado número de estudantes envolvidos com ações de extensão no *Campus* Boa Vista, com destaque para alunos dos cursos de graduação.

No *Campus* Novo Paraíso, aproximadamente 15% dos alunos matriculados no ano de 2016 se envolveram com atividades de extensão. Consideramos que esse percentual é elevado para a realidade do *campus*, a meta para 2017 é atingir pelo menos o mesmo percentual.

No ano de 2016, *Campus* Amajari, além da oferta de cursos técnicos, promoveu a inserção do curso de graduação, totalizando o quantitativo de 539 alunos. Destes, 26 participaram dos projetos de extensão oferecidos pelo CAM. O envolvimento do curso superior nas ações de extensão ainda não foi efetiva em 2016 pelo fato de ser o primeiro ano do curso superior em Tecnologia em Aquicultura. Já no caso dos cursos ofertados na modalidade de EaD, o *campus* ainda tem dificuldades de logística, devido à distância dos polos que atendem a essa modalidade.

Ao analisar o número de alunos que executaram projetos de extensão no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, pode-se considerar bem positivo o resultado obtido, visto que o público trabalha durante o dia e estuda no período noturno.

Quadro 60 – Grau de Crescimento das Ações de Extensão

<i>Campus</i>	2013	2014	2015	2016	% do Crescimento em 2016/2015
CBVC	46	62	84	96	14,28%
CNP	-	16	18	32	77,7%
CAM	20	20	33	38	15,15%
CAB	-	-	2	7	250%
CBVZO	-	02	01	03	200%
TOTAL	66	82	119	176	47,8%

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CBVZO

As ações de extensão no IFRR vêm mantendo um crescimento anual positivo devido às amplas divulgações realizadas com frequência nos *campi*, despertando o interesse de docentes, técnicos administrativos, discentes e público em geral, consolidando, dessa forma, a contribuição da instituição para a formação dos estudantes.

Quadro 61 – Taxa de Crescimento de Bolsas de Extensão para Estudantes

<i>Campus</i>	2013	2014	2015	2016	% do crescimento em 2016/2015
CBVC	156	58	51	72	41,18%
CNP	-	-	-	48	-
CAM	31	30	34	26	-23,52%
CAB	-	-	-	-	-
CBVZO	00	00	07	10	42,85%
TOTAL	187	88	92	156	69,56%

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CBVZO

No ano de 2016, a taxa de crescimento de bolsas teve um aumento muito positivo. Essa ação pôde beneficiar não apenas os alunos, mas também contribuir sobremaneira para que uma maior parcela de servidores e pessoas da comunidade tivessem acesso ao potencial tecnológico que o IFRR tem para encaminhar soluções de problemas e identificar necessidades para atendimentos futuros, promovendo, assim, a difusão de tecnologias para a sociedade.

Quadro 62 – Público Participante nas Ações de Extensão do If Comunidade em 2016

<i>Campus</i>	2014	2015	2016	% dos Participantes de 2016 em Relação a 2015
CBVC	1137	498	375	- 24,70
CNP	-	-	200	-
CAM	560	600	367	-38,83%
CAB	-	-	-	-
CBVZO	391	450	244	-45,77%
TOTAL	2.088	1.548	1.186	-23,38%

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CNP/CBVZO

A 3ª edição do IF Comunidade, realizada pelo CNP, superou as expectativas de público e de envolvimento de servidores e alunos na organização. O principal ponto negativo foi a falta de recurso para a realização do evento.

No CAM, apesar da falta de recurso financeiro para executar a ação, a comissão uniu forças com os servidores docentes, técnicos e terceirizados, os quais foram primordiais para o sucesso do evento. Dentro dos resultados esperados e atingidos, está a realização de atividades que atendessem às demandas da comunidade, o aumento da participação da população rural e de indígenas locais e a

maior visibilidade das ações do *Campus* Amajari na sede do município. Entre outros pontos positivos, o projeto promoveu uma maior interação dos servidores e discentes do CAM em atividades extracurriculares, além da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade amajariense.

Em 2016, o IF Comunidade promoveu a maior participação dos discentes matriculados no CAM nas atividades do evento, instigando-os a serem os protagonistas das ações de extensão, assim como a atenderem às reais demandas da comunidade local. Em relação à queda no número de participantes, os motivos foram as dificuldades no deslocamento da comunidade externa, bem como a ausência dos alunos da escola estadual, que, mesmo convidada, não compareceu com seus alunos.

O evento, no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, foi avaliado pelos participantes como muito positivo. Acredita-se que o menor número de participantes de um ano para o outro se deu em razão da pequena amplitude na divulgação devido à espera da conclusão do prédio do *campus*.

Quadro 63 - Taxa de Crescimento dos Cursos Fic

Campus	CURSOS FIC EM 2014			CURSOS FIC EM 2015			CURSOS FIC EM 2016			% DE CURSOS FIC OFERTADOS EM 2016		
	LOA	PRONATEC	TOTAL	LOA	PRONATEC	TOTAL	LOA	PRONATEC	TOTAL	LOA	PRONATEC	TOTAL
CBV	-	29	29	01	04	05	-	-	-	-	-	-
CNP	-	14	14	-	-	-	01	-	01	-	-	-
CAM	-	17	17	-	06	06	04	-	04	-	-	-
CAB	-	8	8	-	-	-	02	-	02	-	-	-
CBVZO	-	9	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	77	77	01	10	11	07	-	07			

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CBVZO

No ano de 2016, o CNP ofereceu 1 (um) curso FIC em “Educação Básica e Tecnológica Inclusiva”, que foi realizado no Município de Rorainópolis (RR). O curso atendeu 30 professores da educação básica do estado e do município.

No CAM, foram ofertados 4 (quatro) cursos FIC, todavia houve um ponto negativo: o quantitativo grande de evasão.

O CAB também foi afetado na oferta dessa modalidade de curso em razão da falta de professores para atender às demandas iniciais. Porém, com a participação e a colaboração de professores de outros *campi*, conseguiu concluir dois cursos.

Não foi possível chegar ao cálculo final do indicar em virtude da não oferta de cursos em todos os *Campi* no exercício anterior, não tendo um parâmetro de referência para medição.

Quadro 64 - Acompanhamento de Egressos

Campus	CONCLUINTES EM 2015			EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO EM 2016			% DE EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO EM 2016		
	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total
CBV	346	57	403	-	-	-	-	-	-
CNP	54	-	54	10	-	10	18,5%	-	18,5%
CAM	50	-	50	05	-	05	10%	-	10%
CAB	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBVZO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	450	57	507	15	-	15	3,33%	-	2,96%

Fonte: Proex, Direx/CBV, Codex/CNP/CAM/CAB/CBVZO

Na atualidade, inexistente o controle oficial do número de egressos inseridos no mercado de trabalho. A informação que se tem diz respeito a depoimentos de professores e de coordenadores dos diversos cursos ofertados pelo CBV, os quais dão conta do sucesso de egressos aprovados em concursos públicos, ou de empreendimentos comerciais criados por estes. Durante a realização do V Forint, foi realizado o Encontro de Egressos de 2016, que contou com uma mesa-redonda formada por egressos de diversos cursos. Ficou claro, na fala dos participantes, que o CBV vem contribuindo para a formação de profissionais, tendo em vista o atendimento das demandas locais, regionais e até mesmo nacionais.

Em 2016, o CNP realizou o II Encontro de Egressos, que contou com a participação de 54 egressos do *campus*. O evento permitiu um momento de descontração entre os ex-alunos e serviu para que a unidade de ensino coletasse dados para o controle de acompanhamento. Dos alunos participantes, 48,1% estão apenas estudando; 18,5%, trabalhando; 27,5%, trabalhando e estudando; e apenas 5,6% não estão estudando nem trabalhando. Os resultados foram extremamente positivos, visto que o encontro atendeu às expectativas.

O CAM também realizou o II Encontro de Egressos em 2016. Durante o evento, foi repassado um questionário de acompanhamento de egressos. Cinco dos 15 egressos presentes informaram que estão atuando no mercado de trabalho e os demais disseram que estão estudando ou realizando outras atividades. Existe uma dificuldade em relação ao controle dos egressos pelo *campus*, pois a maioria deles não atualizou os dados na unidade.

O CAB optou por não realizar o acompanhamento no exercício de 2016 pelo fato de ter diplomado uma turma do curso Técnico em Comércio Exterior no 3.º quadrimestre desse ano, assim como discentes dos cursos FIC no 2.º e no 3.º quadrimestre. Portanto, havia um curto prazo de formação dos discentes, não permitindo o planejamento de um encontro/acompanhamento de egressos.

III – Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Quadro 65 – Indicador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Indicador	Cálculo														
	NPGLS	NPGSS	NBICT-OF					NPP	P	I	VBICTPG-Inst (R\$)	VBQ-Inst* (R\$)	VPP (R\$)	VEX (R\$)	
			Pibic	Pibiti	Pibic em	Pibic AF	FAP								
Indicador início PDI 2013	4	2	-	-	-	-	-	138	1	-	277.101,00	323.475,50	100.000,00	33.000,00	
Indicador ao final do PDI 2018	6	3	3	3	3	1	-	200	2	4	340.000,00	800.000,00	300.000,00	200.000,00	
Exercício 2016	1	2	0	0	0	0	0	131	1	0	243.615,00	398.000,00	662.206,00	72.214,50	
Esforço Institucional	<p>NPGLS – Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> NPGSS – Número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> NBICT-OF – Número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas de órgãos de fomento PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBICEM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBIC AF – Programa Institucional de Iniciação Científica – Pibic nas Ações Afirmativas – Pibic FAP – Fundações de Amparo à Pesquisa NPP – Número de Projetos de Pesquisa cadastrados na instituição P – Possui periódicos institucionais? I – Possui iniciativa empreendedora? VBICTG-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de pós-graduação custeadas com recursos da instituição *VBQ-Inst – Valor total de recursos da instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores (dados fornecidos pelos setores de gestão de pessoas das unidades e pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria) VPP – Valor total de recursos da instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa VEX – Valor total de recursos externos captados para pesquisa</p>														

Quadro 66 - Indicador de Projetos e Produção em 2016

<i>Campus</i>	NA	NTC	NR	NL	NC	NRPI
Amajari	2	3	14	0	1	0
Boa Vista	1	3	5	0	9	0
Novo Paraíso	4	2	12	1	0	0
Boa Vista Zona Oeste	0	1	0	1	3	0
Bonfim	0	1	0	0	0	0
Reitoria	0	4	3	0	1	0
Total IF	7	14	34	2	14	0

NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes
 NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN
 NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN
 NL – Número de Livros com ISBN publicados por servidores da instituição
 NC – Número de capítulos de livros com ISBN publicados por servidores da instituição
 NRPI – Número de Registros de Propriedade Intelectual

Quadro 67 - Indicador de Produção – Comparativo entre os Anos 2013-2016.

Indicadores de Projetos e Produção					
	2013	2014	2015	2016	Aumento/Redução (2015/2016)
NA	30	22	10	7	-30%
NTC	33	54	8	14	75%
NR	34	34	50	34	-32%
NL	3	2	5	2	-60%
NC	4	0	1	14	1300%

NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema *Qualis* da Capes
 NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN
 NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN
 NL – Número de livros com ISBN publicados por servidores da instituição
 NC – Número de capítulos de livros com ISBN publicados por servidores da instituição

Na área de pós-graduação, o IFRR ofertou um curso de especialização *lato sensu* “Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis”, sendo que outros cursos ofertados pelo *Campus* Boa Vista estão passando por processo de reestruturação de seus planos de curso, além de existirem comissões imbuídas para a estruturação/criação de novos cursos de especialização.

Em nível de programas de pós-graduação *stricto sensu*, a instituição manteve os dois cursos que possui em parceria com a Universidade Estadual de Roraima (Uerr) e com a Embrapa-RR, “Mestrado em Educação” e “Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia”, ofertando anualmente turmas por meio de editais específicos.

Em 2016, por meio do Edital MCTI/MAPA/CNPq N.º 2/2016, ocorreu a criação do Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão em Agroecologia (Nepeagro) no *Campus* Novo Paraíso, com a captação de recursos no valor de R\$ 72.214,50 (setenta e dois mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos) para a implantação e a execução. O Nepeagro foi criado com o objetivo de desenvolver ações agroecológicas entre agricultores, alunos e moradores das localidades atendidas pelo CNP, além de estimular o empreendedorismo na região e ser mais um espaço para a realização de estudos/pesquisas voltados à agroecologia.

Na execução das políticas da pesquisa, primou-se pela importância que esta representa na concepção de educação dos IFs. Os nossos indicadores computados mostram que foi possível alcançar uma produção expressiva de pesquisa no IFRR, mesmo com as dificuldades orçamentárias e de outras naturezas enfrentadas em 2016, por exemplo, o distanciamento geográfico dos centros mais desenvolvidos do País para a realização de determinadas pesquisas.

No âmbito da Pesquisa Institucional, em 2016 foram ofertadas de 66 (sessenta e seis) Bolsas de Iniciação Científica, sendo 62 (sessenta e duas) provenientes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibict) e as outras 4 (quatro) oriundas de editais de fomento à inovação (recurso institucional), totalizando um investimento financeiro de R\$ 243.615,00 (duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e quinze reais). O valor investido em bolsas destinadas aos alunos do ensino técnico e do superior representou 71,6% da meta estipulada pelo PDI para 2018, um reflexo do momento econômico vivido pelo País, não se diferenciando, pois, do cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Uma das dificuldades apresentadas ao longo dos anos para o desenvolvimento de pesquisas tem sido a carência de infraestrutura para a realização de atividades que requerem laboratórios e equipamentos, sobretudo aqueles com maior tecnologia. Cientes da necessidade apresentada, especialmente no que tange à aquisição de equipamentos específicos para a obtenção de resultados mais expressivos no desenvolvimento de pesquisas aplicadas com foco em novas tecnologias, a Propeq, via MEC/Setec, fez o investimento de R\$ 662.206,00 (seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e seis reais) por meio dos seguintes editais:

- Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Aplicada/Docente (Pipad);
- Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Área de Energia Renovável;
- Apoio à Proposta para o Desenvolvimento de Pesquisa Tecnológica e Inovação que visem à Geração de Novas Tecnologias e à Proteção da Propriedade Intelectual;

- Apoio à Proposta para a Implantação, nos Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais, de Resultados de Pesquisas Desenvolvidas pelos Programas de Incentivo à Pesquisa Aplicada do IFRR;

- Apoio à Criação ou à Melhoria de Ambientes Especializados na Geração e no Desenvolvimento de Pesquisas Tecnológicas e Inovação do IFRR.

Os recursos e editais supramencionados fomentaram a realização de 22 (vinte e dois) projetos de pesquisa aplicada, tecnológica ou de inovação que estão sendo desenvolvidos por pesquisadores e seus grupos de pesquisa. Os resultados/produtos finais das pesquisas realizadas vêm proporcionando o desenvolvimento e o reconhecimento científico da instituição, tanto em âmbito regional quanto nacional, bem como têm auxiliado na busca por soluções regionais, a exemplo dos projetos da área de energias renováveis.

O investimento de recursos que resultam na aquisição de equipamentos laboratoriais e, conseqüentemente, no refinamento dos resultados provenientes da pesquisa desenvolvida por servidores e alunos do IFRR pode ser refletido no aumento de 75% da publicação de trabalhos completos em anais de eventos e de 1.300% no que se refere a capítulos de livros, quando comparados à produção de 2015.

Outro fator que vem impactando positivamente a ampliação da cultura de pesquisa e produção científica é a realização do Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, que ocorre desde 2012, com periodicidade anual e com a participação de todas as unidades do IFRR, que se unem para realizá-lo.

O fórum motiva a interlocução entre diferentes atores sociais e instituições de ensino e de pesquisa, além de funcionar como espaço integrador de conhecimentos e saberes no qual ocorrem discussões sobre educação profissional, científica e tecnológica. Além disso, constitui-se em ambiente propício para a divulgação dos resultados dos trabalhos de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica desenvolvidos nos diversos programas institucionais.

Na 5ª edição do Fórum de Integração, em 2016, os trabalhos foram apresentados em forma de pôsteres pelos autores, contudo a publicação dos Anais com os resumos somente será feita em 2017, fator que refletiu na redução de 32% do indicador NR (número de resumos publicados em anais de eventos), pois muitos trabalhos apresentados durante o evento, devido a não publicação dos Anais ainda em 2016, não puderam ser contabilizados.

A redução no quantitativo de projetos de pesquisa cadastrados na instituição (indicador NPP) também pode ser observada na comparação com os anos anteriores. A restrição orçamentária

ocorrida em 2016 foi um dos fatores limitantes que mais impactaram a execução de pesquisas no IFRR, principalmente no que se refere ao investimento no Programa de Iniciação Científica da instituição (Pibict), que teve recurso especificamente para essa ação menor do que o previsto e executado em 2013, de acordo com Indicador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, o que possivelmente contribuiu também para a redução no número de projetos cadastrados, uma vez que os projetos de iniciação científica são responsáveis por grande parte desse quantitativo, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 68 - Número de Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição (NPP) entre os Anos 2013-2016

NPP- Número de Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição				
Quantidade de Projetos	2013	2014	2015	2016
	138	228	392	131

Em nível de qualificação de servidores, o instituto vem ampliando as ofertas de possibilidades e o quantitativo do valor financeiro, objetivando elevar a qualificação de seus servidores e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento institucional por meio da qualificação de seus recursos humanos, bem como possibilitar maior inserção destes em grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, especialmente *stricto sensu*. Em 2016, a instituição manteve parcerias (convênios, contratos ou termos de cooperação técnico-científica) com diversas instituições de ensino para a qualificação de servidores em nível de mestrado e doutorado (UFRRJ, UFJF, Unisinos, Unirio, entre outras), sendo efetuada, no fim de 2016, a seleção de mais 20 servidores pela Unesp para o curso de Mestrado Profissional em Engenharia de Produção.

É permanente a preocupação da Propesq em estabelecer meios para garantir a proteção da produção intelectual do IFRR (científica e/ou tecnológica) e o preparo para orientar as iniciativas empreendedoras, parte integrante do processo educacional da formação tecnológica na instituição. Nesse sentido, procurou-se, em 2016, oferecer oportunidade de treinamento para servidores da Propesq/NIT, buscando a atualização e novos conhecimentos, além de estimular a pesquisa aplicada para a obtenção de produtos e/ou processos que visem à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia.

Em relação à Revista Norte Científico, o periódico técnico-científico do Instituto Federal de Roraima (IFRR) obteve, na atualização do Qualis Periódicos 2015, divulgado em 2016, a classificação Qualis B5 em Sociologia, conforme a última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A partir desse resultado positivo do

periódico em questão, estima-se que haja um crescimento das publicações de outras áreas do conhecimento, além do fortalecimento da área avaliada.

IV – Gestão de Pessoas

Quadro 69 – Indicadores de Recursos Humanos do IFRR

Indicadores	2013	2014	2015	2016
1. Índice de afastamentos para qualificação	2,30%	3,01%	2,95%	1,47%
2. Índice de qualificação	14,94%	17,73%	11,95%	31,75%
3. Índice de capacitação	62,75%	49,46%	62,36%	41,65%
4. Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	0%	0,5%	0,32%	3,10%
5. Índice de avaliação de desempenho	46,89%	45,55%	59,08%	51,40%
6. Índice de disciplina	9,65%	4,6%	5,72%	0,14%
7. Índice de rotatividade	2,87%	4,78%	2,12%	2,36%

Fonte: DGP/CCAD/CDS/CQVSS/Siape

Quadro 70 – Memória de Cálculo dos Indicadores de Recursos Humanos do IFRR

Indicador	Fórmula de Cálculo	Método de Aferição	Resultado
Índice de afastamentos para qualificação	N.º de afastamentos para qualificação/N.º total de servidores *100	10/677*100	1,47
Índice de qualificação	N.º de servidores em qualificação/N.º total de servidores * 100	215/677*100	31,75
Índice de capacitação	N.º capacitações realizadas/Total de servidores * 100	282/677*100	41,65
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	N.º de acidentes de trabalho + N.º de doenças ocupacionais/N.º total de servidores * 100	0+21/677*100	3,10
Índice de avaliação de desempenho	N.º de avaliações realizadas/N.º total de servidores * 100	348/677*100	51,40
Índice de disciplina	N.º de PADs e sindicâncias instaurados no ano/N.º total de servidores * 100	1/677*100	0,14
Índice de rotatividade	N.º de desligamentos por vacâncias, exonerações e demissões /N.º total de servidores * 100	16/677*100	2,36

Fonte: DGP/CCAD/CDS/CQVSS/Siape

Obs: * Não houve acidente de trabalho no IFRR registrado no exercício 2016. No entanto, houve 21 registros de doenças ocupacionais, sendo 19 identificadas como doenças psicossociais (CID F), 1 como surdez e outra decorrente de problemas vocais.

- Índice de afastamentos para qualificação: esse indicador objetiva medir o percentual de servidores afastados das atividades laborais para se dedicarem unicamente à qualificação (cursos de pós-graduação em mestrado e doutorado). Em 2016, registrou-se um total de 10 (dez) servidores afastados, demonstrando uma redução em relação a 2015. O percentual também apresentou uma redução, haja vista o aumento do número de servidores da instituição, bem como o aumento do número de servidores que se encontravam em qualificação, mas continuavam no exercício das atividades laborais, o que reflete na proporção do indicador. Os afastamentos são concedidos de forma a não prejudicar a prestação de serviços da instituição e com o objetivo de qualificar o

servidor a fim de melhorar o Indicador Titulação do Corpo Docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

- Índice de qualificação: esse indicador tem como objetivo medir o número de servidores que se encontram em qualificação independente de afastamento. No exercício 2016, registrou-se um total de 215 servidores em processo de qualificação, demonstrando um aumento considerável em relação ao exercício de 2015, que computou 73 servidores em qualificação. Esse aumento foi decorrente da oferta de programa de pós-graduação *stricto sensu* fomentado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação tecnológica, por meio de convênios firmados entre o IFRR e instituições parceiras como a UFRRJ, a Uerr e a Embrapa. O indicador apresentado em 2016 é justamente o estabelecido como meta para 2018.

- Índice de capacitação: em 2016 foram ofertadas 282 (duzentos e oitenta e duas) capacitações aos servidores. Ao analisar-se o percentual, verifica-se que houve uma redução nesse quantitativo. Essa redução foi decorrente do contingenciamento de gastos do governo federal e da dificuldade da DGP em ofertar cursos internos aos servidores.

- Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais: em 2016 não foi registrado nenhum caso de acidente de trabalho, no entanto houve 21 casos de doenças ocupacionais, que equivale a 3,10% do número de servidores, percentual bem maior do que o do exercício de 2015. Na DGP, existe a Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social, que tem como uma de suas competências realizar programas e projetos que promovam a saúde, que controlem os riscos ambientais e atendam às necessidades físicas dos servidores, elaborando políticas preventivas a fim de minimizar os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Com isso, foi elaborada a Política de Atenção à Saúde e à Segurança do Servidor a fim de implementar ações de vigilância nos ambientes e nos processos de trabalho, tendo em vista a promoção da saúde do servidor.

- Índice de avaliação de desempenho: verifica-se que, em 2016, foram realizadas 348 avaliações de desempenho, conforme regulamenta o plano de carreira dos técnicos e dos docentes. O percentual demonstra uma diminuição no índice, em virtude do aumento do número de servidores estáveis e da saída (vacância/exoneração) de alguns servidores em 2016. Essas avaliações têm por objetivo mensurar a qualidade do serviço executado pelos docentes e técnicos administrativos, assegurando progressão por mérito/desempenho acadêmico ao servidor que atingir a média pré-estabelecida. Esse programa de avaliação de desempenho é uma ferramenta eficaz que motiva o servidor a executar o serviço de forma qualitativa à comunidade.

- Índice de disciplina: esse índice demonstra a ação da instituição em relação aos casos de infração relacionados ao cumprimento de deveres do servidor público, conforme a Lei n.º 8112/90. Em 2016, foi instaurado somente 1 (um) processo para a apuração desse tipo de irregularidade, o que demonstra um total de 0,14 % de servidores investigados em 2016. A implementação de projetos que aproximam a Diretoria de Gestão de Pessoas dos servidores, como a DGP Itinerante e as ações de integração com a Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social, mantendo os servidores informados de seus direitos e deveres, tem contribuído para a redução desse indicador.

- Índice de rotatividade: esse índice objetiva demonstrar a relação entre admissões e possíveis desligamentos ocorridos na instituição, tais como vacâncias, exonerações e demissões. No exercício de 2016, ocorreram 16 desligamentos, o que demonstra uma pequena redução no índice de rotatividade de 2,12% para 2,36%, justificado pelo ingresso de novos servidores e pela promoção de capacitação aos servidores já existentes, buscando atender às demandas dos setores e promover o desenvolvimento das ações do instituto em favor da sociedade.

V – Educação a Distância

- Índice de relação candidato x vaga: não houve novas ofertas de matrículas em 2016 devido às mudanças de políticas do Programa Descentralizado da Rede e-Tec Brasil na migração do Sistema de Gerenciamento de Bolsas (SGB) para o sistema de Bolsa Formação do Pronatec. Essa mudança impactou drasticamente a forma como funcionava o Programa Rede e-Tec e, por esse motivo, o IFRR, com mais de 6 (seis) institutos federais, não ofertou novas vagas em 2016.

- Índice de taxa do crescimento do número de matrículas: apesar do decréscimo do indicador em 2016, considerando os resultados dos anos anteriores, ainda se percebe um superávit de 167,24%, contribuindo para a satisfação da meta prevista para 2018 (50%).

VI - Assistência Estudantil

Quadro 71 – Indicadores Institucionais da Assistência Estudantil

<i>Campi</i>	Indicador
Boa Vista	$*IIAE = \frac{*ERAMA}{*ECE} \times 100$ $IIAE = \frac{658}{666} \times 100$ $IIAE = 99\%$
Amajari	$IIAE = \frac{ERAMA}{ECE} \times 100$ $IIAE = \frac{297}{332} \times 100$ $IIAE = 89,45\%$
Novo Paraíso	$IIAE = \frac{ERAMA}{ECE} \times 100$ $IIAE = \frac{373}{381} \times 100$ $IIAE = 98\%$
Boa Vista Zona Oeste	$IIAE = \frac{ERAMA}{ECE} \times 100$ $IIAE = \frac{116}{128} \times 100$ $IIAE = 91\%$
Bonfim	$IIAE = \frac{ERAMA}{ECE} \times 100$ $IIAE = \frac{16}{16} \times 100$ $IIAE = 100\%$
IFRR	$IIAE = \frac{ERAMA}{ECE} \times 100$ $IIAE = \frac{1460}{1523} \times 100$ $IIAE = 95,86\%$
Legenda: * IIAE – Indicador Institucional da Assistência Estudantil **ERAMA – Estudantes que Receberam Auxílio com a Matrícula Ativa ***ECE – Estudantes Contemplados em Edital	

Fonte: Departamento de Políticas de Assistência Estudantil do IFRR

Para o atendimento dos objetivos estratégicos, no âmbito da Política de Assistência Estudantil, foram propostas metas para o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. A meta proposta para 2016 foi atingir o percentual de 91,16% de permanência e êxito de estudantes selecionados nos editais de Assistência Estudantil.

Diversas ações de assistência estudantil foram desenvolvidas pelo IFRR, em conjunto com os *campi*, conforme especificadas acima, com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação profissional e superior pública federal de modo a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão do curso, bem como melhorar a qualidade de acesso à educação pública. Essas ações passaram pela aprendizagem,

pelo apoio pedagógico, pelo reconhecimento e pela valorização dos alunos por mérito acadêmico, além do atendimento aos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, público-alvo da política de assistência estudantil, com renda *per capita* de até 1,5 SM (um salário-mínimo e meio), entre outros aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento de aprendizagem.

Percebe-se que, em nível institucional, o índice geral alcançado de permanência em relação aos alunos atendidos pela Assistência Estudantil no IFRR foi de 95,86%, número superior à meta planejada de 91,16% de permanência e êxito de estudantes selecionados nos editais de Assistência Estudantil para o ano de 2016.

Dessa forma, evidencia-se que o IFRR vem cumprindo o objetivo da Política de Assistência Estudantil, uma vez que a análise da evasão escolar e/ou da permanência na escola, um dos objetivos específicos a serem alcançados, constatou o índice de 1,59% de evasão dos beneficiários da assistência estudantil no âmbito escolar. Nesse sentido, verifica-se que os auxílios concedidos estão proporcionando a elevação da escolaridade, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades sociais e garantindo a permanência e a continuação dos cursos pelos discentes em situação de vulnerabilidade social atendidos pelo IFRR.

VII – Transparência e Eficiência na Administração Pública

Quadro 72 – Indicadores da Dimensão Transparência e Eficiência na Administração Pública

Indicadores	Forma de Cálculo	Índice Previsto 2016	2015	Cálculo	2016
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	Recomendações atendidas x 100/Recomendações emitidas	58,47%	46,34%	$\frac{6*100}{15}$	40%
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no Paint	Quantidade de ações realizadas x 100/Total de ações previstas	50%	33,33%	$\frac{2*100}{6}$	33,33%
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior	Quantidade de resoluções do Consup x 100/Quantidade de processos enviados para a apreciação do Consup	$\frac{53*100}{71}$	74,6%	$\frac{23*100}{45}$	71,1%

Fonte: Auditoria Interna e Gabinete da Reitoria

O primeiro indicador mede a quantidade de recomendações emitidas pela Auditoria Interna (Audin) no exercício de 2016. O segundo avalia a quantidade de ações de controle planejadas e realizadas, durante o exercício, na Audin. O terceiro afere a taxa de aprovação de processos no Conselho Superior da instituição.

O índice previsto de 58,47% para o primeiro indicador não foi alcançado no exercício de 2016 em virtude do atendimento das recomendações da Auditoria Interna ser de responsabilidade dos gestores dos setores auditados. No entanto, com o intuito de atingir o percentual de atendimento das recomendações previsto no PDI, a equipe da Auditoria Interna realizará reuniões com os gestores no exercício de 2017.

O baixo percentual de execução das auditorias planejadas atingido em 2016 se deve ao fato da entrada de novos membros, portanto ainda não capacitados. As capacitações iniciais foram realizadas por meio de cursos a distância, em virtude de limitações orçamentárias para a realização de cursos presenciais específicos em auditoria. Em 2016, foi realizado apenas um curso presencial em Auditoria de Tecnologia da Informação – Audi TI.

Em 2016, foram distribuídos 45 processos para a apreciação do Conselho Superior. Desses, 32 geraram resoluções e 13 foram baixados em diligência, e não finalizados até o fechamento do exercício.

VIII – Tecnologia da Informação

- Número de pcs por quantidade de servidor: a meta desse indicador para o final do PDI era atingir 1 pc/servidor. No entanto, já no biênio 2014-2015 foi cumprida a meta em face do investimento, tanto na Reitoria quanto nos *campi*, na aquisição de computadores para atendimento das atividades meio e fim da instituição.

- Serviços disponíveis na rede por host: em decorrência do alcance da meta anterior, a meta de serviços disponíveis por computador foi atingida também no biênio 2014-2015, havendo a seguinte oferta de serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas *on-line*, acesso à internet, entre outros.

- Número de atendimentos encerrados por mês: os atendimentos em 2016 foram realizados por meio do módulo de tecnologia da informação no Suap, utilizando a ferramenta de indicadores da central de serviços. No exercício de 2016, foi o primeiro ano da implantação da ferramenta utilizada a partir de junho, contendo duas variáveis: chamados abertos e chamados fechados. No entanto, verifica-se a necessidade de utilizar a variável de atendimentos para correlacionar com os chamados abertos. Na primeira apuração do indicador para 2016, houve um total de 745 chamados abertos nos *campi* e na Reitoria. Com relação aos chamados fechados, houve 326. Perfaz-se o indicador de 43,76% entre os chamados fechados e os abertos. Utilizando essa metodologia, o

indicador fica aquém da meta proposta pelo PDI até 2018, mas, como foi o primeiro ano de utilização da ferramenta, precisa-se de ajustes no uso da metodologia para proporcionar robustez no resultado do indicador. Porém, para o exercício de 2017, faz-se necessário utilizar o número de atendimentos e correlacionar com os chamados abertos.

- Número de switches por pc: a meta, até o final do PDI, é atingir o nível de 1 switch por 10 estações de trabalho. No exercício de 2016, teve 146 estações de trabalho e 12 switches ativos, o que perfaz a proporção de 1 switch para 12 pcs. Esse número se aproxima do indicador ao final do PDI, que é de 1 para 10 pcs.

IX – Administração

- Número de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas: até o final do PDI proposto para a vigência 2014-2018, está prevista a adoção de três programas ou ações de sustentabilidade na instituição. No exercício de 2016, foram adotadas duas ações: a) adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras e b) gerenciamento de despesas administrativas referentes ao consumo de energia elétrica e de água por meio do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES).

Na aquisição de bens e serviços comuns, reserva-se um tópico com critérios de sustentabilidade ambiental, conforme determina a Lei n.º 7.746/2012, o Decreto n.º 5940/2006, a Instrução Normativa n.º 01/2012/SLTI/MPOG e outras legislações correlatas, ao passo que, procurando a proposta mais vantajosa com práticas sustentáveis, não se incorreu na prática de limitar a competitividade com tais exigências.

Em licitações de obras, exige-se da contratada a execução da obra de acordo com a legislação e as normas pertinentes. Portanto, é preciso elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) na obra.

O SisPES é o Sistema Esplanada Sustentável responsável pelo gerenciamento de despesas administrativas dos órgãos públicos federais. A instituição aderente ao projeto, conforme o § 2.º do art. 2.º da Portaria n.º 23, de 12 de fevereiro de 2015, os órgãos e as entidades devem fornecer mensalmente, até o 15.º dia do mês subsequente ao do fechamento da fatura, informações referentes ao consumo de energia elétrica e de água, por meio do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável.

O objetivo do SisPES é que cada unidade aderente, neste caso o IFRR, implemente ações de boas práticas, como campanhas de conscientização, por meio presencial e eletrônico, além de fornecer informações mensais referentes ao consumo de energia elétrica e água, por meio do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES). No âmbito do IFRR, foram adotadas campanhas de conscientização, tais como desligar aparelhos de ar condicionado quando o ambiente estiver desocupado ou em dias frios, utilizando apenas a ventilação. Além disso, as lâmpadas, no local de trabalho, devem ser apagadas na ausência de pessoas; a água, nos banheiros e em outros ambientes, utilizada com economia; e as torneiras com defeito consertadas; entre outras medidas.

- Percentual de processos abertos referentes ao Plano Diretor: esse indicador tem como objetivo monitorar o início da execução do Plano Diretor da instituição. A meta a ser alcançada são 100% dos projetos vislumbrados como necessidade pela Direção-Geral da unidade junto com os demais gestores.

Como o plano compreende 4 (quatro) anos, a meta anual refere-se a $\frac{1}{4}$ do total de processos previstos, devendo seu monitoramento ocorrer semestralmente, uma vez que tal medida permitirá, caso haja falhas no cumprimento das metas, corrigi-las durante o mesmo ano, no decurso do segundo semestre.

Assim, a meta de processos a serem abertos ao longo de 2016 era a seguinte:

- Reitoria: 1 processo;
- *Campus* Boa Vista: 2 processos;
- *Campus* Boa Vista Zona Oeste: 1 processo;
- *Campus* Amajari: 6 processos;
- *Campus* Novo Paraíso: 8 processos.

A abertura de processos e o respectivo encaminhamento ao Departamento de Obras é de competência da Direção-Geral da unidade com sua Diretoria de Administração, as quais, com base na oportunidade e na conveniência, darão início à tramitação.

- Percentual de planos concluídos (quantidade de projetos básicos elaborados): esse indicador tem como objetivo apontar o cumprimento da execução do Plano Diretor da instituição, com base nas definições postas pelo Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas (Ibraop), no que diz respeito aos projetos básicos.

De acordo com a Orientação Técnica n.º 05/2006 do Ibraop, o projeto básico deve ser composto por um projeto de arquitetura, que compreende a planta de situação, de implantação com níveis, as plantas baixas e de cobertura, de cortes e elevações, além do projeto de terraplenagem, de fundações, de estrutura, de instalações hidráulicas, elétricas, telefônicas, de prevenção de incêndio, entre outros de instalações especiais. A meta a ser alcançada é de 100% dos projetos vislumbrados como necessidade pelo diretor-geral e pelos demais gestores da unidade.

Assim como o indicador anterior, dado o fato de o plano compreender quatro anos, a meta anual refere-se a ¼ do total de projetos básicos previstos, devendo seu monitoramento ocorrer semestralmente, possibilitando a correção de eventuais falhas durante o mesmo ano, no curso do segundo semestre. Dos 25% de projetos básicos previstos para 2016, foram produzidos apenas 16,67%. Esse resultado foi consequência do reduzido número de servidores lotados no departamento com habilitação para a elaboração dos projetos listados pelo Ibraop.

Como se vê na lista acima, para que um projeto básico de uma obra seja concluído, são necessários mais de nove diferentes tipos de projetos, sem contar com os projetos executivo, memorial descritivo e orçamento. Para fazer frente a esses projetos, além das outras atribuições postas ao departamento por meio do seu Regimento-Geral, o setor dispõe de apenas 1 engenheiro eletricista, 1 arquiteto e urbanista, 4 engenheiros civis e 3 técnicos de edificações, que também são responsáveis pela fiscalização das obras em andamento e dos demais contratos que envolvem serviços de engenharia.

Somado ao reduzido número de servidores e à grande gama de atribuições, houve em 2016 a realização de uma força tarefa motivada por demandas de adequações nas instalações do *Campus Boa Vista* para atender às exigências do MEC para o recredenciamento do IFRR no ministério. Os trabalhos de levantamentos se iniciaram em novembro de 2016 e têm previsão para ser concluídos em março de 2017, correspondendo a cinco meses de duração.

Para tanto, o Deteo/Prodin, com vistas a maximizar a amplitude do trabalho necessário e minimizar o tempo de execução dessa atividade do “*AS BUILT*” das instalações de todo o *Campus Boa Vista*, possibilitou e viabilizou um treinamento sobre a utilização de GPS RTK SPECTRA e Estação Total Trimble M3 a sete servidores do corpo técnico do Deteo (entre profissionais de nível médio e superior). Com isso, espera-se o alcance das metas estabelecidas e que o Instituto Federal de Roraima realize concurso público para provimento de cargos na área de engenharia elétrica e mecânica, pois o último concurso, realizado em 2015, não contemplou técnicos administrativos

dessas áreas. Se isso ocorrer, a equipe do Departamento Técnico de Engenharia e Obras receberá reforço para dar a celeridade e a eficiência exigidas pelo serviço público.

- Percentual de ordens de serviço emitidas: assim como os dois primeiros, esse indicador tem como objetivo apontar o cumprimento da execução do Plano Diretor do IFRR. Seu cálculo é baseado no coeficiente entre a quantidade de ordens de serviço emitidas e o número de pacotes de trabalho (projetos básicos) concluídos.

O indicador atingiu o percentual de 66,67% do máximo previsto. Isso ocorreu porque ordens de serviço referentes a pacotes de trabalho concluídos no fim do exercício de 2015 só puderam ser emitidas em 2016, por conta de problemas burocráticos, por exemplo, demora das prefeituras em emitir licenças ambientais e o Alvará de Construção.

- Quantidade de termos de recebimentos provisórios emitidos: esse indicador é baseado no coeficiente entre a quantidade de recebimentos provisórios e o número de ordens de serviço emitidas. O indicador atingiu o percentual máximo previsto. Isso se deu em razão da emissão do recebimento provisório de ordens de serviços referentes ao exercício 2015, que, por terem sua execução iniciada no fim do ano, só puderem ser recebidas em 2016.

- Desvio de custo da obra: esse indicador é baseado em dois instrumentos legais. O primeiro é o art. 65 da Lei Geral de Licitações, que trata das alterações unilaterais dos contratos administrativos, em razão de modificação de projetos ou especificações, cujo limite estabelecido é de até 25%.

O segundo instrumento norteador desse indicador são o Decreto n.º 7.983, de 8 de abril de 2013, art. 13, inciso II, e o Acórdão 1977/TCU, art. 8.º, que estabelecem que o desvio por falhas ou omissões em qualquer das peças é de no máximo 10%, devendo ser computado nos 25% previstos no art. 65 da Lei de Licitações. Portanto, conforme resultados postos nas planilhas comparativas entre o valor contratado pela administração e o valor aditivado/suprimido nos contratos, obteve-se um desvio padrão de 4,97%. Assim, tudo ficou dentro do limite estabelecido nos instrumentos legais.

- Desvio de prazo da obra: esse indicador visa monitorar se as obras têm sido concluídas

conforme o planejado pela administração. Seu cálculo é baseado no coeficiente entre o prazo real da obra e o planejado. Para esse indicador, não há índice de referência, uma vez que sua variação pode se dar por inúmeros fatores, seja por acontecimentos naturais, seja por erros de projetos, seja ainda, como aconteceu no exercício 2016, por demora no repasse do financeiro à instituição, ocasionando constantes atrasos nos pagamentos aos empresários, usados como justificativa por estes nos pedidos de prorrogação do prazo de execução dos contratos.

É importante ressaltar que, como dito anteriormente, dos 3 (três) pedidos de prorrogação protocolados no departamento, 2 (dois) tiveram como justificativa exclusivamente os constantes atrasos nos pagamentos e apenas 1 (um) os acréscimos de serviços.

Os empresários fundamentam seus pedidos no art. 57, §1.º, *caput*, inciso VI, da Lei Geral de Licitações, que estabelece que “os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo: (VI) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis”.

No entanto, após envio do processo à Advocacia-Geral da União (AGU), o que se observou foi a negativa da Procuradoria em prorrogar o prazo de execução dos contratos fundamentados nessa argumentação.

A Procuradoria tem firmado entendimento de que, com base no art. 78, inciso XV, da Lei Geral de Licitações, que estabelece que o “atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação”, a contratada só teria direito à prorrogação caso os atrasos ultrapassassem os 90 (noventa) dias previstos no artigo.

No entanto, para o Deteo, assim como para o estudioso em licitações Sr. Ricardo Alexandre Sampaio, conforme publicação na Revista Zenite (<http://www.zenite.blog.br/atraso-superior-a-90-dias-e-a-obrigacao-de-executar-o-contrato-necessidade-de-revisao-desse-entendimento/#.VIMeG2fUtCo>), “a interpretação mais adequada desse dispositivo implica reconhecer que, ocorrendo atrasos nos pagamentos devidos, o particular deverá aguardar 90 dias para solicitar a rescisão do ajuste. Contudo, nos termos da parte final do dispositivo, poderá optar

pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação. Ou seja, tão logo constatado o atraso, a contratada poderá suspender a execução do ajuste até que a Administração regularize os pagamentos”.

Nesse contexto, querer fazer valer um “poder de império” que autoriza a administração a exigir a prestação do objeto contratado por 90 dias sem oferecer os pagamentos devidos, com todo respeito, agride o bom senso. Ainda que os princípios sejam da supremacia do interesse público sobre o interesse privado e da continuação do serviço público, nada disso justifica o sacrifício nem a imposição ao particular do fim da sua atividade empresarial.

Ora, sem os pagamentos devidos, como manter o exercício da atividade empresarial, que impõe ao contratado o pagamento de salários, contribuições sociais, direitos trabalhistas e tributos? Sem falar nos pagamentos devidos aos fornecedores e aos demais agentes econômicos envolvidos nessa cadeia produtiva.

Assim, em razão do entendimento da Procuradoria-Geral da União, da posição do especialista publicada na revista Zenite e dos princípios da razoabilidade e da legalidade, a temática deve ser discutida e amadurecida pela gestão junto com os órgãos de controle, para que sejam tomadas as medidas legais e razoáveis ao correto encaminhamento da demanda, atípica até então.

- Desvio dos prazos das etapas da obra: esse indicador foi criado com o objetivo de monitorar o cumprimento do prazo de cada etapa das obras do IFRR. Isso permitiria tomar medidas mais imediatas, a fim de evitar grandes atrasos no final do empreendimento, notificando a contratada, caso o indicador apontasse que a empresa não deu início à etapa no período planejado.

No entanto, o acompanhamento desse indicador se mostrou inviável ao longo do ano, uma vez que, para que fosse efetivo, a contratada deveria registrar no diário de obras a etapa que estava em andamento, exatamente como previsto no cronograma físico-financeiro.

Assim, julga-se ser pertinente a melhoria da forma de mensurar o indicador, criando ferramentas de controle que possam ser preenchidas pela comissão de fiscalização durante a execução do empreendimento. Tal medida será analisada para que se possa apresentar dados em 2017.

X – Planejamento e Desenvolvimento Institucional

- Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap): a partir de 2014, o Suap começou a ser implantado na instituição com o objetivo de promover uma maior eficiência no

controle interno e na qualidade dos serviços prestados no IFRR pelos módulos Administração, Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas, Ensino, Desenvolvimento Institucional, Extensão, Pesquisa e Assistência Estudantil.

No exercício de 2014, foram implantados três módulos, o que perfaz 25% da capacidade do sistema. Em 2015, foram postos mais dois módulos em funcionamento (Assistência Estudantil e Desenvolvimento Institucional), perfazendo 50% da capacidade de implementação dos módulos do sistema. Em 2016, foram postos mais dois módulos em funcionamento (Ensino e Central de Serviços: Chamado da TI), perfazendo um percentual de 75% de implantação do sistema. Até o final da vigência do PDI, a meta é deixar em funcionamento 100% dos módulos previstos.

- Proporção de objetivos estratégicos alcançados: a ideia desse indicador é avaliar o alcance dos objetivos estratégicos no final da vigência do PDI ou nas revisões do plano, previstas pela instituição. No momento, não foi feita a avaliação do indicador. A previsão de avaliação é no fim do exercício de 2018.

XI – Políticas Inclusivas

- Proporção de matrículas de PNEEs: no exercício de 2016, houve 9 (nove) alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados no *Campus* Boa Vista e 1 (um) no *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

2.4.2 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho Conforme Deliberação do Tribunal de Contas da União

Quadro 73 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Total de Candidatos/Total de Vagas	2,60	5,82	7,79	0,61	6,82
	Relação Ingressos/Aluno	Total de Ingressantes/Total de Matriculados	30,20%	20,18%	22,04%	23,87%	31,70%
	Relação Concluintes/Aluno	Total de Concluídos e Integralizados Fase Escolar/Total Matriculados	6,98%	9,92%	5,05%	6,14%	14,07%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Total de Concluídos e Integralizados Fase Escolar/Total de Matriculados Finalizados	44,11%	40,60%	27,56%	73,04%	41,40%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de Retidos / Total de Matriculados	45,81%	54,95%	53,88%	46,61%	47,10%
	*Relação Aluno por Professor	$(\text{Aluno-Equivalente}/((20\text{h} \times 0,5) + 40\text{h} + \text{DE})) \times 100$	15,98	18,51	-	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos Correntes/Total de Matriculados	20.011,79	15.324,82	13.309,07	8.997,38	6.233,63
	Percentual de Gastos com Pessoal	$(\text{Gastos com Pessoal} \times 100) / \text{Gastos Totais}$	71,29%	70,78%	59,92%	61,01%	63,57%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$(\text{Gastos com Outros Custeios} \times 100) / \text{Gastos Totais}$	18,97%	18,77%	21,84%	21,72%	18,40%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$((\text{Gastos com Investimentos} + \text{Gastos com Inversões Financeiras}) \times 100) / \text{Gastos Totais}$	7,51%	5,84%	13,47%	12,25%	13,12%
**Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	-	-	-	-	-	
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$(G \times 1) + (A \times 2) + (E \times 3) + (M \times 4) + (D \times 5) / G + A + E + M + D$	3,42	3,36	3,37	3,28	3,21

Fonte: Sistec, Siafi e Siape 2016

*À Planilha foi incorporada mudança na metodologia do cálculo aluno-professor, que considera o conceito Aluno-Equivalente, normatizado pelas Portarias MEC n.º 818/2015 e Setec n.º 25/2015.

**As informações sobre este item estão descritas na análise dos resultados dos indicadores.

2.4.2.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Acadêmicos

- Relação Candidato/Vaga

Quadro 74 – Dados para Cálculo do Indicador Candidato/Vaga IFRR, por Campus

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado do Bonfim	TOTAL
Relação por <i>Campus</i>	3,14	1,46	1,58	3,91	1,05	2,60

Fonte: Sistec/2016. Relação Candidatos por Vaga (RCV). Este indicador mede a consonância entre a oferta de vagas em relação à procura do público. RCV: Inscritos/Vagas para ingresso.

Por meio desse indicador, torna-se possível dimensionar o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição nos seus cinco *campi*. Com o índice de 2,60%, percebe-se que em 2016 houve uma queda na procura pelos cursos ofertados no IFRR em relação ao ano de 2015.

Esse decréscimo do indicador relação Candidato/Vaga de 2015 para 2016 está relacionado à ampliação da oferta de vagas de cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com recursos do Pronatec-Bolsa Formação, por meio da PORTARIA Nº 817, DE 13 DE AGOSTO DE 2015, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, de que trata a Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Conforme o inciso VII, do artigo 16, passam a ser ofertantes de cursos “as IES privadas e de educação profissional técnica de nível médio, doravante denominadas instituições privadas, devidamente habilitadas pelo MEC, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes.”

Dessa forma, em Roraima, além do IFRR, da UFRR e das instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem (Senai, Senac, Senar, Sest-Senat), o Centro Universitário Estácio Atual passou a ofertar vagas. Em relação aos índices referentes à série histórica (2012: 6,82, 2013: 0,61, 2014: 7,79, 2015: 5,82 e 2016:2,60), ratifica-se que essa variante está relacionada à política de expansão da rede no Estado de Roraima, bem como ao crescimento da oferta de cursos nos últimos anos, promovida por diferentes instituições de ensino das redes pública e privada. Mesmo com a ampliação da oferta de vagas para a EPT no Estado de Roraima, os cursos ofertados pelo IFRR tiveram mais de dois candidatos por vaga.

- Relação Ingresso/Aluno

Quadro 75 – Dados para Cálculo do Indicador Ingresso/Aluno por Campus

INDICADOR	Avançado de Bonfim	Boa Vista	Amajari	Novo Paraíso	Boa Vista Zona Oeste	TOTAL
Relação por Campus	68,02%	21,78%	39,57%	22,56%	78,66%	30,20%

Fonte: Sistec/2016. Relação de Ingresso por Matrícula Atendida (RIM). Esse indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente. RIM: Ingressantes/Matrículas Atendidas X 100.

Por meio desse indicador, é possível analisar a capacidade da oferta de vagas na instituição, pois a taxa de ingresso indica o quanto o IFRR cresceu em número de alunos no ano de 2016. Apesar de a série histórica (2012: 31,7%, 2013: 23,87%, 2014: 22,4%, 2015:20,18%, 2016: 30,20%) demonstrar um decréscimo no número de alunos atendidos, em relação ao ano de 2015, houve um aumento no ano de 2016.

Esse crescimento tem relação com a ampliação da oferta de vagas em todos os *campi* do IFRR e com o esforço institucional para o desenvolvimento de ações no sentido de efetivar as matrículas dos classificados nos diversos processos seletivos. Entre essas ações, podem ser destacadas as seguintes: visitas institucionais às comunidades das áreas de abrangência dos *campi* para a divulgação do processo seletivo; ações da Assistência Estudantil; atividades do IF Comunidade, que tem por objetivo levar à comunidade a utilização de serviços oferecidos pelo IFRR, proporcionando a interação IFRR e comunidade e, conseqüentemente, um maior conhecimento da instituição pelos cidadãos; ampliação da oferta regular de cursos superiores pelos *Campi* Amajari e Boa Vista; contratação de novos professores por meio de concurso público de áreas específicas; e ampliação e/ou implantação de ambientes didáticos para o desenvolvimento dos cursos.

- Relação Concluinte/Aluno

Quadro 76 – Dados para Cálculo de Indicador Concluinte/Aluno

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado de Bonfim	TOTAL
Relação por Campus	4,59%	9,88%	7,91%	7,20%	29,65%	6,98%

Fonte: Sistec/2016. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM). Esse indicador mede a capacidade de alcançar o êxito escolar. RCM: Concluintes/Matrículas Atendidas X 100.

Por meio desse indicador, torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. Permite diagnosticar fatores internos e externos à instituição que causam impacto positivo ou negativo nos resultados. Em relação à série histórica (2012: 14,7%,

2013: 6,14%, 2014: 5,05%, 2015: 9,92% e 2016: 6,98%), percebe-se que houve um decréscimo no resultado desse indicador. Ao investigar as causas, foi possível identificar que isso pode estar relacionado ao não cumprimento de prazos referentes ao estágio obrigatório por parte de muitos estudantes que integralizaram as disciplinas; à demora na finalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); ao número insuficiente de vagas disponíveis em empresas e/ou instituições para a realização de estágios em algumas áreas; a alunos com dificuldade de aprendizagem; à necessidade da gestão de controle dos sistemas de registro acadêmico, com ações periódicas de monitoramento.

A Pró-Reitoria de Ensino, conhecedora dessas dificuldades, incluiu no Plano de Ação/2017 o monitoramento das metas/ações estabelecidas no Plano Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes de cada *campus*; as ações específicas da Coordenação Técnico-Pedagógica; a lotação de um servidor na Proen para atuar juntamente com os setores de registro acadêmico de cada *campus*; a melhoria no atendimento aos estudantes por meio da Assistência Estudantil; e a inclusão de alunos indígenas do curso de graduação do *Campus* Amajari no Programa Bolsa Permanência.

- Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes

Quadro 77 – Dados para Cálculo de Indicador Eficiência Acadêmica por *Campus*

INDICADOR	Avançado do Bonfim	Boa Vista	Amajari	Novo Paraíso	Boa Vista Zona Oeste	TOTAL
Relação por <i>Campus</i>	86,44%	58,37%	21,67%	51,52%	27,72%	44,11%

Fonte: Sistec/2016. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC). Esse indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam. EAC: Concluintes/Matriculados Finalizados X 100.

Nesse indicador, é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de alunos ingressantes. Em relação ao ano de 2016 (44,11%), percebe-se um aumento do índice em relação ao ano de 2015 (40,60%).

Alguns fatores contribuíram para o aumento da Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC) em 2016: a regularização do calendário acadêmico, em virtude da não deflagração de greve; a melhoria na gestão dos cursos por meio da atuação dos coordenadores de cursos, como presidente dos colegiados; a realização de encontros pedagógicos com os profissionais que integram as equipes pedagógicas dos *campi*; as ações desenvolvidas pelas setores de assistência aos estudantes; o efetivo acompanhamento pedagógico realizado nos *campi*; a realização dos conselhos de classe para tratar de assuntos específicos dos estudantes dos cursos técnicos; e a atuação dos Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados de cursos para tratar especificamente da gestão do ensino superior nos *campi*.

- Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Quadro 78 – Dados para Cálculo de Indicador Retenção do Fluxo Escolar por Campus

INDICADOR	Avançado de Bonfim	Boa Vista	Amajari	Novo Paraíso	Boa Vista Zona Oeste	TOTAL
Relação por Campus	47,09%	45,61%	38,20%	68,84%	19,79%	45,81%

Fonte: Sistec/2016. Retenção do Fluxo Escolar (RFE). Esse indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto. RFE: Retidos/Matrículas Atendidas X 100.

Por meio desse indicador, é possível avaliar a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos). Em relação à série histórica (2012: 47,10%; 2013: 46,61%; 2014: 53,88%; 2015:54,95% e 2016: 45,81%), verifica-se que ocorreu uma redução em relação ao ano de 2015.

Esse fator está relacionado ao desenvolvimento das seguintes ações: Plano Institucional de Permanência e Êxito de estudantes de cada *campus*, por meio do qual foi realizado o diagnóstico da evasão e a proposição de ações específicas para a superação das causas identificadas; investimento na capacitação e na qualificação dos servidores (docentes e técnicos administrativos) que atuam na gestão do ensino, da pesquisa e da extensão; atuação efetiva das coordenações pedagógicas e de cursos; realização de Conselho de Classe; reuniões de planejamento/encontros/reuniões pedagógicas; reuniões de pais e mestres; atendimento aos estudantes com a assistência estudantil.

- Relação Aluno por Professor

Quadro 79 – Relação de Aluno por Docente em Tempo Integral (Aluno-Equivalente)

INDICADOR	Avançado do Bonfim	Boa Vista	Amajari	Novo Paraíso	Boa Vista Zona Oeste	TOTAL
Relação de Aluno/Professor (Aluno Equivalente por Campus)	47,78	98,71	14,22	24,23	330,54	15,98

Fonte: Sistec/2016. Relação do Aluno-Professor – Total de (Aluno-Equivalente/((20h*0,5)+40h+DE)*100.

Nesse indicador, é possível avaliar o potencial da força de trabalho do corpo docente em relação à quantidade do número de alunos por docente. Na análise, percebe-se que os índices estão relacionados à abertura de concursos para ingresso de novos professores no IFRR. A implantação de novos *campi* (CBVZO e CAB), a oferta de novos cursos e, conseqüentemente, a entrada de novos alunos na instituição são fatores que contribuiram para aumentar a demanda de novas contratações de professores.

Outro fator relevante, que ainda persiste em 2016, está relacionado ao perfil dos novos *campi*, em processo de implantação, que necessitam de professores de áreas específicas, como a de Serviços Públicos e a de Comércio Exterior, para atender aos respectivos cursos.

- **Administrativos**
- Gastos Correntes por Aluno

Quadro 80 – Informações do Gasto Corrente por Aluno

Gastos Totais	117.489.549,46
(-) Investimentos	8.824.700,59
(-) Inversões Financeiras	0,00
(-) Inativos e Pensionista	7.805.412,32
(-) Precatórios	0,00
Total	100.859.436,55
Matrículas Atendidas	5.040
Gastos Corrente por Aluno	20.011,79

Fonte: Siafi 2016/ Sistec – 6/3/2017

Esse indicador mede o custo médio de cada aluno da instituição. A aferição é feita pela seguinte fórmula: $GAS = (Gastot/Matrículas\ Atendidas) * 100$, em que:

GASTO = Gasto Total da Instituição, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação Apoio à Formação Profissional e Tecnológica;

Matrículas Atendidas = Todas as matrículas que estiveram em curso no período analisado.

O gasto corrente por aluno continuou a crescer. Comparado com o exercício anterior, o índice cresceu 30,58%. As principais razões desse aumento estão relacionadas com o desembolso de recursos para manter o funcionamento das unidades e, conseqüentemente, com o cumprimento da missão do IFRR por meio de despesas dos serviços continuados e da locação de mão de obra, considerando que, a cada ano, os contratos são onerados em virtude do equilíbrio econômico e financeiro.

Além disso, a política de assistência ao estudante demanda despesas com auxílio-transporte e auxílio-alimentação. Os *campi* localizados na zona rural, por exemplo, apresentam o maior custo corrente devido ao atendendo de alunos em regime de alternância. Todavia, todas as ações, onerosas ou não, objetivam combater a evasão escolar, o desligamento, as reprovações e principalmente fomentar a formação profissional de qualidade.

- Percentual de Gastos com Pessoal

Quadro 81 – Informações para Cálculo do Gasto com Pessoal

Gastos com Pessoal	83.756.832,50
Gastos Totais	117.489.549,46
Percentual de Gastos com Pessoal	71,29%

Fonte: Sistec 2017

Esse indicador informa o percentual de gastos da instituição com pessoal. Seu cálculo considera os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios divididos pelos gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa.

Em 2016, o IFRR teve um acréscimo de 19,39% das despesas com pessoal em relação a 2015, o que representou R\$ 13.602.990,26 (treze milhões, seiscentos e dois mil, novecentos e noventa reais e vinte e seis centavos). Todavia, esse acréscimo, comparado com o ocorrido no exercício anterior, foi reduzido 9,29%.

Uma observação importante é que esse indicador não pode ser analisado em nível de *campus*, pois o pagamento de pessoal do IFRR só ocorre na unidade gestora Reitoria, e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) possui somente uma unidade pagadora centralizada na Reitoria, conforme determinação do art. 9.º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2012.

- Percentual de Gastos com Outros Custeios

Quadro 82 – Informações para Cálculo do Gastos com Outros Custeios

Gastos com Outros Custeios	22.288.265,89
Gastos Totais	117.489.549,46
Percentual de Gastos com Outros Custeios	18,97%

Fonte: Sistec 2017

Esse indicador mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da instituição. Calcula-se da seguinte forma: $\text{Gastos com Outros Custeios} = (\text{Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e Pasep} / \text{Total de Gastos da Instituição}) * 100$.

Para esse indicador, o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2016 mais os restos a pagar não processados pagos. O percentual de gastos com outros custeios sofreu um pequeno acréscimo de 0,20% em relação a 2015. O principal motivo do percentual ter se mantido estável foram as limitações de gastos, conforme já relatado no item “Fatores intervenientes no desempenho orçamentário”.

- Percentual de Gastos com Investimentos:

Quadro 83 – Informações para Cálculo do Gasto com Investimentos

Gastos com Investimentos	8.824.700,59
Gastos Totais	117.489.549,46
Percentual de Gastos com Investimento	7,51%

Fonte: Sistec 2016

Esse indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da instituição (execução de obras e aquisição de imóveis).

Para esse indicador, o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2016 mais os restos a pagar não processados pagos. Houve um aumento no percentual de gastos com investimentos em relação aos anos anteriores. Comparando com 2015, o valor destinado para despesa de capital cresceu 52,53%, ou seja, R\$ 3.038.972,09 (três milhões, trinta e oito mil, novecentos e setenta e dois reais e nove centavos). Esse crescimento ainda não cobre o déficit de investimento do exercício anterior, que foi de 10.238.330,00 (dez milhões, duzentos e trinta e oito mil e trezentos e trinta reais).

Destaca-se nesse contexto a contratação de empresa para a construção do *Campus Avançado do Bonfim*, incluindo o muro; o reforço na obra do *Campus Zona Oeste*; e a aquisição de máquinas e equipamentos para implementar o novo bloco do Almojarifado e Patrimônio do *Campus Novo Paraíso*.

- **Socioeconômicos**

Quadro 84 – Números de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Renda Familiar <i>per Capita</i> - RFPC	Quantitativo de Alunos Matriculados por Renda <i>per Capita</i> Familiar					
	CAM	CAB	CBV	CBVZO	CNP	TOTAL
0 < RFPC* ≤ 0,5 SM**	147	0	943	196	257	1.543
0,5 < RFPC ≤ 1 SM	21	31	339	88	49	528
1 < RFPC ≤ 1,5 SM	02	7	152	92	23	276
1,5 < RFPC ≤ 2,0 SM	05	13	42	34	10	104
2,0 < RFPC ≤ 2,5 SM	00	0	0	0	3	03
2,5 < RFPC ≤ 3 SM	00	7	23	2	2	34
RFPC > 3 SM	00	3	24	0	3	30
Não sabe/Não respondeu	337	49	998	0	45	1.429
Total	512	110	2.521	412	392	3.947

Fonte: Q'Acadêmico e Serviço Social das Coordenações de Assistência ao Estudante do IFRR

Diante dos dados acima informados e obtidos pelo Q-Acadêmico e Serviço Social/Caes/IFRR, referentes à renda *per capita* dos estudantes, obteve-se uma média percentual de 36% de alunos que não souberam informar e/ou não responderam sobre a situação econômica familiar no ato da matrícula, impossibilitando a geração de dados gerais referentes à renda *per capita*, o que leva à necessidade de o IFRR adotar estratégias de ação para que, no ato da matrícula, os discentes atualizem os dados socioeconômico, familiar e educacional.

No universo do indicador socioeconômico, o IFRR, em relação ao quantitativo de alunos matriculados por renda *per capita* de até 1,5 SM (um salário-mínimo e meio), apresentou um percentual de 59,46%, cumprindo, em seu universo educacional, as diretrizes de sua responsabilidade social ao promover o acesso ao ensino gratuito e de qualidade, em todos os níveis e modalidades, em várias localidades e regiões do Estado de Roraima, de norte a sul, contribuindo para a minimização das desigualdades e garantindo as condições de acesso, permanência e atuação de qualidade nas atividades educacional e profissional.

Ao relacionar-se o indicador socioeconômico com a Política de Assistência Estudantil, considerando o parágrafo único do art. 13 desse documento, que estabelece que “serão atendidos no âmbito dos programas de Assistência Estudantil prioritariamente estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio”, constata-se que o IFRR, em seu universo institucional, no ano de 2016, alcançou um percentual de 64,89% de estudantes dentro do perfil de renda *per capita* de até 1,5 SM (um salário-mínimo e meio) a ser atendido pela política de assistência estudantil, cumprindo, desse modo, um dos princípios dessa política, qual seja, “buscar igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes”.

Para promover a melhoria das ações de assistência estudantil ofertadas pelos *campi*, bem como garantir que os alunos não venham a ter cerceados seus direitos constitucionais de acesso a uma educação de qualidade, o IFRR vem assegurando condições de acesso, permanência e conclusão com êxito ao executar a Política de Assistência Estudantil em suas diversas ações, em conformidade com as exigências legais do Decreto n.º 7.234/10, da Resolução n.º 205, aprovada pelo Conselho Superior em 15 de maio de 2015, e da Portaria n.º 753 do Gabinete da Reitoria, datada de maio de 2015.

Para o ano de 2016, as ações foram planejadas e propostas, no âmbito da Política de Assistência Estudantil do IFRR, em conformidade com o Projeto de Lei Orçamentária Anual/2016, com o Plano Anual de Trabalho/PAT/2016 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, pelas Coordenações de Assistência ao Estudante dos *campi*, em forma de projetos de

ações nas modalidades de auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia/alojamento, auxílio estudantil, apoio à participação estudantil em eventos e material escolar.

Para a concessão dos auxílios propostos nos projetos, os estudantes deviam estar em situação regular de matrícula e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, culminando, desse modo, com os objetivos estratégicos da Política de Assistência Estudantil em democratizar e assegurar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica as condições de acesso, permanência e conclusão com êxito, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais.

A Lei Orçamentária Anual de 2016, aprovada e destinada ao IFRR para desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil, ficou no valor de R\$ 3.821.832,00 (Três milhões, oitocentos e vinte e um mil e oitocentos e trinta e dois reais), sendo que, desse montante, para cada *campus* é destinado um valor, considerando as particularidades de condições de acesso, vulnerabilidade social e ações de assistência estudantil executadas.

Desse modo, o desempenho orçamentário referente ao ano de 2016 configurou-se conforme os quadros abaixo:

Quadro 85 – Orçamento Planejado Conforme o Programa 2031 – Ação 2994 – Assistência ao Aluno

AÇÕES/DESPESA	NATUR. DA DESP.	CBV	CNP	CAM	CBVZO	CAB	TOTAL
Apoio a Eventos Estudantis	339018	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	45.000,00
Auxílio-Alimentação	339018	297.000,00	891.900,00	652.500,00	52.248,00	36.000,00	1.929.648,00
Auxílio-Transporte	339018	144.000,00	-	-	28.800,00	-	172.800,00
Auxílio-Transporte	339037	-	1.007.134,00	431.200,00	-	-	1.438.334,00
Auxílio Material Escolar	339018	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	5.000,00	41.000,00
Fardamento Escolar	339030	5.850,00	5.850,00	5.850,00	4.000,00	3.000,00	24.550,00
Seguro-Aluno	339039	-	13.500,00	9.000,00	4.000,00	-	26.500,00
Bolsa EJA FIC	339018	31.500,00	-	-	-	-	31.500,00
Bolsa EJA	339018	112.500,00	-	-	-	-	112.500,00
TOTAL GERAL		608.850,00	1.936.384,00	1.116.550,00	107.048,00	53.000,00	3.821.832,00

Fonte: DPAE

Quadro 86 – Orçamento Executado Conforme o Programa 2031 – Ação 2994 – Assistência ao Aluno

CAMPUS	VALOR PLANEJADO	VALOR EXECUTADO NOS CAMPI		SALDO ORÇAMENTÁRIO
		EMPENHADO	LIQUIDADO	
Boa vista	R\$ 608.850,00	R\$ 445.015,00	R\$ 418.028,50	R\$ 190.821,50
Novo Paraíso	R\$ 1.936.384,00	R\$ 1.799.410,48	R\$ 1.442.947,00	R\$ 493.437,00
Amajari	R\$ 1.116.550,00	R\$ 787.931,46	R\$ 522.905,16	R\$ 593.644,90
Boa vista Zona Oeste	R\$ 107.048,00	R\$ 106.943,18	R\$ 103.595,10	R\$ 3.452,90
Avançado Bonfim	R\$ 53.000,00	R\$ 18.200,00	R\$ 17.303,27	R\$ 35.696,73
Total	R\$ 3.821.832,00	R\$ 3.157.500,12	R\$ 2.504.779,03	R\$ 1.317.053,00

Fonte: DPAE

Considerando os quadros apresentados acima, o IFRR, no que diz respeito ao desempenho orçamentário nos *Campi* Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Boa Vista, obteve uma boa execução orçamentária, do planejado ao executado, pois essas unidades alcançaram, respectivamente, os índices 97%, 74% e 69%.

No entanto, o montante total executado do IFRR foi R\$ 3.157.500,12 (Três milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos reais e doze centavos), o que corresponde a 82,62% de execução orçamentária, considerando o Planejamento Anual de Trabalho do ano de 2016.

De acordo com o planejamento previsto e ciente das responsabilidades institucionais quanto a possíveis situações decorrentes de remanejamento de créditos – do PTRES 108922 (Auxílio Financeiro) para o PTRES 108924 (demais despesas da Assistência Estudantil) – que são planos orçamentários diferentes, o IFRR, ao identificar as inconsistências de dados orçamentários nas execuções dos *campi*, viabilizou o remanejamento de recursos entre as ações de assistência estudantil desenvolvidas nos *campi* e entre os *campi*. Esses remanejamentos foram considerados, no percurso da execução orçamentária, necessários para que as ações de assistência estudantil fossem executadas conforme sua natureza de despesas.

- Dados dos Alunos e Auxílios Concedidos

Os dados utilizados para a comprovação de números de discentes matriculados e atendidos pela instituição foram retirados do relatório geral filtrado pelo sistema de informação Q-Acadêmico e Serviço Social dos *campi* que executam as ações de assistência estudantil. Foram encontradas as seguintes situações abaixo descritas, conforme repasse dos *campi*.

Quadro 87 – Números de Benefícios Concedidos no IFRR por Campus

<i>Campus</i>	Quantitativo de alunos ano 2016	Número de benefícios concedidos no IFRR (alimentação/transporte/etc)	Número de evasão, desistência	Total de beneficiários com matrícula ativa do IFRR
Amajari	512	332	35	297
Avançado do Bonfim	110	16	0	16
Boa Vista Zona Oeste	412	128	12	116
Boa Vista	2.521	666	8	658
Novo Paraíso	392	381	8	373
Total	3.947	1.523	63	1.460

Fonte: DPAE

Em relação ao indicador de desempenho das ações de assistência estudantil, no que diz respeito ao número de benefícios concedidos por *campus*, percebe-se que o IFRR conseguiu atingir o percentual de 38,58% de seu alunado com acesso e permanência, considerando as ações de assistência estudantil propostas e executadas no ano de 2016. Outrossim, quanto ao percentual de evasão no ano de 2016, a instituição obteve um índice de evasão de 4,14% do quantitativo total de alunos contemplados com os auxílios, demonstrando que os benefícios concedidos cumpriram com sua função de reduzir as desigualdades sociais a fim de se conseguir a permanência e o êxito acadêmico.

- **Gestão de Pessoas**
- Índice de Titulação do Corpo Docente

Quadro 88 – Memória de Cálculo 2016

Indicador	Fórmula de Cálculo	Método de Aferição	Resultado
Índice de Titulação do Corpo Docente – TCD, quantificar o índice de Titulação do Corpo Docente efetivo e substitutos.	$\frac{(G*1)+(A*2)+(E*3)+(M*4)+(D*5)}{G+A+E+M+D}$	$\frac{(35*1)+(2*2)+(101*3)+(153*4)+(27*5)}{35+2+101+153+27}$	3,42

Fonte: Siape/CCAD/DGP

Quadro 89 – Dados para Cálculo do Indicador Titulação do Corpo Docente Efetivo/2016

	Reitoria	<i>Campus</i> Boa Vista	<i>Campus</i> Novo Paraíso	<i>Campus</i> Amajari	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	<i>Campus</i> Avançado do Bonfim	Total
Graduados	0	9	5	4	6	1	25
Aperfeiçoados	0	1	1	0	0	0	2
Especialistas	8*	57	9	10	8	2	94
Mestres	14*	74	29	21	9	3	150
Doutores	1*	11	6	5	3	0	26
Total	23	152	50	40	26	06	297

Fonte: Siape/CCAD/DGP

Obs: * Em relação ao quantitativo de docentes na Reitoria, informamos que alguns servidores com ocorrência de afastamento se encontram com lotação registrada nessa unidade do IFRR.

Quadro 90 - Dados para Cálculo do Indicador Titulação do Corpo Docente Substituto 2016

	Reitoria	Campus Boa Vista	Campus Novo Paraíso	Campus Amajari	Campus Boa Vista Zona Oeste	Campus Avançado de Bonfim	Total
Graduados	0	1	8	1	0	0	10
Aperfeiçoados	0	0	0	0	0	0	0
Especialistas	0	6	0	1	0	0	7
Mestres	0	3	0	0	0	0	3
Doutores	0	1	0	0	0	0	1
Total	0	11	8	2	0	0	21

Fonte: Siape/CCAD/DGP

Esse indicador pode ser considerado como um fator que influencia diretamente o público-alvo – o discente – para a promoção da atividade finalística da instituição, que é promover um ensino de qualidade. No exercício de 2016, o IFRR obteve um índice de 3,42, o que se considera um aumento significativo em relação ao exercício anterior, conforme dados acima.

Em busca do índice ideal de 5, a DGP vem elaborando políticas para a qualificação dos docentes por meio de parcerias com outras instituições, via convênios, e de concessão de bolsas de auxílio à qualificação, para que eles, atrelados a ações de pesquisa e extensão, sejam motivados a qualificar-se e, conseqüentemente, a promover cada vez mais qualidade no ensino prestado. Em razão do prazo para a conclusão dos cursos de mestrado e doutorado, somente será notado um crescimento mais elevado no Índice de Titulação do Corpo Docente nos próximos exercícios.

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve, neste exercício, ocorrências de projetos e programas financiados com recursos externos nem contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança do IFRR é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Auditoria Interna, Fórum Interno de Gestão de Pessoas, Fórum Interno de Ensino, Fórum Interno de Extensão, Fórum de Administração e Planejamento, Fórum de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Comitê de Segurança da Informação, Comissão Própria de Avaliação e Ouvidoria.

3.1.1 Colegiados

O Conselho Superior (Consup) e o Colégio de Dirigentes foram criados pela Lei n.º 11.892/2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Consup possui caráter consultivo e deliberativo e é o órgão máximo do IFRR. Compõem o colegiado os seguintes membros: reitor, como presidente; representantes dos servidores docentes; representantes do corpo discente; representantes dos servidores técnico-administrativos; representantes dos alunos egressos; representantes da sociedade civil; representante do Ministério da Educação e diretores-gerais dos *campi*.

Compete ao Consup: aprovar as diretrizes para a atuação do Instituto Federal de Roraima e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do reitor e dos diretores-gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei n.º 11.892/2008 e pelo Decreto n.º 6986/2009; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o Projeto Político-Pedagógico, a Organização Didática, regimentos internos, normas disciplinares e os calendários escolares das unidades de ensino que integram a estrutura do IFRR; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRR; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFRR, bem como o registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal de Roraima, observados os parâmetros definidos pelo governo federal e pela legislação específica; apreciar e votar os

pedidos do reitor de autorização para afastamento do País; elaborar e aprovar o próprio Regimento Interno.

O Colégio de Dirigentes é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Tem apenas caráter consultivo e possui a seguinte composição: reitor, como presidente; pró-reitores e diretores-gerais dos *campi*.

Suas competências são: apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos orçamentários e financeiros; apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR; aprovar, por delegação do Conselho Superior, o Calendário de Referência Anual; apreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; apreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR a ele submetido.

3.1.2 Auditoria Interna

As ações de controle são realizadas nas unidades do IFRR e planejadas e consignadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint. A auditoria assessora os gestores por meio de reserva técnica e acompanha os atos relativos ao cumprimento de determinações e recomendações do TCU, da CGU-RR e da própria Auditoria Interna. As bases legais para a realização dos trabalhos são o Decreto n.º 3.591/2000 e a Instrução Normativa n.º 24/2015.

São competências da Auditoria Interna: acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da instituição, visando comprovar a conformidade de sua execução; assessorar os gestores da instituição no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento; verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente; verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados pertinentes à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais; orientar subsidiariamente os dirigentes da instituição sobre os princípios e as normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e as tomadas de contas especiais; propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as estrutura de governança da unidade ações de sua instituição, quando couber,

bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização; acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU; comunicar, tempestivamente, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à autoridade máxima da instituição e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causaram prejuízo ao erário, para ressarcir à instituição; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna (Raint) e encaminhá-los ao órgão de controle interno a que estiver jurisdicionado, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente, e testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal.

3.1.3 Fóruns, Comitês e Comissão Própria de Avaliação

O Fórum Interno de Gestão de Pessoas (FigeP) tem natureza consultiva e finalidade de acompanhar e implementar as políticas públicas de gestão de pessoas. É constituído pelo diretor de Gestão de Pessoas da Reitoria, que o presidirá; pelos coordenadores da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP); e pelos coordenadores de Gestão de Pessoas dos *campi*.

O Fórum Interno de Ensino é o órgão colegiado consultivo que tem a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e das ações do IFRR na área de ensino. O fórum é constituído pelo pró-reitor de Ensino; pelos diretores da Pró-Reitoria de Ensino; pelos diretores do Departamento de Ensino dos *campi*; por representantes do setor pedagógico, da Coordenação de Assistência ao Estudante (Caes), da Coordenação de Registros Escolares (Cores), do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne) e da biblioteca e pelos assistentes sociais.

O Fórum Interno de Extensão (Fiex) é o órgão de natureza consultiva e tem a seguinte constituição: titular da Pró-Reitoria de Extensão, que o presidirá; titular da Diretoria de Extensão e Articulação (DEA); titulares das Diretorias ou Coordenações de Extensão dos *campi*; e representantes das coordenações subordinadas à Pró-Reitoria de Extensão e às Diretorias de Extensão dos *campi*.

O Fórum de Administração e Planejamento é o órgão colegiado consultivo que tem a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e das ações do IFRR na área de planejamento e administração. Participam do fórum os dirigentes da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica dos *campi*, responsáveis pelo planejamento, pela execução e pelo

acompanhamento das políticas, dos programas e das ações de pesquisa, inovação e de cursos de pós-graduação.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) é a instância autônoma que atende ao disposto no art. 4.º, inciso IV, da Instrução Normativa n.º 04/SLTI/MPOG, de 19/5/2008. Possui natureza consultiva e deliberativa e é responsável pelo alinhamento e pela regulação das ações de TI dispostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação (Peti).

Compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação: promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas do IFRR, em conformidade com o PDI e o Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação (PDTI) vigentes, visando ao cumprimento das metas estabelecidas; promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos, para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento do IFRR; identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais; definir critérios para a utilização dos recursos de TI, bem como de projetos não contemplados no PDTI, mas de relevância para o cumprimento das metas estabelecidas para o IFRR; elaborar e atualizar, dentro de períodos definidos ou conforme demanda justificável, o Plano Diretor de TI do IFRR.

O Comitê de Segurança da Informação é a instância consultiva responsável por elaborar e revisar periodicamente a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) e as normas relacionadas a esta, submetendo-as à aprovação do Conselho Superior. Compete ao comitê: propor e gerir, periodicamente, a política de segurança da informação, que deverá ser submetida à aprovação da autoridade competente; acompanhar as investigações e as avaliações dos incidentes de quebra de segurança e os respectivos danos; indicar quais recursos são necessários às ações de segurança da informação; e instituir e coordenar a Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes de Segurança da Informação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada pela Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A comissão tem como atribuição a autoavaliação institucional nos aspectos de estrutura física, estrutura gerencial, corpo docente, corpo discente e currículo das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.1.4 Ouvidoria

O IFRR criou a Ouvidoria no exercício de 2013, fundamentado no art. 37, § 3.º, inciso I, da Constituição Federal. A coordenação técnica das atividades da Ouvidoria é realizada pela Ouvidoria-Geral da União, conforme disposto no Decreto n.º 8109/2013.

Compete à Ouvidoria do IFRR: receber e encaminhar às instâncias competentes as manifestações e as reivindicações das comunidades interna e externa do IFRR; coordenar e supervisionar os trabalhos das Ouvidorias dos *campi*; informar ao solicitante o encaminhamento adotado em relação à solicitação feita; organizar os mecanismos e os canais de acesso dos interessados à Ouvidoria, fazendo uma relação informal e acolhedora; orientar os servidores docentes e não docentes, os alunos e os membros da comunidade externa sobre a melhor forma de encaminhar as reivindicações, instruí-las, além de acompanhar a tramitação; contribuir para a resolução de problemas administrativos ou acadêmicos oferecendo alternativas e informações sobre a legislação e as normas internas vigentes; facilitar a tramitação de processos e procedimentos relativos a situações jurídico-administrativas em que não existir ou for insuficiente a atuação dos outros controles administrativos internos ou externos, ou quando se retardem por embaraços processuais; receber críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los por meio da busca dialogada do consenso; encaminhar, direta ou indiretamente, via divulgação de análises e teses, para estudo da administração, propostas de reformulação de normas e de mudanças de procedimentos que lhe pareçam a causa de problemas para cuja solução tenha sido chamada a contribuir; acompanhar a tramitação dos processos de pertinência da Ouvidoria, dando ciência aos interessados acerca das providências tomadas; manter em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação, nos órgãos do IFRR, seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência; e manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos a sua consideração.

Os atendimentos das manifestações recebidas são realizados por meio dos acessos disponibilizados pela Ouvidoria, tais como site, e-mail, telefone e presencial.

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

I – Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

As normas que regem os trabalhos da Auditoria Interna do IFRR estão dispostas no Regimento Geral do IFRR e no Regimento Interno da Auditoria Interna (Resolução n.º 129 do Conselho Superior, de 15 de abril de 2013).

O Regimento Geral do IFRR e o Regimento Interno da Auditoria Interna estão disponíveis no site do IFRR, nos endereços <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/arquivos/regimento-geral> e <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2013/resolucao-no-129-2013-conselho-superior>, respectivamente.

II – Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC

Conforme INTOSAI GOV 9140, a independência da Auditoria, em seu aspecto geral, diz respeito à liberdade de dependência, influência ou controle, por parte de outra pessoa, organização ou Estado. Para os auditores internos, é a liberdade de atuação de forma imparcial, necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, a Auditoria Interna do IFRR está vinculada ao Conselho Superior do IFRR, órgão de governança da instituição, do qual recebe apoio. Ela exerce suas funções com independência, não sofrendo interferências em seus trabalhos, caracterizando uma atuação imparcial.

Quanto ao aspecto da objetividade, a norma define que a Auditoria Interna deve atuar de forma que tenha forte crença na honestidade do seu trabalho final e que não seja comprometida a qualidade. Nesse ponto, ela atua de acordo com as normas expedidas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como de forma complementar ao controle interno, exercendo suas atividades com base em critérios técnicos e legais, de forma objetiva.

Em relação aos critérios de independência e objetividade, a Auditoria Interna do IFRR possui Regimento Interno próprio, estabelecido por meio da Resolução do Consup n.º 129/2013; presta contas de suas atividades por meio do Relatório Anual de Auditoria Interna (Raint); encaminha relatórios de suas atividades ao dirigente máximo do IFRR; encaminha informações ao órgão de controle interno, quando solicitada; está vinculada ao Consup; há segregação funcional nas atribuições dos membros da Auditoria Interna.

Entre os normativos internos que contribuem para a independência e a objetividade da Auditoria Interna, destaca-se o seu Regimento Interno, que prevê, entre outras disposições, o cumprimento obrigatório de recomendações; prioridade administrativa nas demandas e providências

emanadas da Auditoria; bem como amplas condições para o desenvolvimento de suas funções, como livre acesso a informações, dependências e instalações, bem como a títulos, documentos e valores.

III – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver

A Auditoria Interna apoia a estrutura de governança do IFRR, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que os integram, nas respectivas áreas de jurisdição, e ao Tribunal de Contas da União (TCU), respeitada a legislação pertinente.

Como estratégia de atuação, a Auditoria Interna se disponibiliza constantemente ao esclarecimento de dúvidas e realiza reuniões de busca conjunta de soluções com vistas ao melhoramento dos controles internos. Busca compreender o funcionamento dos setores auditados, como forma de aprimorar o desenvolvimento dos trabalhos e diminuir ao máximo a ocorrência de erros que possam trazer prejuízos e comprometer os objetivos organizacionais.

IV – Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC)

A Auditoria Interna (Audin) é o órgão técnico de controle interno do IFRR responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações de controle da instituição. Conforme o Regimento Geral do IFRR, a estrutura da Audin compõe-se de uma Auditoria Interna Geral vinculada ao Conselho Superior e de uma Auditoria Interna de *Campus*, vinculada ao Gabinete da Direção-Geral de cada *campus*, mas articulada à Auditoria Geral. No entanto, a presente estrutura ainda não está implantada, pois a Auditoria Interna com sede na Reitoria executa ações de controle na respectiva sede e nos *campi* do IFRR.

A função de titular da Auditoria Interna é exercida por servidor do quadro efetivo do IFRR cuja designação ou dispensa é de competência do reitor, que deverá submeter à aprovação do Conselho Superior, e, posteriormente, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

V – Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Ao final de cada ação de controle, o relatório da auditoria é encaminhado ao responsável pelo setor auditado e ao reitor do IFRR. O Conselho Superior do IFRR também possui o conhecimento das recomendações por meio da apresentação de Relatórios Gerenciais feitos pela Auditoria Interna, conforme o § 1.º do art. 17 da IN CGU n.º 24/2015.

Atualmente, não há mecanismo de assunção do risco por parte do gestor pela não implementação de recomendações emitidas pela Auditoria Interna.

VI – Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta gerência

Após finalizada a ação de controle, tem-se como resultado o relatório de auditoria, o qual é encaminhado ao reitor do IFRR. Ele também exerce a atribuição de presidente do Conselho Superior, toma conhecimento, por meio dos relatórios gerenciais de monitoramento, das recomendações implementadas, assim como das não implementadas pelo gestor do setor auditado. Por meio do envio de relatórios e de reuniões realizadas com os gestores, a Auditoria Interna informa os riscos da não implementação das recomendações e a possibilidade de ressalva dos órgãos de controle. Além disso, explicita as consequências para a não observação de cada recomendação exarada no relatório de Auditoria.

VII – Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

A Auditoria Interna do IFRR preserva sua independência e objetividade, pois está vinculada ao Conselho Superior, órgão máximo do IFRR. O Regimento Geral prevê auditorias internas nos *campi*, porém essa estrutura ainda não está vigente.

3.2.1 Sobreposição de Carga Horária – Pronatec

Em 2013, foi realizada a ação de controle do Pronatec, resultando nos Relatórios de Fiscalização n.º 01 e 02, ambos no *Campus* Boa Vista. Como resultados dos trabalhos, foi constatada a sobreposição de horário dos gestores, bem como de outros profissionais, com a recomendação abaixo para ambos os relatórios:

i) Apurar qual jornada de trabalho foi cumprida, bem como a responsabilidade, em função do indício de horário fictício e/ou de descumprimento de horários.

As providências adotadas resultaram na abertura de quatro processos administrativos disciplinares, que detectaram inobservância do art. 116, inciso III, da Lei 8.112/90, resultando na aplicação de advertência. No entanto, o ato prescreveu, e a AGU recomendou que fosse apurado o possível recebimento de valores a maior para a devolução ao erário. Os processos abertos foram os seguintes:

- a) 23231.000126.2015-51
- b) 23231.000129.2015-94
- c) 23231.000130.2015-19
- d) 23231.000131.2015-63

No exercício de 2017, será realizada nova ação de controle, conforme previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint 2017), para constatar o cumprimento do art. 9.º, § 1.º, da Lei 12.513/2011 c/c os arts. 12 e 14, § 4.º, da Resolução-FNDE 4/2012, identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no programa.

Nesse sentido, a Auditoria Interna incluiu em seu planejamento a realização da ação de controle tendo em vista o atendimento do item 9.3. do Acórdão nº 1006/2016 – TCU – Plenário.

3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E PAURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Os processos de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores são abertos separadamente nas unidades do IFRR – Reitoria, *Campus* Boa Vista, *Campus* Boa Vista Zona Oeste, *Campus*

Amajari, *Campus* Novo Paraíso e *Campus* Avançado do Bonfim, visto que cada unidade possui autonomia conferida pela Portaria n.º 1.527/2013.

Quanto à sistemática de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade, os procedimentos iniciam-se com o pregoeiro ou com a fiscalização. No primeiro caso, o pregoeiro identifica a infração cometida por licitante e a encaminha para a Coordenação de Compras (atualmente Departamento de Compras). Posteriormente, a Diretoria de Administração e a Proad tomam as demais providências para aplicação de penalidade. Em relação aos contratos, os procedimentos se iniciam na fiscalização, que aponta possíveis irregularidades cometidas pelas empresas e concede prazo para a prestação de esclarecimentos. Comprovada a irregularidade ou o não atendimento do esclarecimento, é solicitada a abertura de processo administrativo para a apuração. Concedidos os prazos de contraditório e ampla defesa, a pró-reitoria analisa, decide, e, em grau de recurso, o processo é encaminhado ao reitor. Esse procedimento é adotado na Reitoria e, de forma similar, nos *campi*.

No que se refere aos processos administrativos disciplinares, o processo tem início com o fato administrativo a ser apurado. Designa-se uma comissão de sindicância ou de PAD, nomeada por portaria; essa comissão conduz os trabalhos, instrui o processo, inclui a defesa do servidor e emite um relatório. Após o relatório da comissão, a Advocacia-Geral da União emite um parecer e encaminha a decisão para a autoridade superior.

a) Reitoria

No âmbito da Reitoria, foram abertos seis processos em 2016 referentes à apuração de responsabilidade de descumprimento contratual por parte de empresas contratadas, porém estão em fase de tramitação, sem finalização. Foram abertos ainda processos para análise de acumulação ilegal de cargos, que estão em fase de apuração.

b) Campus Boa Vista

Título: Regularização do funcionamento do <i>Campus</i> Boa Vista como requisito fundamental para a autorização de oferta do ensino superior (recredenciamento).
Irregularidade: Inexistência do alvará de funcionamento do <i>campus</i> , necessitando para isso um redimensionamento da planta baixa nos aspectos arquitetônicos, logísticos, hidráulicos e elétricos.
Impacto: Risco de suspensão da oferta dos cursos superiores no CBV/IFRR
Medidas Tomadas: <ol style="list-style-type: none">1. Designação de servidores do <i>Campus</i> Boa Vista para compor a comissão de recredenciamento mediada pela Reitoria por meio das Prós-Reitorias de Desenvolvimento Institucional e Ensino;2. Solicitação de Profissionais do Departamento Técnico de Obras (Deteo) para a execução do redimensionamento arquitetônico do <i>campus</i>, definindo espaço de trabalho e colaboradores (7 estagiários do curso Técnico em Edificações);3. Ampla divulgação e disponibilização dos setores para procedimentos de medidas e observação dos espaços estruturais como requisito para o redimensionamento da planta baixa;4. Encaminhamento de documentos (ofícios) referentes à análise de projetos arquitetônicos já existentes, visando a uma análise por profissionais da área, do Departamento Técnico de Obras (Deteo/Reitoria/IFRR);

5. Solicitação de Auditoria Interna no processo de contratação de empresa responsável pela elaboração dos projetos arquitetônico de reforma do CBV.

Título: Patrimônio: Inventário e Depreciação de Bens Móveis e Imóveis

Irregularidade: Constatação da inexistência de avaliação anual de bens móveis e imóveis considerando a necessidade de uma referência fidedigna do patrimônio do *Campus* Boa Vista/IFRR.

Impacto: Fidedignidade da carga real de bens móveis e imóveis pertencentes ao *Campus* Boa Vista, bem como o valor patrimonial destes.

Ausência de utilização de bens disponíveis, em decorrência da ausência de levantamento e controle adequado, comprometendo a qualidade dos trabalhos.

Medidas Tomadas:

1. Sensibilização dos servidores quanto à necessidade da ação;
2. Nomeação de uma comissão pró-inventário constituída de servidores de diversos setores do *Campus* Boa Vista;
3. Desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e registro dos bens de cada setor, considerando toda a carga real de cada espaço;
4. Reuniões sistemáticas da gestão para acompanhamento do processo;
5. Construção do relatório final (com previsão de finalização em março de 2017).

Título: Taxa de Sucesso no Ensino

Irregularidade: Constatação do elevado índice de evasão e retenção do ensino, considerando os cursos e as modalidades desenvolvidas no *Campus* Boa Vista, agravado pela fragilidade das atividades de acompanhamento e apoio às ações de desenvolvimento do ensino em todos os níveis e modalidades:

Cursos técnicos integrais e integrados ao ensino médio com duração de 3 anos e carga horária semanal de 30 horas: Edificações, Informática, Eletrônica, Eletrotécnica e Secretariado.

Cursos técnicos integrados ao ensino médio com duração de 4 anos e carga horária semanal de 20 horas: Informática, Eletrônica, Eletrotécnica e Secretariado.

Cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA com duração de 3 anos e carga horária semanal de horas: Edificações, Informática, Eletrônica, Eletrotécnica, Secretariado, Enfermagem e Análises Clínicas.

Cursos técnicos subsequentes com duração de 1 ano e 6 meses e/ou 2 anos com carga horária de horas: Edificações (2 anos), Informática (1 ano e 6 meses), Eletrônica (2 anos), Eletrotécnica (2 anos), Secretariado (1 ano e 6 meses), Enfermagem (2 anos) e Análises Clínicas (2 anos).

Cursos de licenciatura com duração de 4 anos e carga horária semanal de horas: Matemática, Letras/Espanhol e Literatura Hispânica, Educação Física e Ciências Biológicas.

Cursos de tecnologia com duração de 3 anos e carga horária de horas: Gestão Hospitalar, Saneamento Ambiental, Gestão de Turismo e Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Impacto: Diminuição de profissionais de formação adequada para atendimento das demandas do mundo do trabalho.

Redução de orçamento, impactando diretamente a efetivação dos programas de fortalecimento do ensino profissional.

Redução de vagas para servidores (docentes e técnicos administrativos) que são estabelecidos por meio de uma relação de equivalência professor-aluno;

Dificuldade no funcionamento administrativo, logístico e humano do *campus*, considerando a dinâmica que representa uma instituição educacional.

Medidas tomadas: Oferta de dependência para estudantes cujo rendimento não possibilitou sua aprovação total. Oferta de apoio educacional no que se refere à assistência estudantil relacionada a bolsas de incentivo em programas de pesquisa (Pibict), de extensão (Pibaex) e de ensino (Inova e Monitoria). Desenvolvimento da política educacional da assistência ao estudante no que se refere a apoio a alimentação, a transporte, a assistência médica, odontológica, a

<p>serviço social e psicológico. Oferta de aulas de reforço, considerando a disponibilidade da instituição, aliada às necessidades pedagógicas diagnosticadas pelo Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular (Dape). Realização de conselhos de classes bimestrais visando ao acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio com a presença de docentes e representantes de estudantes. Realização de reuniões do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE) e colegiados, objetivando à tomada de decisão quanto a execução dos cursos do ensino superior. Reuniões e atendimentos a pais e responsáveis por estudantes do ensino médio, visando à participação e ao acompanhamento dos discentes. Capacitação de docente por meio da oferta de oficinas, encontros pedagógicos, visitas técnicas e apoio à formação/qualificação profissional de docentes e servidores técnico-administrativos.</p>
<p>Título: Gestão de processos administrativos referentes à execução de serviços e à aquisição de equipamentos e materiais.</p>
<p>Irregularidade: Constatação de processos com falhas na execução contratual no que se refere à fiscalização da execução dos serviços e/ou aquisição de equipamentos e materiais.</p>
<p>Impacto: Insatisfação dos discentes e docentes relacionada aos serviços essenciais, tais como limpeza e conservação, manutenção predial, vigilância e transporte. Morosidade na entrega de equipamentos materiais comprometendo as práticas pedagógicas fundamentais para o ensino, pesquisa e extensão.</p>
<p>Medidas tomadas: Levantamento dos processos arquivados e em andamento com o objetivo de verificar as falhas contratuais para a tomada de medidas corretivas. Nomeação de novos fiscais para acompanhamento e fiscalização dos contratos de serviços. Levantamento das reais necessidades de materiais e equipamentos para atender às demandas dos cursos da instituição. Levantamentos das demandas apontadas pelas comissões de avaliações dos cursos. Oferta de oportunidades de realização de capacitação na área de gestão e fiscalização de processos.</p>

<p>Título: Relação Candidato/Vaga</p>
<p>Irregularidade: Baixa relação entre procura e oferta pelos cursos no CBV. Em 2015, essa relação foi na ordem de 5,82 candidatos por vaga.</p>
<p>Impacto: Comprometimento do orçamento para ações futuras.</p>
<p>Medidas tomadas: Redimensionamento da comissão responsável pela realização do certame, proporcionando condições adequadas de funcionamento em todos os horários de funcionamento do CBV. Ampla divulgação do certame por meio das redes sociais, com participação de servidores e discentes do CBV. Divulgação por meio de entrevistas em emissoras de TVs locais e emissoras de rádio. Fortalecimento de ações inclusivas, garantindo todos os aspectos no edital. Disponibilização de posto de atendimento presencial para os interessados em realizar inscrição para o certame e geração de boletos de pagamento. Acompanhamento efetivo do número de inscrições, com resultado alcançado na ordem de 11,23 candidatos por vaga para as matrículas 2017.1.</p>

c) Campus Boa Vista Zona Oeste

Em 2016, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* atuou com o acompanhamento multidisciplinar, não havendo eventos apurados e providências adotadas no que concerne a irregularidades que sejam capazes de impactar o desempenho organizacional.

d) Campus Amajari

Em 2016, houve descumprimento contratual por parte da empresa ABSOLUTA COMÉRCIO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA EIRELI. Foi realizado o pagamento dos valores devidos diretamente aos colaboradores envolvidos e a consequente abertura do Processo n.º 23254.000082.2016-81 para aplicação de penalidade. Também foi aberto o Processo Emergencial n.º 23254.000087.2016-12 para atendimento das demandas mais urgentes que ficaram descobertas

até a finalização do processo regular de contratação, finalizado em 19/1/2017, com a contratação de apoio administrativo por meio do Processo n.º 23254.000080.2016-92.

e) *Campus Novo Paraíso*

Título: Regularização da prestação dos serviços de limpeza, higienização e conservação predial
Irregularidade: Descumprimento contratual
Impacto: Não realização dos serviços
Medidas tomadas: Conforme autos do Processo n.º 23230.000166.2016-93, que instituiu uma comissão para apurar os fatos relativos ao descumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa SAN comércio e serviços Ltda. O senhor diretor-geral, fundamentado no parecer da comissão, aplicou à empresa SAN as penalidades de rescisão do contrato, multa e suspensão de contratar com a administração pelo prazo de dois anos e, respeitando o devido processo legal, garantiu à sancionada o direito ao contraditório e ampla defesa, para que, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da ciência, apresentasse recurso. Conforme o Ofício n.º 697/2016/GAB/IFRR/NOVO PARAÍSO, o prazo para a interposição de recurso findaria no dia 13/10/2016, uma quinta-feira. Não havendo manifestação de defesa por parte da sancionada, foi enviado o processo para a Reitoria efetuar a aplicação da penalidade no Sicaf.

f) *Campus Avançado do Bonfim*

O *Campus Avançado do Bonfim* não teve a necessidade de apurar irregularidades ocorridas no âmbito da unidade relacionadas aos macroprocessos finalísticos capazes de impactar o desempenho do IFRR.

3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 2015, o IFRR implantou o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), de forma a integrar o planejamento e o orçamento, além de aprimorar o controle da execução das ações para cumprimento de objetivos. Porém, cada área estratégica busca utilizar mecanismos próprios para identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades. Portanto, esses mecanismos são desenvolvidos por área estratégica: ensino, pesquisa e extensão – área fim; desenvolvimento institucional, administração e gestão de pessoas – área meio. Essas áreas atuam de forma sistêmica e estabelecem estratégias para a execução das ações nos *campi*.

Nesse sentido, os controles internos administrativos são estabelecidos por áreas e auxiliam no cumprimento dos objetivos do IFRR, porém necessitam de sistematização para identificar riscos que possam comprometer o alcance de objetivos. Ainda não há um sistema de avaliação de riscos específicos nem uma matriz de risco para identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades de forma tempestiva.

Apesar disso, as áreas estratégicas desenvolvem controles administrativos em seus âmbitos, conforme segue:

3.4.1 Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino vem desenvolvendo ações no sentido de concluir a sua sistemática de gestão de riscos e, portanto, vários controles já estão sendo operacionalizados, tais como:

a) O regulamento com as orientações normativas para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a fim de assegurar o cumprimento das diretrizes afins a cada curso e a legislação vigente do ensino técnico e superior (Resolução. 142/Conselho Superior, de 26 de setembro de 2013);

b) Compartilhamento de um *link* com o PI (Procurador Educacional Institucional) para acompanhar e monitorar as matrículas dos alunos por curso/*campus*;

c) Elaboração do plano de permanência e êxito envolvendo todos os *campi*, no sentido de desenvolver ações para reduzir a evasão e retenção, bem como aumentar os indicadores de êxitos nos cursos ofertados no IFRR;

d) Fluxogramas de ações do ensino (outorga de grau, programas Inova e Monitoria, monitoramento das políticas do ensino nos *campi*, emissão de diplomas e calendário escolar), para aumentar a clareza dos procedimentos necessários, facilitar o entendimento e evitar erros na instrução processual;

e) Monitoramento das ações do ensino nos *campi*, para acompanhar o desenvolvimento das políticas, das diretrizes e das metas do ensino estabelecidas no PDI 2014-2018;

f) Criação de espaço específico no Moodle para acompanhamento bimestral e capacitação em serviço dos coordenadores de cursos de graduação do IFRR;

g) Criação de grupo no WhatsApp dos gestores do ensino, para agilizar a comunicação entre estes e garantir celeridade nas decisões e ações necessárias ao desenvolvimento das atividades do ensino e aproximar os gestores de ensino dos *campi* e a Proen/Reitoria;

h) Manutenção de pasta compartilhada entre os diretores, os coordenadores e a equipe pedagógica da Proen, na rede interna, com arquivos de documentos gerados na Pró-Reitoria de Ensino, a fim de tornar a comunicação mais célere, atender às demandas de forma integrada, com a máxima segurança, e ainda construir e consolidar o espírito de equipe no setor;

i) Acompanhamento dos encontros pedagógicos nos *campi*, com a finalidade de monitorar e intervir, quando necessário, no processo pedagógico do IFRR.

Ressalta-se que, com base na definição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), está em processo de revisão a Organização Didática do IFRR e a regulamentação da avaliação interna (autoavaliação) dos cursos ofertados na instituição.

3.4.2 Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Propesq) trabalha as seguintes frentes de monitoramento quanto à avaliação de risco que porventura possam comprometer os objetivos traçados:

I – Monitoramento do Plano Anual de Trabalho (PAT): por meio de relatórios produzidos a cada quadrimestre, é realizado o acompanhamento das ações de pesquisa, de pós-graduação, de editoração e de inovação tecnológica previstas, permitindo, além de monitorar o andamento das ações, a possibilidade de avaliar e, caso necessário, redefinir estratégias para maximizar as chances de alcançar os objetivos propostos.

II – Monitoramento de Programas de Pesquisa e Inovação: com o intuito de promover o desenvolvimento de produtos e processos, alguns programas promovem o repasse de recurso financeiro a coordenadores de projetos de pesquisa. Nesse sentido, são adotados mecanismos de controle que envolvem a entrega de dois relatórios, que incluem o detalhamento da utilização do recurso financeiro e do andamento da pesquisa. O primeiro relatório, denominado RELATÓRIO PARCIAL, é exigido no decorrer da pesquisa, bem como o segundo, o RELATÓRIO FINAL, por meio do qual o coordenador do projeto faz a prestação final de contas e apresenta o produto ou processo fruto da pesquisa. Esses relatórios passam pela análise de compatibilidade entre os resultados obtidos e os objetivos do projeto, a qual é realizada por membros efetivos da Propesq. Caso se detecte alguma ingerência, anomalia ou incompatibilidade com os objetivos da pesquisa, serão tomadas as providências cabíveis, inclusive com suspensão do restante do repasse e consequente apuração de responsabilidades com possibilidade de devolução do recurso.

III – Monitoramento dos cursos de pós-graduação: acompanhamento de todas as etapas do processo de criação e oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* pela coordenação de curso dos *campi* ofertantes.

3.4.3 Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) adota os seguintes controles internos visando mitigar os riscos que possam comprometer os objetivos:

I – Organização e avaliação dos projetos do Pbaex. Tem-se adotado a sistemática do fluxo processual para organização, seleção, avaliação e classificação dos projetos inscritos no Pbaex, visando minimizar o impacto da demora de avaliação pelos avaliadores externos e otimizar o cumprimento do cronograma previsto no edital.

II – Agendamento de visitas e reuniões de acompanhamento e monitoramento das ações nos *campi*. A Proex realiza reuniões de acompanhamento e monitoramento, principalmente dos orientadores e dos alunos bolsistas, visando atender os participantes do programa em suas dúvidas e dificuldades quanto à execução dos respectivos projetos. É imprescindível o acompanhamento e o

monitoramento para se discutir e sugerir soluções para os possíveis problemas que venham a surgir durante a execução da ação.

III – Liberação de material e logística do transporte – Ação Pbaex. A Proex tem realizado reuniões nos *campi* visando à orientação dos coordenadores dos setores de extensão para que organizem uma sistemática, em parceria com os almoxarifados e os setores de transporte, a fim de vista facilitar o bom desenvolvimento da execução dos projetos de extensão.

IV – Remoção e redistribuição de servidores. Como setor sistêmico da Reitoria, a Proex tem adotado as orientações do MEC sobre como atuar na execução das políticas de extensão, para diminuir as dificuldades na execução dos projetos e minimizar o impacto organizacional na gestão de execução da extensão quando ocorrer uma remoção ou redistribuição dos servidores envolvidos com a extensão.

V – Cursos FIC. A Proex tem orientado os setores de extensão dos *campi* sobre a necessidade e a importância de elaborarem os planos de curso e obterem a Resolução do Conselho Superior antes do início dos cursos, para evitar que, no decorrer da execução, se constate a necessidade de adequação da proposta à legislação vigente dos cursos de formação inicial e continuada (FIC).

VI – Entendimento da política de extensão pelos *campi*. A Pró-Reitoria de Extensão vem realizando visitas periódicas aos *campi* com o objetivo de disseminar a política de extensão posta pelo Ministério da Educação. A intenção é minimizar a falta de entendimento sobre as finalidades e a importância dessa política como atividade integrante das ações pedagógicas que precisam ser levadas a efeito pelas unidades do IFRR, ao lado das ações de ensino e pesquisa, no cumprimento dos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), possibilitando, desse modo, o envolvimento da comunidade acadêmica no planejamento e na execução das atividades de extensão.

VII – Ações de extensão, ensino e pesquisa. A Proex vem realizando reuniões com as Pró-Reitoras de Ensino e Pesquisa, para que ambas, em conjunto com ela, desenvolvam ações nos *campi* para minimizar a fragmentação das ações pedagógicas, tendo em vista prevenir a fragilidade na execução dos currículos, de modo a contemplar os princípios da integração e da interdisciplinaridade no planejamento e execução das ações.

VIII – Fragilidade na comunicação/divulgação interna, nos *campi*, da política de extensão. A Proex tem adotado a sistemática de divulgar suas políticas por meio do Fórum de Extensão, de reuniões de trabalho nos *campi*, de orientações sobre a importância da participação de todos os envolvidos no desenvolvimento da execução da política, bem como no site do IFRR. Dessa forma,

minimiza-se essa fragilidade de comunicação/divulgação interna, refletindo diretamente na qualidade das ações e das políticas de extensão.

3.4.4 Desenvolvimento Institucional

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) não utiliza modelo ou programa específico para análise e monitoramento de risco no processo de planejamento. No entanto, a partir de 2014, com a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), houve a participação das comunidades externa e interna no planejamento para médio prazo 2014-2018, quando se deu a identificação das forças, das oportunidades, das fraquezas e das ameaças, além de sugestões da instituição nas nove dimensões centrais do PDI.

Destaca-se que, doravante, o Plano Anual de Trabalho (PAT) começou a incorporar os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas do PDI para o planejamento de curto prazo. Além disso, a implantação, a partir de 2015, do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), trouxe uma integração entre planejamento e orçamento. Com esse mecanismo, ocorreu a minimização dos riscos do não cumprimento das metas e dos objetivos postos no planejamento de longo prazo, bem como a integração com a origem de créditos orçamentários para orientar a gestão na execução de suas ações dentro do que foi planejado.

Nesse sentido, a elaboração do relatório quadrimestral do PAT permite que os gestores avaliem e corrijam a execução de suas ações planejadas durante o exercício quando houver quaisquer fatores endógenos ou exógenos que comprometam ou possam comprometer a execução do planejamento institucional de suas unidades. Ressalta-se que, mesmo não havendo modelo específico de análise de riscos, esses mecanismos contribuem para avaliar e monitorar os riscos que possam comprometer os objetivos traçados pelas unidades.

3.4.5 Administração

Embora esteja relatado no Relatório n.º 201601466 que a administração do IFRR não utiliza nenhum programa específico para análise e monitoramento de riscos e que as pró-reitorias não são uníssonas na gerência de riscos, a Pró-Reitoria de Administração entende que há uma unificação na sistemática de gestão de riscos, por exemplo: utilização do sistema unificado de Administração Pública (Suap) por todos os gestores do IFRR; relatórios quadrimestrais de monitoramentos das metas e da execução do orçamento; liberação de recursos orçamentários condicionada ao cumprimento do planejamento cadastrado no Suap ou justificativa aprovada da alteração das ações ou atividades previstas inicialmente no Plano Anual de trabalho (PAT); compras compartilhadas

pelo método de registro de preços; investimento em treinamento na gestão e fiscalização de contratos; implantação de comissão de sustentabilidade. Cada elemento desses mitiga os riscos e traz confiabilidade para o alcance dos objetivos macros da instituição.

As reuniões do Fórum de Administração, realizadas pela Proad com as unidades gestoras de administração, também viabilizam a percepção dos riscos que podem comprometer os objetivos institucionais. Esses entraves são gerenciados no fórum por meio de discussões e encaminhamentos, sempre resguardando as normas internas e a legislação. O IFRR, diante da recomendação constante no Relatório n.º 201601466 da CGU-RR adotou várias medidas de planejamento e monitoramento dos recursos orçamentários nas ações de governo para minimizar o descompasso entre os recursos utilizados e as metas previstas.

3.4.6 Diretoria de Gestão de Pessoas

A instituição não aplica formalmente a ferramenta gerencial da gestão de riscos. No entanto, poder-se listar como possível risco relacionado à gestão de pessoas o grande número de servidores que respondem a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em decorrência de acúmulos de cargos públicos, o que pode acarretar demissões, ocasionando a descontinuação na prestação de serviço à sociedade, até que se consiga repor a força de trabalho.

A Diretoria de Gestão de Pessoas, para evitar esse tipo de problema, tem orientado os servidores sobre em quais condições é possível o acúmulo de cargos públicos sem incorrer em ilegalidade.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

Esta sessão tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal do Instituto Federal de Roraima, tanto de forma quantitativa como de forma qualitativa, possibilitando a avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O quadro abaixo objetiva a demonstração da distribuição da força de trabalho do IFRR, confrontando a lotação autorizada com a efetiva e evidenciando os servidores entrantes e os egressos do exercício, os servidores de carreira, os de contratos temporários e aqueles sem vínculo com a administração.

Quadro 91 – Força de Trabalho do IFRR em 2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	704	677	95	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	704	677	95	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	702	675	95	25
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	02	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários	21	21	15	26
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	04	04	01	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	729	702	111	52

Fonte: DGP/Siape

Ao se analisar o quadro acima, que representa a força de trabalho do IFRR, deve-se considerar que é composto por servidores de duas carreiras distintas, com atividades específicas, a saber: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei n.º 12.772/2012) e Técnico Administrativo em Educação (Lei n.º 11.091/2005).

Já o quadro abaixo busca demonstrar a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área fim dos servidores de carreira, dos servidores com contratos temporários e dos servidores sem vínculo com a administração.

Quadro 92 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	380	297
1.1. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	380	297
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	378	297
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	21
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	02	02
4. Total de Servidores (1+2+3)	382	320

Fonte: DGP/Siape

Destaca-se que apenas 3,1% (três por cento) do total da mão de obra do IFRR é composto por vínculos não efetivos. Nesse sentido, importa frisar que a quase totalidade dos servidores sem vínculo efetivo com o IFRR refere-se a contratados temporários na condição de professores substitutos, para suprir afastamentos por tempo determinado de servidores para fins de qualificação, tratamento de saúde, exercício provisório, garantindo a continuação da atividade-fim da instituição. Abaixo, o quadro busca demonstrar o detalhamento da estrutura de cargos de direção e funções gratificadas do IFRR.

Quadro 93 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	47	44	44
1.1. Cargos natureza especial	00	00	00	00
1.2. Grupo direção e assessoramento superior	47	47	44	44
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	44	44	44	43
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	01	01	00	00
1.2.4. Sem vínculo	00	00	00	00
1.2.5. Aposentados	02	02	01	01
2. Funções Gratificadas	156	132	101	105
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	103	131	100	104
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	01	01	01	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	203	179	145	49

Fonte: DGP/Siape

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O quadro abaixo apresenta as principais despesas com pessoal do IFRR no exercício de 2016.

Quadro 94 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2016	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
	2015	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2016	62.017.059,71	3.402.763,71	7.067.133,76	19.216.892,35	5.136.640,45	897.310,52	566.030,79	589.322,83	174.332,31	99.067.486,43
	2015	52.024.881,62	3.503.811,60	3.914.163,52	16.552.711,90	3.591.362,79	788.608,41	405.866,34	18.373,84	169.970,10	80.969.770,12
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2016	00	216.170,93	18.937,28	6.355,98	12.120,00	00	1.597,40	225,95	00	255.407,54
	2015	00	43.488,00	3.564,01	1.174,71	132,00	00	520,67	00	00	48.879,39
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2015	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2016	207.885,15	00	24.314,35	97.615,49	21.290,00	24.471,40	3.035,71	00	28.989,99	407.602,09
	2015	1.021.727,85	48.395,22	72.150,33	434.348,78	26.754,27	52.307,93	0	00	54.293,93	1.710.978,31
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2016	959.331,50	00	94.704,97	61.995,10	171.948,42	00	00	00	00	1.287.979,99
	2015	1.221.472,13	00	63.236,77	38.744,99	162.461,79	00	0	00	0	1.485.915,68

Fonte: DGP/Siape

Ao se analisar o quadro de despesas com pessoal, verifica-se consideráveis diferenças em relação ao exercício de 2015. Em 2016, houve uma elevação no número de servidores da carreira vinculados ao órgão e no valor do vencimento básico dos servidores. Com relação aos servidores de carreira sem vínculo com o órgão, houve um aumento no exercício de 2016 de funções e cargos de direção exercidos por servidores sem vínculo com a instituição.

Quanto às despesas com servidores cedidos com ônus, houve uma redução no número de servidores cedidos em relação a 2015. Alguns desses servidores recebiam benefícios, mas estes foram retirados no decorrer de 2016. Verifica-se também uma redução no número de contratações de servidores com contrato temporário, o que implica redução de gastos dessa natureza.

4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal

A instituição não aplica formalmente a ferramenta gerencial da gestão de riscos. No entanto, pode-se listar como possível risco relacionado à gestão de pessoas o grande número de servidores que respondem a processo administrativo disciplinar em decorrência de acúmulos de cargos públicos, o que pode acarretar demissão, ocasionando uma descontinuação na prestação de serviço à sociedade, até que se consiga repor a força de trabalho.

No IFRR, não existe um sistema eficaz para verificação periódica de possível acumulação indevida de cargos, empregos e funções públicas dos servidores. No entanto, ressalta-se que, anualmente, todos os servidores são obrigados a assinar uma declaração de acúmulo ou não de cargos. O controle prévio da acumulação de cargos, empregos e funções públicas se dá no ato da posse, quando se exige do candidato a assinatura da Declaração de Acúmulo ou não de Cargos. Além disso, a Diretoria de Gestão de Pessoas tem orientado os servidores sobre em quais condições é possível o acúmulo sem incorrer em ilegalidade.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

4.1.4.1 Contratação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos (Regular)

O quadro a seguir compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra firmados pelo IFRR e em vigência no exercício de 2016.

Quadro 95 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR na Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Reitoria						
UG: 158152 CNPJ: 10.839.508/0001-31						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação	10.282.449/0001-43	11/08/2015	11/08/2016	Ensino Fundamental	E
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação	02.043.066/0001-94	17/08/2016	17/08/2017	Ensino Fundamental	A
2015	Prestação de serviços de vigilância	17.428.731/0171-00	20/12/2015	20/03/2016	Ensino médio	E
2016	Prestação de serviços de vigilância	15.615.817/0002-22	21/03/2016	21/03/2017	Ensino médio	A
2014	Prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista).	02.043.066/0001-94	18/02/2016	18/02/2017	Ensino médio	E
2017	Prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista).	02.043.066/0001-94	18/02/2017	18/02/2018	Ensino médio	A

Fonte: Gestão de Contratos da Reitoria/Dirad – Diretoria de Administração do IFRR

Quadro 96 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no Campus Boa Vista

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista						
UG: 158350 CNPJ: 10.839.508/0002-12						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
149/2014	Prestação de serviços terceirizados para fornecimento de mão de obra de apoio administrativo e de manutenção predial.	07.047.898/0001-00	06/10/2014	30/06/2016	Ensino médio e técnico	E*
153/2014	Prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada.	17.428.731/0171-00	07/12/2014	07/12/2017	Ensino médio completo	P
60/2014	Prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista).	02.043.066/0001-94	14/08/2014	14/08/2017	Ensino fundamental completo	P

15/2015	Prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização.	10.282.449/0001-43	02/07/2015	02/01/2017	Não foi solicitado nível de escolaridade na licitação.	E
---------	--	--------------------	------------	------------	--	---

Fonte: Daplan – *Campus* Boa Vista

* O contrato com vigência para 6/10/2016, em razão de descumprimento de cláusula contratual, encontra-se em procedimento licitatório para nova contratação do objeto.

Quadro 97 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no *Campus* Novo Paraíso

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – <i>Campus</i> Novo Paraíso						
UG: 158351 CNPJ: 10.839.508/0003-01						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza e conservação predial	84.013.994/0001-70	16/08/2013	16/05/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação predial	10.282.449/0001-43	17/05/2016	13/10/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação predial	34.807.537/0001-80	14/10/2016	13/04/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2013	Prestação dos serviços continuado de vigilância armada para atender ao <i>Campus</i> Novo Paraíso	17.428.731/0171-00	17/10/2013	17/10/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Prestação de serviços continuados de vigilância armada para atender o <i>Campus</i> Novo Paraíso.	15.615.817/0002-22	18/10/2016	17/04/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2014	Prestação de serviços terceirizado de condução de veículos oficiais (motoristas)	02.043.066/0001-94	25/08/2014	25/08/2017	Ensino fundamental completo	P

Fonte: DAP – *Campus* Novo Paraíso

Quadro 98 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no Campus Amajari

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Amajari						
UG: 158510 CNPJ: 10.839.508/0004-84						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação dos serviços de vigilância armada	15.615.817/0002-22	05/06/2016	05/06/2017	Não consta em edital/Nível médio exigido	A
2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização	05.672.841/0001-69	02/06/2016	02/06/2017	Não consta em edital /Nível fundamental exigido	A
2014	Prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista)	02.043.066/0001-94	22/08/2014	22/08/2017	Ensino fundamental	P

Fonte: DAP – Campus Amajari

Quadro 99 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no Campus Boa Vista Zona Oeste

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista Zona Oeste						
UG: 158352 CNPJ: 10.839.508/0005-65						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação dos serviços de vigilância armada	15.615.817/0002-22	07/03/16	07/03/17	Ensino médio completo	P
2016	Prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização	02.043.066/0001-94	01/12/16	01/12/17	Ensino fundamental	A
2014	Prestação dos serviços de condução de veículos oficiais (motorista).	02.043.066/0001-94	15/09/14	15/09/17	Ensino fundamental	A

Fonte: DAP – Campus Boa Vista Zona Oeste

Quadro 100 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no *Campus* Avançado do Bonfim

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – <i>Campus</i> Avançado do Bonfim						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços terceirizados para fornecimento de mão de obra de apoio administrativo e de manutenção predial	07.047.898/0001-00	06/10/2014	30/06/2016	Ensino Médio e Técnico	E*
2016	Prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização	05.672.841/0001-69	01/12/2016	01/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2014	Prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (motorista), Categoria “D ou E”	02.043.066/0001-94	14/08/2014	14/08/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada	17.428.731/0171-00	07/12/2014	07/12/2017	Ensino Médio Completo	P

Fonte: CAP – *Campus* Avançado do Bonfim**Sit.:** Situação do contrato, que pode ser: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

Durante o exercício de 2016, não houve contratação de estagiários nos moldes da Orientação Normativa n.º 2, de 24 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão..

4.1.5 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Durante o exercício 2016, não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Essa seção visa evidenciar a forma como o IFRR gerencia sua frota de veículos automotores, suas obras e os bens imóveis sob sua responsabilidade, tanto de propriedade da União quanto os locados de terceiros.

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

4.2.1.1 Legislação que Regula a Constituição e a Forma de Utilização da Frota de Veículos

A frota de veículos do IFRR é regulada pela Instrução Normativa n.º 03/2008, de 15 maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que dispõe sobre a classificação, a utilização, a especificação, a identificação, a aquisição e a alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Para a utilização dos veículos oficiais no IFRR, é seguida a Resolução n.º 075 do Conselho Superior, de 13 de abril de 2012, que regula as atividades de transporte no âmbito do IFRR. Os condutores dos veículos são profissionais habilitados contratados para esse fim ou, em caso de necessidade, servidores que possuem portaria específica de autorização dada pela unidade onde estão lotados. Esses têm seu deslocamento registrado por meio de requisição, cujo objetivo é ter um controle mais eficiente da frota. A Resolução n.º 075 do Conselho Superior dispõe ainda sobre os procedimentos para a aquisição de novos veículos e apresenta a fundamentação para o leilão de veículos do IFRR.

No Instituto Federal de Roraima, a Assessoria de Mobilidade e Frota é o setor responsável pelo controle e gestão dos veículos. O controle é realizado por meio de formulários específicos, nos quais se registram os gastos com combustível, manutenção e conservação (lavagem). O

planejamento de viagens é agendado no formulário de requisição de transporte. Em cada *campus*, há um setor responsável pela frota de veículos.

4.2.1.2 Importância e Impacto da Frota de Veículos sobre as Atividades do IFRR

Atualmente é notória a importância da logística nos mais diversos setores, inclusive na Administração Pública. Sem os serviços prestados pelo setor logístico, as ações-fim não poderiam ser prestadas eficientemente, comprometendo, dessa forma, a efetividade das políticas públicas.

A importância da frota de veículos se torna ainda mais latente quando se volta o olhar para os *campi* localizados no interior do Estado de Roraima (Amajari, Bonfim, Caracaraí e Novo Paraíso), pois grande parte de suas atividades, tanto pedagógicas quanto administrativas, estão ligadas à Capital. Enfatiza-se ainda o fato de que esses *campi* atendem a mais de um município, por exemplo, o *Campus* Novo Paraíso atende a toda a região metropolitana do sul de Roraima, além do Município de Caracaraí, o que demanda muita logística.

Na área pedagógica, observa-se que os professores e os técnicos lotados na área do ensino conseguem articular aulas práticas em outros municípios, fazendo visitas técnicas e levando alunos para participar de palestras, reuniões e outras atividades, bem como atender aos diversos polos dos cursos de Ensino a Distância, tudo isso com a ajuda dos veículos institucionais. Algumas atividades, dependendo da quantidade de pessoas a serem deslocadas ou do serviço a ser realizado, necessitam de veículos específicos, como ônibus, micro-ônibus, Van ou caminhão baú.

Na área administrativa, os veículos também têm fundamental importância, pois são constantemente utilizados para transladar servidores para participarem de reuniões ou de outros eventos, quer na Capital, quer em outros municípios de Roraima, quer em outros estados da federação, por vezes prestando colaboração a outros institutos.

4.2.1.3 Quantidade de Veículos em Uso ou na Responsabilidade da UPC

A tabela a seguir apresentará o quantidade de veículos na responsabilidade do IFRR, no exercício de 2016, discriminados por grupo.

Quadro 101 – Detalhamento da Frota de Veículos sob a Responsabilidade do IFRR por Unidade

REITORIA						
Grupo	Quantidade de Veículos	Categoria	Marca/Modelo	Ano de Fabricação	Ano do Modelo	Placa
IV/A	03	Oficial	MMC/PAJERO HD	2010	2010	NAX 2772
			FORD/FIESTA SEDAN/1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0409
			FORD/FIESTA SEDAN/1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0419
IV/B-1	06	Oficial	FORD RANGER XL 13P	2010	2011	NAO 7403
			NISSAN FRONTIER	2013	2014	NAX 7539
			MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAX 3604

			MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6708
			MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6788
			MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6878
IV/B-2	01	Oficial	MERCEDES-BENZ CAMINHÃO ATEGO 1725	2011	2011	JDX 0056
CAMPUS NOVO PARAÍSO						
IV/A	01	Oficial	TOYOTA BANDEIRANTE	1993	1993	JFO 7914
IV/B-1	05	Oficial	FORD RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6154
			NISAN/Frontier S 4X4	2013	2014	NAP 3096
			MMC/L 200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ 3988
			MMC/L 200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ 0927
			MMC/L 200 ESPORT 4X4 GLS	2006	2007	NAR 3391
IV/B-2	01	Oficial	AGRALE/ 8500 TCA	2009	2009	NAX 2857
IV/D	02	Oficial	AGRALE/COMIL PIA O	2009	2009	NAW 7976
			ÔNIBUS	2014	2015	NAO 0412
IV/E-1	01	Oficial	HONDA/CG 125 TITAN	1995	1995	NAJ 0717
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE						
IV/B-1	01	Oficial	MMC /L200 /TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3574
CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM						
IV/A	01	Oficial	FIAT/UNO MILLE SX	1996	1997	NAJ 4047
IV/B-1	02	Oficial	MMC /L200 /TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3594
			FORD RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6148
CAMPUS BOA VISTA						
IV/A	02	Oficial	FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0449
			VW/GOL 1000	1995	1995	NAJ 1035
IV/B-1	04	Oficial	MMC/L200 SPORT 4X4 GLS	2006	2007	NAR 3381
			I/FORD/RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6152
			MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 0997
			MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 1017
IV/B-2	01	Oficial	FORD/CARGO 816 S	2012	2013	NAN 1082
IV/D	05	Oficial	FIAT/DUCATO MINIBUS	2011	2012	HMW 8918
			MARCOPOLO/VOLARE A8 ON	2001	2001	NAL 8903
			VW/MPOLO VIAGGIO GVR	1997	1998	NAJ 2741
			VW/COMIL VERSATILE I	2010	2010	NAM 8807
			VOLVO/MASCA ROMA ON	2014	2015	NAO 4902
CAMPUS AMAJARI						
IV/B-1	08	Oficial	IMP/GM D-20 CUSTOM S	1995	1995	NAJ3638
			I/FORD RANGER XL 13P	2008	2008	HJW6149
			I/FORD RANGER XL 13P	2008	2008	HJW6151
			NISSAN/Frontier S 4X4	2013	2014	NAP 3086
			MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX3564
			MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3584
			MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ4038
			MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ4048
IV/B-2	01	Oficial	CAMINHÃO AGRAL/8700	2013	2013	NAS3628
IV/D	03	Oficial	VAN MINIBUS	2013	2014	HUH2339
			MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO / VOLARE WB ESC	2013	2013	NAQ 6293
			MICRO ÔNIBUS AGRAL / COMIL PIA O	2009	2009	NAW 7966

CAMPUS AMAJARI						
Grupo	Quantidade	Categoria	Máquina Agrícola	Ano de Fabricação	Ano do Modelo	Tombamento
IV/F	05	Oficial	TRATOR AGRALE BX 6150 CH	2013	2013	4098
			TRATOR AGRALE BX 6150 CH	2013	2013	4100
			TRATOR MASSEY FERGUSON MF 250	2013	2013	4102
			TRATOR AGRALE 4100 HSE	2013	2013	4099
			TRATOR MUTICULTIVADOS YANMAR14CV 2400RPM MOD.TC14S	2013	2013	003879

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota e Coordenações de Transporte dos *Campi*

O Quadro abaixo descreve a média anual de quilômetros rodados por grupo e por unidade.

Quadro 102 – Média de Km Rodado

Grupo	Quant. de Veículos	Unidade						Total
		Reitoria	Campus Amajari	Campus Boa Vista	Campus Boa Vista Zona Oeste	Campus Novo Paraíso	Campus Avançado do Bonfim	
IV/A	07	4.195,00	0,00	5.334,33	0,00	4.005,00	2.245,00	15.779,33
IV/B-1	26	15.596,00	17.946,37	29.015,00	8.724,00	29.656,80	24.097,00	125.035,17
IV/B-2	04	1.113,00	7.432,00	9.514,00	0,00	13.251,00	0,00	31.310,00
IV/D	10	0,00	38.480,00	40.659,00	0,00	18.552,50	0,00	97.691,50
IV/E-1	01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IV/F	05	0,00	337,25	0,00	0,00	0,00	0,00	337,25
Total	53	20.904,00	64.195,62	84.522,33	8.724,00	65.465,30	26.342,00	270.153,25

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota e Coordenações de Transporte dos *Campi*

A seguir é descrito, no quadro abaixo, a média anual de quilômetros rodados por grupo nas unidades de ensino do IFRR.

Quadro 103 – Idade Média da Frota em Anos

Grupo	Unidade					
	Reitoria	Campus Amajari	Campus Boa Vista	Campus Boa Vista Zona Oeste	Campus Novo Paraíso	Campus Avançado do Bonfim
IV/A	07,66	-	14,00	-	23,00	19,00
IV/B-1	02,83	07,00	05,50	03,00	05,00	06,00
IV/B-2	05,00	04,00	04,00	-	07,00	-
IV/D	-	05,30	09,40	-	4,50	-
IV/E-1	-	-	-	-	21,00	-
IV/F	-	04,00	-	-	-	-

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota e Coordenações de Transporte dos *Campi*

O quadro a seguir detalha os custos associados à manutenção da frota de veículos no exercício de 2016 pelo IFRR.

Quadro 104 – Despesas com Manutenção da Frota em R\$

Despesas com Manutenção	Unidade						Total
	Reitoria	Campus Amajari	Campus Boa Vista	Campus Boa Vista Zona Oeste	Campus Novo Paraíso	Campus Avançado do Bonfim	
Óleo Diesel	50.120,82	104.686,73	66.912,68	13.276,43	90.030,37	16.112,08	341.139,11
Gasolina	5.482,02	770,00	1.853,72	618,00	190,00	501,38	9.415,12
Manutenção	10.329,75	2.121,00	3.970,00	1.949,43	15.184,51	390,00	33.944,69
Filtros e lubrificantes	8.315,77	3.505,50	7.220,00	1.405,59	3.334,44	2.123,00	25.904,30
Serviços/oficina	8.216,10	21.990,79	19.913,35	860,00	74.101,19	11.742,11	136.823,54
Licenciamento seguro obrigatório ^e	2.056,62	2.574,69	1.742,35	172,17	1.853,48	0,00	8.399,31
Total	84.521,08	135.648,71	101.612,10	18.281,62	184.693,99	30.868,57	555.626,07

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota e Coordenações de Transporte dos *Campi*

4.2.1.4 Plano de Substituição da Frota

O IFRR elabora o plano de substituição anual da frota de acordo com o Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV), que contém as especificações descritas no Plano de Sistema de Serviços Gerais (Sisg), obedecendo às normas do serviço público federal. No documento, são discriminados a marca, o tipo, o modelo, o combustível e o grupo ao qual o veículo pertence, além das quantidades e dos valores estimados.

4.2.1.5 Razões de Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação

No que se refere às razões da escolha de aquisição de veículos em detrimento da locação, pode-se dizer que o IFRR opta pela aquisição pelo fato de facilitar e proporcionar um melhor planejamento estratégico da logística, do controle e do gerenciamento da frota, além de garantir maior autonomia, pois a instituição não fica à mercê de terceiros. Além disso, o custo com locação é superior ao da aquisição de veículos, uma vez que os serviços são diários e constantes tanto nos *campi* como na Reitoria.

Existe uma vasta diversidade de atendimentos realizados, que vão desde o transporte de pessoas e documentos até o transporte de equipamentos.

4.2.1.6 Estrutura de Controles do Serviço de Transporte

Para que a instituição assegure uma prestação eficiente e eficaz dos serviços de transporte, ela dispõe de uma Assessoria de Mobilidade e Frota, na Reitoria, e de Coordenações de Transporte, nos *campi*. Esses setores têm como objetivo coordenar o serviço de gerenciamento e administração

da frota do IFRR, que se dá por meio de acervo documental digital. Os formulários desse acervo servem para o controle dos serviços de manutenção, corretiva e preventiva; da quilometragem em cada serviço utilizado pelos carros oficiais, dos gastos com combustível, entre outros.

O IFRR está implantando um sistema informatizado de gestão de frota, o Suap, por meio do qual será possível verificar, em tempo real, todos os dados de abastecimento e manutenção dos veículos oficiais da instituição.

Nos *campi* que utilizam o transporte escolar, são aferidos diariamente a presença do transporte na unidade, o horário de chegada e partida, e a quantidade de alunos transportados. O veículo, no período em que os alunos estão em sala de aula, fica estacionado no pátio da unidade aguardando o término das aulas para transportar os discentes de volta às suas comunidades.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Informa-se que o IFRR, a princípio, não possui veículos em condições inservíveis ou fora de uso. No entanto, atendendo às recomendações da Instrução Normativa n.º 03, de 15 de maio de 2008, anexo VIII, que trata do Termo de Vistoria, e às orientações da Resolução n.º 075/2012 do Conselho Superior, deu-se início aos procedimentos de levantamento da frota de veículos utilizados pela instituição com o objetivo de verificar o estado físico e mecânico para detectar o custo operacional. Em outras palavras, vai-se analisar se a manutenção é onerosa, se o rendimento é precário, em virtude do uso prolongado; se há desgaste prematuro ou obsolescência e se existe viabilidade econômica na utilização do bem.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O IFRR possui 6 (seis) imóveis distribuídos no Estado de Roraima: 1 (uma) Reitoria, 3 (três) *campi* em pleno funcionamento (Boa Vista, Amajari e Novo Paraíso), 1 (um) *campus* em fase de construção (Boa Vista Zona Oeste) e mais 1 (um) *campus* avançado em fase de construção (no Município do Bonfim).

Quadro 105 – Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRR	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF: Roraima	6	6
	Boa vista	3	3
	Amajari	1	1
	Caracarai	1	1
	Bonfim	1	1
Subtotal/Brasil		6	6
EXTERIOR	País:	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal/Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: Deteo

4.2.3.1 Informações sobre a Infraestrutura Física

O quadro acima sistematiza a distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União sob a responsabilidade do IFRR, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis no final dos exercícios 2016 e 2015, contemplando a localização geográfica dos bens.

O registro e a atualização dos dados dos imóveis do IFRR no Sistema SPIUnet, da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), atualmente se encontram pendentes em decorrência da alteração do responsável por esse serviço. No entanto, já foi encaminhado ofício à SPU solicitando o cadastramento de dois profissionais da área de engenharia para proceder à alimentação do sistema com informações sobre imóveis e possíveis benfeitorias e/ou adequações na estrutura física, porém ainda não houve retorno quanto às senhas de acesso e ao treinamento desses profissionais que ficarão responsáveis pela alimentação do SPIUnet.

Três imóveis registrados em nome do IFRR estão inseridos devidamente no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Os demais necessitam ser registrados no Cartório de Imóveis, cuja responsabilidade é dos *campi*.

Fazendo uma reflexão sobre o padrão mínimo de qualidade dos imóveis, aconselha-se que ele deve ser estabelecido e supervisionado por uma comissão avaliadora, permanente ou não. É preciso escolher e nomear, entre os servidores de todos os *campi*, os membros, uma vez que a estrutura do IFRR é *multicampi*.

Com efeito, todos os imóveis deverão ser cadastrados no SPIUnet, na perspectiva de que cada *campus*, futuramente, possa realizar a respectiva atualização. Essa metodologia resolverá muitos problemas na gestão dos imóveis no âmbito do Sistema de Registros dos Imóveis de Uso

especial da União. Infelizmente, em 2016, a comissão não foi criada, o que deverá ocorrer no exercício de 2017.

A emissão da matrícula depende de vários documentos, tais como a Lei de Doação do Legislativo Municipal e a Escritura Pública. Dessa forma, o IFRR tem feito esforços para promover a regularização dos imóveis sob a sua responsabilidade e propriedade, com o objetivo de inserir no sistema as alterações realizadas anteriormente. Destaca-se o levantamento *ASBUILT* de todas as instalações físicas do *Campus* Boa Vista, a mais antiga unidade da instituição.

O terreno onde está situado o *Campus* Amajari ainda se encontra pendente quanto à lavratura da escritura pública e, como consequência, ao registro no Cartório de Registro de Imóveis, para que então seja inserido plenamente no SPIUnet.

O *Campus* Novo Paraíso permanece com toda a documentação pendente, pois as terras em que está edificado – antes ocupadas pelo efetivo do Exército Brasileiro – ainda pertencem à União e estão registradas como área de assentamento do Incra, fazendo-se necessário, portanto, que ocorra a respectiva transferência para o domínio do instituto.

Ante o exposto, não há como fixar uma data para a regularização no SPIUnet, pois a instituição depende de outros órgãos.

4.2.3.2 Riscos Relacionados à Gestão dos Imóveis e aos Controles para Mitigá-los

A gestão de imóveis é realizada, de forma descentralizada, pelos *campi* do IFRR, mais especificamente pelas Diretorias/DAPs/CAPs, com a participação do Departamento Técnico de Engenharia.

Os imóveis utilizados por um determinado *campus* são de sua responsabilidade, devendo este cuidar do inventário, da documentação cartorial, dos contratos de cessão e da contratação de locação de imóvel. É importante destacar a colaboração do controle interno da instituição, que realiza auditorias, nos *campi* e na Reitoria, referentes à gestão de imóveis, considerando a realidade administrativa do IFRR.

4.2.3.3 Patrimônio de Propriedade da União de Uso da Entidade

Quadro 106 - Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRR

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reformas*(R\$)	Com Manutenção**(R\$)
158152	01.00377.500-0	Cessão	Imóvel em fase de construção, porém paralisado por questões contratuais e subjudice	226.534,37	29/01/2015 Valida ate: 29/01/2017	256.350,75	-	-
158350	0301 00172.500-6	Cessão	Bom e em adequações durante o exercício	3.299.418,49	29/01/2015 Valida ate: 29/01/2017	28.487.344,79	-	78.385,29
158510	Não possui cadastro no SPU	Cessão	Novo	Não possui cadastro no SPU	-	-	-	36.222,00
158351	Não possui cadastro no SPU	Cessão	Bom e em adequações durante o exercício	Não possui cadastro no SPU	-	-	-	49.247,50
158352	0301 00379.500-1	Cessão	Imóvel em fase de conclusão	250.000,00	29/01/2015 Valida ate: 29/01/2017	1.004.000,00	-	-
<i>Campus</i> Avançado do Bonfim	Não possui cadastro no SPU	Cessão	Imóvel em fase de implantação	Não possui cadastro no SPU	-	-	-	-
Total							-	163.854,79

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Observações:

*Foram considerados os valores liquidados na natureza de despesa 449051 nas UGs de cada *campus*.

**Foram considerados os valores liquidados para as empresas especializadas contratadas para prestarem o serviço de conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis (conta 33390.37.04) + o valor liquidado na conta 33390.39.16 em cada *campus*.

4.2.4 Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Quadro 107 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade do IFRR

Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.980.162.0001-45
	Nome ou Razão Social	Bueno & Cia Ltda. – EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade pregão
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fornecimento de alimentação aos discentes e público externo
	Prazo da Cessão	2 anos
	Caracterização do Espaço Cedido*	Cozinha industrial
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802-0
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na cessão do imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.867.880/0001-87
	Nome ou Razão Social	V. da Conceição Sousa-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fotocópia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – modalidade pregão
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Contratação de serviços de reprografia com cessão de espaço
	Prazo da Cessão	4 anos
	Caracterização do Espaço Cedido	sala
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-	
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	42.270.181/0001-16
	Nome ou Razão Social	Fundação Cesgranrio
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Realização de concurso público
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do Espaço Cedido	Salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.284.407/0001-53
	Nome ou Razão Social	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Pesquisa e desenvolvimento científico
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Aluguel de salas para evento
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do Espaço Cedido	Salas
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.360,00 (mil e trezentos e sessenta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.412.130/0001-43
	Nome ou Razão Social	Instituto Quadrix
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade de associações de defesa de direitos sociais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Aluguel de sala para evento
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do Espaço Cedido	Salas
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.240,00 (mil e duzentos e quarenta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.284.407/0001-53
	Nome ou Razão Social	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Pesquisa e desenvolvimento científico

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Aluguel de salas para evento
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do Espaço Cedido	Salas
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.360,00 (mil e trezentos e sessenta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR CEP 69303-340
Identificação do Cessionário	CNPJ	01142354229
	Nome ou Razão Social	Jessica Alves Chacon
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Aluguel de sala para evento.
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do Espaço Cedido	Salas
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	28802
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados do crédito no <i>campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	BR 174, KM 512, Vila Novo Paraíso, Caracaraí-RR
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.567.810/0001-48
	Nome ou Razão Social	ND – Comércio, Serviço e Transporte Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Limpeza em prédios e em domicílios
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão eletrônico – comum
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	O espaço Cedido é uma sala que possui uma área aproximadamente de 20,16 m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28802-0).
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Receita não utilizada no exercício 2016.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na Cessão do imóvel.	
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	BR 174, KM 512, Vila Novo Paraíso, Caracaraí-RR
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.174.906/0001-97
	Nome ou Razão Social	S.C Nunes – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio varejista de mercado em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete e restaurante
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	O espaço cedido possui uma área aproximadamente de 616 m ² (seiscentos e dezesseis metros quadrados) dividido em cozinha, lavatório de louça, 03 (três) banheiros, salão principal, hal de serviço, 03 (três) sala de apoio, cozinha, cantina, despensa, depósito de material de limpeza, depósito de gás.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28802-0).
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Receita não utilizada no exercício 2016.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na cessão do imóvel.
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil, km 03, Amajari-RR.
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.556.950/0001-71
	Nome ou Razão Social	M. O. B. DE ANDRADE MOURA - EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico - Comum
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço destinado à confecção e venda de alimentos e consumo, caracterizado de acordo com a sua finalidade. Tendo como área destinada aprox. 485m ² .
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área destinada restaurante de aprox. 485m ² (quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados).
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis" (28802-0)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Receita não utilizada no exercício 2016
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na Cessão do imóvel.

Fonte: Diretoria e Departamentos de Administração e Planejamento dos *Campi*

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 108 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2016
	UF - Roraima	1	1
BRASIL	Município: BOA VISTA	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Com o crescimento da Rede Federal de Educação, a cargo do Ministério da Educação (MEC), ocorreu o acréscimo no número de servidores, depois da realização de concurso público em 2014. Com o impacto desse crescimento, e por não haver imóvel público disponível na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o IFRR se viu obrigado a locar um espaço maior, que acomodasse os novos servidores.

Em dezembro de 2013, foi locado um prédio localizado na Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, no Bairro Calungá, no Município de Boa Vista (RR), pelo valor mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Porém, em março de 2015, o valor foi reajustado para R\$ 31.102,47 (trinta e um mil, cento e dois reais e quarenta e sete centavos) e, em janeiro de 2016, foi novamente reajustado para R\$ 34.382,01 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e um centavo).

4.2.6 Informações sobre as Principais Obras e Serviços de Engenharia Relacionados à Atividade-Fim

As principais obras e serviços de engenharia relacionadas à atividade-fim do IFRR em 2016 foram:

1. Construção do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, que continuou em fase de execução, com as seguintes características:

- a) Área: 6.400 m²
- b) Ambientes: 10 laboratórios, 12 salas de aula, bloco administrativo, subestação
- c) Valor da etapa: R\$ 12.538.476,02

2. Construção do *Campus* Avançado do Bonfim

- a) Área: 939 m²
- b) Ambientes: laboratório de informática, 2 salas de aula, ambiente administrativo, sala dos professores, biblioteca, área de convivência, 1 cantina
- c) Valor da etapa orçado em R\$ 1.955.740,79 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e setenta e nove centavos)

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) é composto por 12 (doze) membros representantes de diferentes áreas de atuação do instituto, além dos gestores responsáveis pela TI, que são membros natos. O comitê tem caráter consultivo e assiste o Conselho Superior no tocante ao planejamento estratégico, tático e operacional. Orienta na aplicação dos recursos voltados para

TI, com foco em proporcionar ao IFRR o alcance das metas institucionais e o atendimento aos usuários no desempenho das atividades finalísticas e administrativas que proporcionam o devido funcionamento da instituição. O CGTI foi constituído por meio da Portaria n.º 2058/GR, de 18 de novembro de 2016, com mandato de 02 (dois) anos.

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

O IFRR utiliza várias soluções de sistemas de informação, sendo que os principais os seguintes:

a) Sistema de gerenciamento de informações acadêmicas – responsável pelas informações dos alunos, das turmas, dos cursos, dos professores, da frequência, das notas, entre outras. Hoje é usada uma solução proprietária chamada Q-Acadêmico, que pertence à empresa Qualidata, com sede em Vitória (ES), mediante contrato de manutenção e suporte do sistema. A Diretoria de Tecnologia da Informação, junto com a Coordenação de Tecnologia da Informação do *Campus* Amajari, iniciou um teste de funcionamento para implantação do módulo Edu do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), no *Campus* Amajaris. O objetivo é que o Suap Edu substitua o Q-Acadêmico no IFRR.

b) Sistema de suporte à administração – responsável pelas informações relacionadas às diferentes atividades administrativas realizadas no IFRR, tais como gestão de pessoas, protocolo, patrimônio, planejamento, contratos, assistência estudantil, entre outras. Hoje é usado o Suap, desenvolvido no IFRN.

c) Sistema de gerenciamento de conteúdo na web – responsável pelas informações voltadas para os públicos interno e externo do IFRR, disponibilizadas por meio de página eletrônica na internet (sítio institucional), em que são divulgadas notícias, arquivos, serviços, eventos, processos seletivos, vestibulares, concursos, organização institucional, entre outras informações.

Essas soluções são centralizadas no Data Center da Reitoria e atendem às demandas de todas as unidades.

4.3.1.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O PDTI do IFRR tem por finalidade o diagnóstico, o planejamento e a gestão dos recursos e dos processos de Tecnologia da Informação, visando atender às necessidades tecnológicas e de informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Os principais

pontos motivadores do PDTI são a necessidade de alinhar os objetivos estratégicos do instituto às ações de Tecnologia da Informação (TI) e adequar-se à legislação pertinente ao tema.

No entanto, o dinamismo das instituições públicas, tais como os institutos federais, exige que o PDTI seja atualizado periodicamente. O Comitê Gestor de TI (CGTI) do IFRR já iniciou os trabalhos para a atualização do plano, uma vez que este se encontra desatualizado desde 2015.

No final do exercício de 2016, houve a primeira reunião do CGTI com o intuito de deliberar sobre alguns pontos:

- A minuta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para os exercícios de 2017 e 2018 – principal pauta;
- Preenchimento da planilha de necessidades e da matriz de gravidade, urgência e tendência – GUT;
- Levantamento do investimento e do custeio de TI para os exercícios de 2017 e 2018;
- Levantamento da necessidade de capacitação da Reitoria e dos *campi* para constar no plano e na projeção da mão de obra de TI;
- Encaminhamento das planilhas preenchidas à DTI até o dia 3/2/2017 e agendamento da próxima reunião do comitê para o dia 13/2/2017.

O Planejamento Estratégico de TI (Peti), que norteia as ações de TI do IFRR, continua contemplando todos os valores e os princípios da TI do instituto, constituindo-se ainda um instrumento válido e atual. Portanto, ainda não foi revisto pelo CGTI.

4.3.1.2 Ações Relacionadas à Recuperação e à Modernização dos Sistemas

A tecnologia é dinâmica, portanto os sistemas de tecnologia da informação devem ser dinâmicos e atualizados constantemente.

Em 2016, o IFRR continuou a avaliar possível migração para o Plone 5, como gerenciador de conteúdo, pesando a compatibilidade com a versão disponibilizada pelo governo federal, que possui a identidade visual dos portais do governo federal. A instituição está utilizando o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), que dispõe das mais atuais tecnologias envolvidas e é desenvolvido na rede de IFs. O próprio Suap também possui um módulo de gerenciamento acadêmico que passou por uma prova de conceito com o *Campus Amajari*, mostrando-se viável para utilização naquela unidade.

Uma vez homologado para o IFRR, esse módulo deverá substituir a atual solução proprietária contratada para registros acadêmicos, o Q-Acadêmico. Ainda no Suap, passou-se a usar

de forma efetiva o módulo de atendimento ao usuário de TI (*service desk*), que registra os atendimentos de suporte e assistência aos usuários dos sistemas e equipamentos de TI do IFRR. Sua utilização ainda carece de adequações no catálogo de serviços, mas já conta como ferramenta de registro dos atendimentos.

Todas essas tecnologias estão funcionando sobre uma infraestrutura de virtualização de servidores que otimiza os recursos computacionais, balanceia a carga de acessos e facilita a recuperação em eventuais incidentes de segurança.

Vale ressaltar que, entre os problemas enfrentados pela TI do IFRR, os principais são estes:

a) Largura de banda de acesso à internet do Estado de RR (e da Região Norte de forma geral), que dificulta as ações da TI.

b) Recurso humano escasso, que apresenta força de trabalho insuficiente e mão de obra com pouca qualificação, o que demanda investimentos, que vêm sendo realizados por meio da capacitação de servidores, mas ainda têm como variável determinante o tempo para a curva de aprendizagem sobre as tecnologias utilizadas.

c) Infraestrutura de fornecimento de energia elétrica do Estado de RR, que tem se mostrado precária, com muitas interrupções de fornecimento e surtos que danificam equipamentos.

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Conforme determinação da IN 10/2012/MPOG, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) instituiu a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CPLS), em 25/01/2016, por meio da Portaria n.º 99/GR, com as seguintes atribuições: elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável do IFRR e atuar como Comissão Gestora da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), além de sensibilizar os gestores, os demais servidores e os alunos sobre a importância da implantação do programa; realizar o diagnóstico da instituição e o planejamento das ações; apoiar a implantação das ações, promover o monitoramento das ações e de seus resultados; propor padrões, procedimentos, ações e programas visando à sustentabilidade do IFRR, observadas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes. Contudo, os trabalhos da comissão estão em fase de estudos e adequações.

Cabe destacar que licitação é o procedimento administrativo formal utilizado no âmbito da Administração Pública que tem por objetivo escolher, entre os diversos interessados, aquele que

apresentar a proposta mais vantajosa para a celebração de determinado contrato (fornecimento, serviços, obras), de acordo com critérios objetivos de julgamento previamente estabelecidos em edital.

Atualmente são finalidades do procedimento licitatório, consoante a Lei Geral de Licitações 8.666/94, o princípio da isonomia (igualdade, imparcialidade), a seleção da proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme rege a Lei n.º 12.349, de 15/12/2010, que alterou o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, introduzindo o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das contratações públicas.

4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

4.4.1.1 Nas Compras para Aquisição e Serviços Comuns:

Em todos os editais de pregão eletrônico, reserva-se um tópico com critérios de sustentabilidade ambiental, conforme determina a Lei 7.746/2012, o Decreto n.º 5940/2006, a Instrução Normativa 01/2012/SLTI/MPOG e outras legislações correlatas. No entanto, procurando a proposta mais vantajosa com práticas sustentáveis, a instituição não deve incorrer no erro de limitar a competitividade com tais exigências.

Em outras palavras, a contratação sustentável não pode mais ser considerada como exceção no cotidiano da Administração Pública. Ainda que sua implantação esteja ocorrendo de uma maneira gradativa, a realização da licitação sustentável não mais é considerada medida excepcional.

4.4.1.2 Em Licitações de Obras, Exige-se da Contratada:

Em licitações de obras, exige-se da contratada a execução da obra de acordo com a legislação e as normas pertinentes por meio da elaboração e da implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). Deverá, por meio da apresentação do documento, comprovar a respectiva implementação da seguinte forma:

- Todos os resíduos gerados na obra devem ser documentados para que posteriormente sejam apresentados à fiscalização como requisito para o recebimento da obra executada;
- A contratada compromete-se a pactuar contrato de prestação de serviço com um profissional da área de gestão ambiental ou equivalente, para que este possa acompanhar,

implantar e fiscalizar o programa ambiental, com vistas ao alcance satisfatório de resultados, além de realizar a triagem ou segregação dos resíduos, que deverá ser feita logo após a respectiva geração, na origem; e fazer o acondicionamento dos resíduos.

Ante o exposto, pode-se afirmar que a licitação sustentável constitui significativo instrumento de que dispõe a Administração Pública para exigir que as empresas que pretendam contratar com o poder público cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental na produção e na distribuição de bens, bem como na prestação de serviços e na realização de obras de engenharia.

O IFRR desenvolve algumas atividades pontuais e esporádicas no que se refere à separação de resíduos recicláveis. Em diversas vezes, a instituição acionou a Cooperativa de Catadores para fazer o recolhimento de papéis utilizados por diversos setores e de grandes quantidades de papelão proveniente das últimas aquisições de mobiliário.

A instituição também instaurou, em 25 de janeiro de 2016, uma comissão para confeccionar o Plano de Logística Sustentável (PLS) e a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). A comissão trabalhou até 10 de outubro do mesmo ano, data de vencimento da portaria de nomeação. Os trabalhos não foram retomados devido a problemas de saúde na família do servidor responsável pela comissão.

Durante o período de vigência da comissão, os integrantes fizeram uma busca das atividades de caráter sustentável já realizadas na instituição, entrevistando membros de comissões anteriores responsáveis por essa problemática, bem como consultando outras instituições, onde se buscaram informações acerca dos métodos de planejamento, confecção, execução e controle dos instrumentos de implantação de práticas sustentáveis, bem como de dificuldades encontradas e soluções adotadas.

A comissão realizou ainda diversas reuniões, inclusive com a atual reitora, para discutir as melhores formas de confeccionar e implementar um instrumento capaz de atender às necessidades legais, institucionais e sociais no que tange às práticas de sustentabilidade e suas implicações.

A instituição irá instaurar nova comissão para dar andamento aos trabalhos realizados pela comissão anterior e desenvolver o PLS, possivelmente a A3P, e embasar as atividades sustentáveis do IFRR.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

Para garantir o diálogo com a sociedade na realização de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, informações e elogios, a Ouvidoria utiliza os seguintes meios de comunicação:

- Correio Eletrônico (ouvidoria@ifrr.edu.br);
- Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal/e-OUV (<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>);
- Portal Institucional (<http://www.ifrr.edu.br/ouvidoria>);
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão/e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>);
- Telefone institucional (95) 3624-1702; e
- Atendimento presencial de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, na Reitoria do IFRR.

Conforme os gráficos abaixo, no exercício de 2016 foram registradas 155 demandas, sendo que 93 foram recebidas por meio do correio eletrônico e 62 por meio do e-OUV.

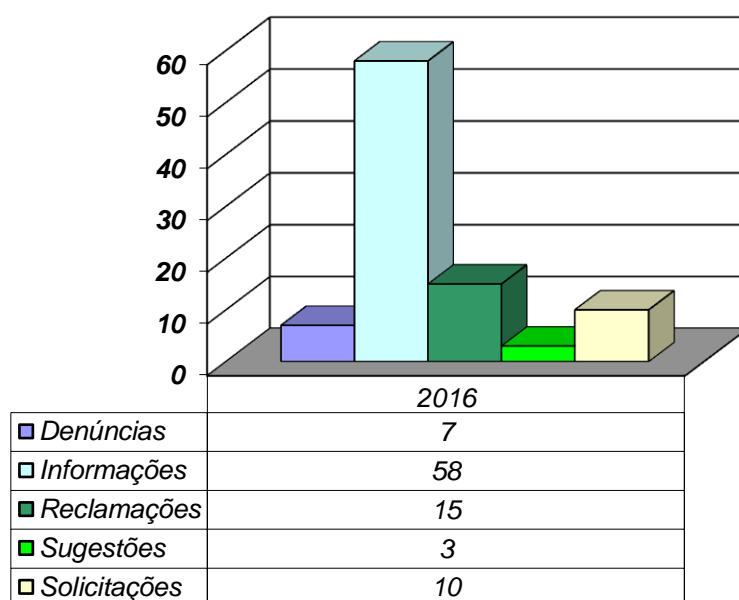


Figura 7 – Quantidade de Demandas Recebidas por E-Mail
Fonte: Controle Interno da Ouvidoria

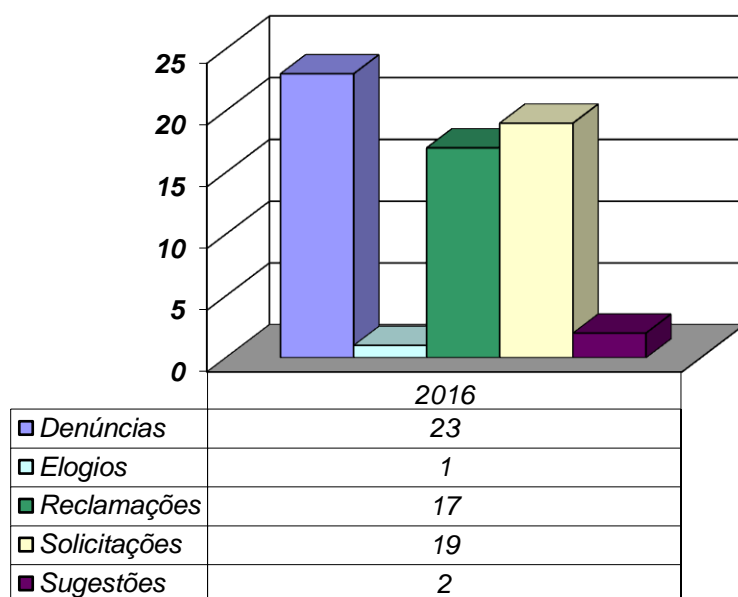


Figura 8 – Quantidade de Demandas Recebidas pelo e-OUV
Fonte: Controle Interno da Ouvidoria

De acordo com os dados acima, o canal de comunicação mais utilizado ainda é o correio eletrônico, entretanto as demandas recebidas por esse meio de comunicação são, em sua maioria, solicitações de informações. Observa-se que as denúncias são geralmente encaminhadas pelo e-OUV.

As demandas recebidas são analisadas e encaminhadas inicialmente ao setor relacionado para sua manifestação ou informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo este ser prorrogado por igual período. A resposta apresentada pelo setor responsável é analisada e enviada para conhecimento do demandante. Caso haja discordância ou questionamentos à resposta, a Ouvidoria avalia a necessidade de nova manifestação do setor ou de outro procedimento cabível, podendo ainda optar pelo encaminhamento da demanda ao Gabinete da Reitoria para conhecimento e devidas providências.

Na análise da resposta do setor, a Ouvidoria pode também solicitar novas informações ou complementação daquelas já apresentadas, bem como a mediação dos gestores/coordenadores no encaminhamento de solução à demanda. A Ouvidoria também sugere alternativas de soluções dos problemas apresentados e/ou aprimoramento dos serviços oferecidos.

Ressalta-se que as manifestações foram respondidas de forma satisfatória pelas diversas instâncias administrativas e pedagógicas do IFRR, tendo a maioria sido atendida dentro do prazo estipulado.

Com esses resultados, é possível afirmar que a Ouvidoria contribuiu efetivamente para o aperfeiçoamento dos serviços ofertados, bem como para o cumprimento da missão institucional de atender com qualidade e eficiência a sociedade, tornando-se, assim, uma ferramenta para assegurar a gestão participativa e transparente no IFRR.

5.1.1 Portal Institucional na Internet

O portal institucional do IFRR disponibiliza acesso às páginas dos *campi*, às notícias diárias das ações do IFRR, às informações sobre os principais programas e projetos institucionais, aos serviços prestados às comunidades interna e externa e aos sistemas acadêmicos e administrativos. A página de cada *campus*, por sua vez, apresenta conteúdos relativos a atos e documentos institucionais, cursos ofertados, editais, eventos, notícias, entre outros assuntos relacionados ao dia a dia da unidade.

No link: <http://www.ifrr.edu.br/ouvidoria>, o internauta encontra todas as informações sobre o funcionamento da Ouvidoria do IFRR, as formas de manifestação e os demais dados significativos.

Ainda na página da Ouvidoria, ao clicar na descrição “Acesso à Informação”, o cidadão é direcionado a um arsenal de dados referentes à Lei de Acesso à Informação e a todas as informações sobre o IFRR, tais como missão, ações e programas, auditorias, receitas e despesas, servidores, licitações, entre outros.

5.1.2 Correio Eletrônico e Telefone Institucional

O IFRR disponibiliza um endereço de *e-mail* e um número de telefone para o contato com a comunidade interna (estudantes, pais, servidores) e a externa, que podem ser utilizados para o esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações e solicitações em geral. O endereço e o número ficam visíveis na barra inferior da página inicial do *site* institucional www.ifrr.edu.br, na página principal e nas páginas de cada *campus*.

Além disso, é possível enviar mensagem para o correio eletrônico citado por meio do *link* “Contato”, também disponibilizado na página inicial do *site*. Essa estratégia procura dar mais praticidade à maneira de entrar em contato com a instituição.

A maioria dos contatos se faz em razão de dúvidas do público externo sobre processos seletivos e números de telefones de outros setores e *campi* da instituição, como também de previsões de oferta de cursos, abertura de processos seletivos e concursos públicos.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A implantação da Carta de Serviços ao Cidadão pelos órgãos e entidades públicas implica um processo de transformação institucional, respeitando o princípio de que as instituições públicas devem atuar em conformidade com o interesse da sociedade e com os padrões de desempenho por ela estabelecidos.

A decisão de implantar a Carta de Serviços ao Cidadão induz o órgão ou entidade pública a uma mudança de atitude na maneira de operar seus processos institucionais, especialmente o processo de atendimento, na medida em que passa a contar com o olhar exigente.

A comissão designada para a elaboração da carta se empenhou arduamente na criação de um documento consistente e importante para a manutenção do diálogo com o público. Apesar de não ter conseguido envolver todas as dimensões e os segmentos da instituição, a comissão superou as dificuldades operacionais e alcançou o objetivo proposto.

A carta foi aprovada pela Resolução n.º 269 do Conselho Superior, de 6/7/2016, e encontra-se publicada no portal institucional, podendo ser acessada por meio do link: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/Carta.pdf>.

5.2.1 Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) trata da Lei de Acesso à Informação para atender a pedidos de informação a respeito dos diversos assuntos referentes à instituição. No exercício de 2016, foi recebido um total de 77 pedidos.

Para solicitar informação, os cidadãos podem cadastrar o pedido no e-SIC <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao>, preencher os formulários disponíveis no site do IFRR – <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/e-sic> – que eles são enviados eletronicamente para o e-mail sic@ifrr.edu.br. Podem ainda dirigir-se pessoalmente à Reitoria no endereço: Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Bairro Calungá, Boa Vista (RR), no horário das 7h às 19h, ou ligar para o telefone (95) 3623-2307.

De acordo com o relatório fornecido pela CGU, ANEXO I, o tempo médio de respostas para as solicitações feitas em 2016 foi de 5 dias, inferior ao prazo previsto pela Lei de Acesso à Informação, que é de 20 dias corridos.

Dessa forma, o SIC se mostra um canal efetivo de comunicação com a sociedade. Com isso, incentiva servidores e gestores do IFRR a promover, nos respectivos setores, a cultura da

transparência, organizando melhor os dados e os processos relacionados às suas atividades na instituição, os quais podem ser solicitados por meio do SIC ou de outros canais.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

No exercício de 2016, a Ouvidoria não dispôs de meios para inserção da aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários devido a sua recente origem na estrutura organizacional do IFRR. Entretanto, haja vista a importância desse tópico para o aprimoramento dos serviços prestados, já se iniciou a implantação da pesquisa de satisfação com o emprego de formulário próprio.

Nessa seara, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão/e-SIC possui em sua estrutura ferramenta de pesquisa de satisfação que gera relatórios de avaliação das pesquisas por meio do link: <http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx>.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Atendendo ao que determina a Lei de Acesso à Informação n.º 12.527/2011, os cidadãos interessados em informações sobre a atuação da instituição podem acessar a aba “Acesso à Informação”, no menu esquerdo do portal do IFRR, no endereço: <http://www.ifrr.edu.br/acaoainformacao>. Essa seção do sítio institucional é subdividida em subseções.

Na primeira subseção, “Institucional”, é possível acessar a estrutura organizacional do IFRR (<http://www.ifrr.edu.br/acaoainformacao/institucional>), o Organograma, as Competências, as Bases Jurídicas, Quem é Quem, Horário de Atendimento, Agenda do Reitor.

Em “Ações e Programas”, <http://www.ifrr.edu.br/acaoainformacao/acoes-e-programas>, há relatórios sobre a atuação administrativa da instituição. As ações estão divididas em cinco dimensões: ensino e pesquisa; pós-graduação e inovação tecnológica; extensão; desenvolvimento institucional; e administração.

Na subseção “Participação Social”, é possível acessar a Ouvidoria, as Audiências e Consultas Públicas, os Conselhos e os Órgãos Colegiados, as Conferências e Outras Ações.

No tópico “Auditorias”, <http://www.ifrr.edu.br/acaoainformacao/auditorias>, o cidadão tem acesso aos Relatórios de Gestão, as informações referentes aos resultados de inspeções, auditorias, prestação e tomadas de conta realizadas no IFRR.

Na subseção “Receitas e Despesas”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/receitas-e-despesas>, há o encaminhamento para as páginas do Portal da Transparência, onde são acessadas informações sobre execução orçamentária, despesas com diárias e passagens, orçamentos anuais, relatórios da execução orçamentária, previsão e arrecadação de receita pública no âmbito do IFRR.

Em “Licitações e Contratos”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos>, são divulgadas as licitações realizadas pelo IFRR, desde pregões eletrônicos até concorrências, chamadas públicas, tomadas de preço, lista de terceirizados da Reitoria e legislação específica.

Em “Servidores”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/servidores>, o cidadão pode acessar a lista de servidores, assim como todas as informações sobre eles disponibilizadas no Portal da Transparência, em editais de concursos públicos para ingresso no IFRR.

Em “Perguntas frequentes”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes>, há a relação das perguntas mais frequentemente recebidas por meio dos canais de contato com a instituição, assim como as respostas para cada uma delas.

O tópico “Informações Classificadas”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas>, é o espaço reservado para a divulgação das informações do Ministério da Educação classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo definidos no art. 24 da Lei n.º 12.527/2011, em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do art.45 do Decreto n.º 7.724/2012. No IFRR, até o momento, as informações são consideradas públicas.

O item “Serviço de Acesso ao Cidadão”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/e-sic>, direciona para o arquivo completo da respectiva lei e para uma apresentação que esclarece as principais dúvidas sobre ela. Por sua vez, o item também esclarece o funcionamento desse serviço no IFRR, trazendo os nomes dos servidores responsáveis, o horário de atendimento, as formas de contato, o endereço de acesso ao setor responsável, o telefone, o *e-mail*, os formulários para solicitação de informação e o endereço eletrônico para solicitação *on-line*.

O tópico “Formulários” também traz em separado os arquivos necessários para realizar a solicitação de informação, interpor recurso e realizar reclamação, tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas.

Em “Convênios e Transferências”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/convenios-e-transferencias>, o cidadão pode ter acesso às informações sobre os repasses e as transferências de recursos financeiros efetuados pelo IFRR.

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Com o objetivo de garantir a acessibilidade no IFRR aos produtos, aos serviços e às instalações, foram adotadas as seguintes medidas na instituição:

- Elaboração do Regimento Interno do Comitê de Políticas Inclusivas, devidamente aprovado pelo Consup por meio da RESOLUÇÃO N.º 182/CONSELHO SUPERIOR, de 26 de dezembro de 2014;
- Monitoramento de alunos com necessidades educacionais específicas (NEEs) nos *campi* do instituto;
- Contratação de tradutor e intérprete de Libras para atender alunos surdos dos cursos técnicos e superiores dos *campi* do IFRR;
- Oferta de Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva pelo *Campus* Novo Paraíso;
- Cumprimento do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, mais especificamente de seu artigo 3.º, que inclui a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Promoção, pelo *Campus* Boa Vista, do Festival *Fitness*, no dia 20 de setembro, com o cujo objetivo de mobilizar a sociedade interna e a externa para a defesa das escolas bilíngues para surdos;
- Programação alusiva ao Dia Nacional da Libras, no *Campus* Boa Vista, objetivando a sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da utilização da Libras como forma de promover a inclusão de surdos no ambiente escolar;
- Programação alusiva ao Dia Nacional da Libras com o tema “Libras, uma língua que se vê”, realizada no *Campus* Novo Paraíso, nos dias 25 e 26 de abril, com o objetivo de iniciar a difusão de Libras nessa unidade de ensino.

Além das ações acima descritas, no que concerne à educação inclusiva, o *Campus* Boa Vista conta com dois núcleos: o Núcleo de Inclusão (NI) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi).

- O Núcleo de Inclusão (NI) é composto por uma equipe interdisciplinar, instituída pela Portaria n.º 448, de 17 de julho de 2014. O núcleo tem o objetivo, entre outros, de identificar as

pessoas com necessidades específicas no *campus*; orientar os estudantes com necessidades específicas sobre os seus direitos; promover a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação; oferecer atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades específicas; promover, na comunidade escolar, ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática; orientar os docentes sobre atendimento aos estudantes com necessidades específicas; e contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das tecnologias assistidas.

- O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas tem a finalidade de implementar as Leis n.ºs 10.639/03 e 11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas. Esse núcleo está estruturado para desenvolver ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais, especificamente à temática do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em ações trans e interdisciplinares que direcionam para a educação pluricultural e pluriétnica.

A Reitoria, em sua estrutura organizacional, possui um Departamento Técnico de Engenharia e Obras (Deteo), o qual, entre outras atividades, vem desenvolvendo um levantamento nas dependências do instituto para a melhoria da acessibilidade arquitetônica, tanto na Reitoria quanto nos *campi*. Ressalta-se que o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, cuja entrega das instalações está prevista para o primeiro semestre de 2017, já foi projetado tendo a acessibilidade como foco.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Esse tópico visa demonstrar o desempenho financeiro do Instituto Federal de Roraima no exercício de 2016, de maneira que os leitores deste relatório consigam extrair informações relevantes sobre a movimentação econômico-financeira da instituição, que é controlada por meio das programações financeiras com base na execução do orçamento e definida contabilmente por intermédio dos ingressos e dos dispêndios de recursos financeiros.

O Instituto Federal de Roraima executou o seu programa de trabalho, durante o exercício de 2016, por meio de recursos do Tesouro e de recursos descentralizados e próprios, como segue abaixo:

- Recurso do Tesouro

0100000000 – recursos ordinários, os quais atenderam às despesas com operações especiais, benefícios assistenciais, previdência dos servidores públicos federais, assistência ao estudante, investimentos provenientes de emenda parlamentar;

0112000000 – recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, os quais atenderam às despesas com investimentos, funcionamento da instituição, pessoal, assistências, auxílios, ajuda de custo e capacitação dos servidores;

0156000000 – recursos referentes à contribuição do plano de seguridade social do servidor, os quais atenderam às despesas com aposentadorias e pensões;

0169000000 – recursos referentes à contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor, os quais atenderam às despesas com aposentadorias e pensões;

0188000000 – recursos relativos à remuneração das disponibilidades do tesouro nacional, os quais atenderam às despesas com pessoal inativo.

- Recursos recebidos por meio de descentralização externa – DESTAQUE

0112915082 – recursos de fomento ao desenvolvimento da educação profissional. Foram destinados à construção do *Campus* Avançado do Bonfim;

0112915028 – recursos provenientes da Secretaria da Educação Continuada, Alfabet. Div. – Secad. Visaram atender às despesas das ações do Programa Saberes Indígenas;

0112915153 – recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foram usados para atender às despesas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);

112915045 – recursos referentes à Bolsa de Estudo e Pesquisa do programa Parfor-Capes. Foram utilizados para atender às despesas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica;

0112915408 – recursos do Programa de Educação a Distância para Educação Básica/UAB. Foram empregados para atender às despesas de implantação e desenvolvimento de cursos no âmbito do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

0118033907 – recursos da Contribuição sobre Concurso de Prognósticos. Foram destinados às despesas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE-MC).

- Recurso Próprio

0250026437 – recursos provenientes de aluguéis, serviços administrativos e educacionais (inscrição de vestibular, concursos, etc.), depósitos de diversas origens (depósito em caução) e devolução de despesas. Foram utilizados para atender às despesas com colaboradores externos (339036), à devolução de taxa de inscrição referente à contratação de professor substituto (339093) e encargo patronal (339147).

O Instituto Federal de Roraima executou seu orçamento com base na LOA n.º 13.255, aprovada em 14 de janeiro de 2016, no valor inicial de R\$ 127.842.958,00 (cento e vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e oito reais). Segue abaixo o detalhamento por fonte de recurso e categoria de gasto:

Quadro 109 – Detalhamento por Fonte de Recurso e Categoria de Gasto

Fonte	Categoria Econômica			Total
	1 – Pessoal	3 – Outra Despesas Correntes	4 – Investimento	
100	R\$ 12.131.843,00	R\$ 3.973.223,00	R\$ 11.396.162,00	R\$ 27.501.228,00
112	R\$ 51.687.548,00	R\$ 22.245.688,00	R\$ 20.355.138,00	R\$ 94.288.374,00
156	R\$ 1.635.749,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.635.749,00
169	R\$ 4.237.456,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.237.456,00
250	R\$ 0,00	R\$ 180.151,00	R\$ 0,00	R\$ 180.151,00
Total	R\$ 69.692.596,00	R\$ 26.399.062,00	R\$ 31.751.300,00	R\$ 127.842.958,00

Fonte: Tesouro Gerencial

No decorrer do exercício de 2016, o orçamento foi executado de acordo com o Decreto n.º 8.670, de 12/02/2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o ano corrente.

Os ingressos de recursos financeiros durante o exercício de 2016 foram recebidos quinzenalmente e tinham como base o percentual do valor total liquidado por fonte e categoria de gasto. No quadro a seguir, pode-se confrontar a dotação inicial e a atualizada, o total de despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, dentro de cada categoria de gasto, sendo: pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos, exceto despesas provenientes do termo de execução descentralizada, por ter sua execução orçamentária e financeira vinculada por meio de notas de créditos.

Quadro 110 – Execução Orçamentária e Financeira no Exercício 2016

Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
1 – Pessoal	0100	12.131.843,00	26.595.309,00	23.931.225,64	23.931.225,64	23.931.225,64
	0112	51.687.548,00	51.687.548,00	51.626.057,08	51.588.543,00	51.588.543,00
	0156	1.635.749,00	1.635.749,00	1.635.286,30	1.635.286,30	1.635.286,30
	0169	4.237.456,00	4.237.456,00	4.237.310,49	4.237.310,49	4.237.310,49
	0188	-	200.000,00	R\$ 200.000,00	200.000,00	200.000,00
Total/Pessoal		69.692.596,00	84.356.062,00	81.629.879,51	81.592.365,43	81.592.365,43
3 – Outras Despesas Correntes	0100	3.97.223,00	5.499.874,00	4.702.574,62	4.048.837,47	4.047.590,19
	0112	22.245.688,00	22.256.060,00	20.133.787,73	15.404.666,03	15.072.209,23
	0250	R\$ 180.151,00	R\$ 50.899,00	R\$ 50.899,00	R\$ 50.899,00	R\$ 50.899,00
Total/Outras Despesas Correntes		26.399.062,00	27.806.833,00	24.887.261,35	19.504.402,50	19.170.698,42
4 - Investimentos	0100	11.396.162,00	11.396.162,00	1.498.796,50	7.470,00	0,00
	0112	20.355.138,00	20.355.138,00	5.944.996,66	476.563,36	476.563,36
TOTAL/INVESTIMENTO		31.751.300,00	31.751.300,00	7.443.793,16	484.033,36	476.563,36

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 111 – Sintético da Execução Orçamentária E Financeira

Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Total Empenhado (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Total Pago (R\$)	Percentual Empenhado (R\$)	Percentual Liquidado (R\$)	Percentual Pago (R\$)
127.842.958,00	144.043.447,00	113.960.934,02	101.580.801,50	98.637.603,23	79,12%	89,14%	97,10%

Fonte: Tesouro Gerencial

6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A Unidade Jurisdicionada, no que tange ao cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC n.ºs 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, realizou, no exercício de 2016, o registro da depreciação mensal dos bens móveis por meio do método das quotas constantes, utilizando as taxas referenciadas na Macrofunção 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual Siafi.

O registro da depreciação foi lançado apenas no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), no entanto ainda está pendente o registro nos Controles Patrimoniais de cada unidade gestora subordinada, por pendência de inclusões dos bens adquiridos a partir de 2010, pois, como o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) só foi disponibilizado ao IFRR pelo Instituto Federal do Rio Grande Norte no fim do exercício de 2013, alguns bens foram cadastrados por lotes e em Bens a Classificar no *Campus Boa Vista*.

O sistema gera um relatório da instituição como um todo. Assim, se em alguma das unidades existe inconsistência de registro, o relatório não é gerado. Esforços estão sendo envidados pelo Patrimônio do *Campus Boa Vista* para que seja feita a correção desses registros a fim dar início ao registro de depreciação em sistema específico de patrimônio. Entretanto, como há limitação de servidores na Coordenação de Patrimônio, vai haver atraso no início do teste de geração do relatório de depreciação.

O Suap apresenta o Módulo Patrimônio, que registra as operações de carga, descarga e transferências patrimoniais. Pode-se destacar que houve uma evolução do controle de estoque e bens móveis quando da migração do sistema precário de almoxarifado e patrimônio para o Suap.

Portanto, a limitação do registro de depreciação e reavaliação dos bens, juntamente com o controle de patrimônio, não é somente do IFRR. O próprio Instituto Federal do Rio Grande do Norte, desenvolvedor do Suap, está em processo de construção e adaptação do módulo Depreciação e Reavaliação de Bens.

Quanto à avaliação e à mensuração de ativos e passivos, os bens móveis da Unidade Jurisdicionada adquiridos antes do exercício de 2010 foram avaliados no exercício de 2012 pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis nomeada por meio da Portaria Gab./Reitoria n.º 1321/2011, cujo procedimento atendeu ao item 16 da Macrofunção 020330 – Reavaliação,

Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual Siafi, utilizando-se como critério de avaliação o preço de mercado, e avaliando as contas:

Quadro 112 – Bens Móveis Avaliados no Exercício de 2012

Conta	Título	Prazo Máximo
142.12.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2011
142.12.52.00	Veículos de Tração Mecânica	2011
142.12.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2012

De acordo com o resultado dos Trabalhos da Comissão de Avaliação de Bens Móveis, como se pode verificar no Processo 23231.000017/2012-90, os bens foram reduzidos a valor recuperável e precisam ser atualizados nos Controles Patrimoniais para, posteriormente, realizar-se o registro no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Considerando que não existe o módulo de reavaliação, conforme os motivos acima explicados, não houve o registro das avaliações patrimoniais realizadas no exercício de 2012.

De acordo com o cronograma estabelecido na Macrofunção 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual Siafi, em 2013 o IFRR teria que avaliar as seguinte contas:

Quadro 113 – Contas que Deveriam ser Avaliadas até 2013

Conta	Título	Prazo Máximo
142.12.08.00	Apar., equip.utens.med.,odont.,labor. e hosp.	2013
142.12.42.00	Mobiliário em Geral	2013

Fonte: Proad

Não foi possível realizar a avaliação em 2013 em razão do número reduzido de servidores para participar de Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

Em 2014, foram designados servidores da Reitoria, unidade 158152, por meio da Portaria n.º 809/GR, de 30/05/2014, para compor a Comissão de Avaliação de Bens Móveis das contas que estavam pendentes, sendo que, na Reitoria, não existem, de acordo com o cronograma, bens adquiridos antes de 2010 para serem avaliados.

Com a descentralização das atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, por meio da Portaria n.º 1527/2013 de 16/10/2013, cada *campus* deve ser responsável pela observância das normas, e a unidade que apresenta bens nessa situação de avaliação é o *Campus* Boa Vista,

onde a comissão já foi instituída, porém não se pode confirmar a conclusão dos trabalhos. De qualquer maneira, considerando que não existe o módulo de reavaliação no Suap, não é possível efetuar os registros, ainda que os trabalhos tenham sido concluídos.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício de 2016, desde que informado nos sistemas de controle, permite atualizar o valor dos bens, seja por depreciação, seja por avaliação, tornando-se uma ferramenta de gestão imprescindível no que concerne à aquisição de novos bens, atualizando o valor do patrimônio das instituições.

6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Quanto à utilização de Sistema de Informações de Custos, esta Unidade Jurisdicionada ainda não implantou a sistemática de apuração dos custos por programas e unidades administrativas nem dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas.

A Unidade Jurisdicionada integra o Poder Executivo, porém a utilização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) está restrita, atualmente, aos servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da Administração Pública federal ou aos indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

Para uso do SIC, o servidor deve estar devidamente cadastrado e habilitado na área de suporte ao sistema na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como de posse da senha pessoal e intransferível vinculada a seu CPF. Além disso, sugere-se que qualquer usuário do SIC seja suficientemente capacitado para o seu uso adequado, o que ainda não ocorreu em nível dos institutos federais.

6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o art. 101 da Lei 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros demonstrativos.

As demonstrações contábeis do IFRR são realizadas por meio dos lançamentos registrados no Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do Governo Federal (Siafi) Operacional ou Web. Em relação ao exercício de 2016, as demonstrações disponíveis no Siafi Web são as seguintes: Balanço

Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa, que serão anexadas ao Relatório de Gestão.

As informações adicionais que explicam uma situação específica inerente a cada demonstração serão apresentadas em notas explicativas.

6.4.1 Nota Explicativa do Balanço Orçamentário

Considerando que o Instituto Federal de Roraima depende de recursos do Tesouro, não sendo um agente arrecadador, justifica-se o déficit orçamentário.

A receita própria realizada do IFRR provém de: 1. Receitas de Aluguel de espaços nos *campi*, tais como restaurante, auditório, salas para realização de concursos públicos; 2. Receitas de Serviços, como taxas de teste seletivo para ingresso no ensino médio/técnico, concursos públicos e emissão de 2ª via de documentos; 3. Outras Receitas Correntes como multas e juros de mora, receitas diversas e indenizações e restituições, que são os créditos decorrentes de reposição ao erário pelo servidor e as receitas sobre consignatárias de empréstimos.

Quanto ao quociente de execução da despesa, pode-se destacar que houve a execução de 82,02% do orçamento em 2016, sendo liquidados 86,46% em relação à despesa empenhada e pagos 99,66% da despesa liquidada.

6.4.2 Nota Explicativa do Balanço Financeiro

Levando em consideração que o Instituto Federal de Roraima é uma instituição de ensino e que não auferes recursos próprios, os ativos financeiros na apuração do Resultado Financeiro resultaram na soma de - R\$ 87.871,25 (menos oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), que é o resultado do saldo final subtraído do inicial do exercício de 2016. Esse resultado não necessariamente evidencia um desempenho insatisfatório da instituição, visto que tem de ser analisado em conjunto com o Balanço Patrimonial, podendo ser resultado de uma diminuição do endividamento público.

O Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro foi de 0,13. Como o cálculo é feito levando em consideração a arrecadação própria efetivada pela instituição de ensino e como esta não visa ao lucro, a arrecadação origina-se de pequenas taxas e valores de concursos, vestibulares e aluguéis.

O Quociente do Resultado Financeiro dos Saldos foi de 0,94 como resultado dos saldos das receitas orçamentárias para o exercício de 2017, subtraído do saldo em espécie do exercício

anterior. No entanto, como a instituição não dispõe de arrecadação, esse saldo não necessariamente mostra déficit.

6.4.3 Nota Explicativa do Balanço Patrimonial

Em análise ao Ativo da instituição o saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixas foi o valor recebido em 31/12/2016 para pagamento das obrigações comprometidas, quais sejam: Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo. O valor registrado em Demais Créditos e Valores a Curto Prazo refere-se a: 1. Adiantamento de 13.º Salário (R\$ 1.539.630,83) – Conforme verificação neste balanço e análise da conta, esse valor será baixado em 2017; 2. Adiantamento de férias que não tinha sido baixado em exercícios anteriores (R\$ 74.503,03). Quanto ao saldo da conta Estoques, pode-se destacar que não houve o envio do Relatório de Movimentação do Almoxarifado para a Contabilidade realizar a baixa por consumo e a consequente conciliação entre os controles. Portanto, a conta não representa o valor real de Estoques. Quanto aos bens móveis, o registro de depreciação só está ocorrendo no Siafi, e a redução ao valor recuperável refere-se à avaliação de um bem doado à instituição. Quanto ao Intangível, são *softwares* adquiridos no exercício de 2011 e, de acordo com informações dos técnicos de Tecnologia da Informação, estão em operação.

6.4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

No exercício de 2016, houve o ingresso de R\$ 138.044.341,54 e o desembolso de -R\$ 129.314.982,20, resultando no Fluxo de Caixa das Atividades das Operações no valor de R\$ 8.729.359,34, o qual, somado ao Fluxo das Atividades de Investimento (Aquisição de Ativo não Circulante) no valor de -R\$ 8.817.230,59, resultou na Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de -R\$ 87.871,25.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa de -R\$ 87.871,25, subtraída do Caixa Inicial, resultou em R\$ 1.375.693,65 para o próximo exercício.

O Fluxo das Atividades de Investimento (Aquisição de Ativo não Circulante) não resultou em redução na Geração Líquida de Caixa, apenas foi investido em Ativo não Circulante para as atividades-fim exercidas pela instituição.

6.4.5 Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	180.151,00	180.151,00	490.900,22	310.749,22
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	35.720,00	35.720,00	20.085,00	-15.635,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	35.720,00	35.720,00	20.085,00	-15.635,00
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	144.431,00	144.431,00	125.513,14	-18.917,86
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	141.535,00	141.535,00	125.251,25	-16.283,75
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	2.896,00	2.896,00	261,89	-2.634,11
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	345.302,08	345.302,08
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	345.302,08	345.302,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
20/02/2017

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	180.151,00	180.151,00	490.900,22	310.749,22
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	180.151,00	180.151,00	490.900,22	310.749,22
DÉFICIT	-	-	117.552.411,61	117.552.411,61
TOTAL	180.151,00	180.151,00	118.043.311,83	117.863.160,83
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	96.091.658,00	112.162.895,00	107.399.373,66	101.582.923,52	101.248.919,44	4.763.521,34
Pessoal e Encargos Sociais	69.692.596,00	84.356.062,00	81.629.879,51	81.592.365,64	81.592.365,64	2.726.182,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.399.062,00	27.806.833,00	25.769.494,15	19.990.557,88	19.656.553,80	2.037.338,85
DESPESAS DE CAPITAL	31.751.300,00	31.751.300,00	10.643.938,17	484.033,36	476.563,36	21.107.361,83
Investimentos	31.751.300,00	31.751.300,00	10.643.938,17	484.033,36	476.563,36	21.107.361,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	127.842.958,00	143.914.195,00	118.043.311,83	102.066.956,88	101.725.482,80	25.870.883,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 20/02/2017 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	127.842.958,00	143.914.195,00	118.043.311,83	102.066.956,88	101.725.482,80	25.870.883,17
TOTAL	127.842.958,00	143.914.195,00	118.043.311,83	102.066.956,88	101.725.482,80	25.870.883,17

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.180.486,39	7.674.340,16	5.078.732,42	4.912.104,94	1.657.454,94	3.285.266,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	57.014,40	33.547,82	33.547,82	23.466,58	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.180.486,39	7.617.325,76	5.045.184,60	4.878.557,12	1.633.988,36	3.285.266,67
DESPESAS DE CAPITAL	6.306.306,97	6.367.774,42	8.466.592,22	8.240.649,37	268.635,63	4.164.796,39
Investimentos	6.306.306,97	6.367.774,42	8.466.592,22	8.240.649,37	268.635,63	4.164.796,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.486.793,36	14.042.114,58	13.545.324,64	13.152.754,31	1.926.090,57	7.450.063,06

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	22.059,77	679.887,52	625.001,95	10.557,82	66.387,52
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.059,77	679.887,52	625.001,95	10.557,82	66.387,52
DESPESAS DE CAPITAL	-	100.017,86	100.017,86	-	-
Investimentos	-	100.017,86	100.017,86	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	22.059,77	779.905,38	725.019,81	10.557,82	66.387,52

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

O acompanhamento das determinações e das recomendações do TCU, bem como das recomendações do OCI, é realizado pela Auditoria Interna. Não há sistema informatizado de monitoramento implantado, porém o setor tem buscado adotar um.

No exercício de 2016, houve apenas um acórdão do TCU destinado à Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme segue:

Caracterização da Determinação/Recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
Processo TC 024.329/2015-0.	Acórdão n.º 1.006/2016	9.3	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas.				
Justificativa do não Cumprimento e Medidas Adotadas				
A Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima incluiu no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint 2017) a ação de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec.				

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INERNO

7.2.1 Recomendações do OCI Atendidas

Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Atendida		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Relatório n.º 201601466	2.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Diretoria de Gestão de Pessoas		

Descrição da Determinação/Recomendação		
Recomendação 2: Possibilitar aos servidores o acesso direto à informação, prestação ou solicitação, facilitado por meio da utilização de tecnologia da informação, em página da internet.		
Medidas Adotadas		
Já se encontram disponíveis na página institucional todas as portarias e boletins de serviços publicados, formulários, requerimentos e declarações, bem como as resoluções e algumas legislações da área de pessoal de modo que o servidor tenha o fácil e rápido acesso à informação.		

Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Atendida		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Relatório n.º 201601466	2.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Diretoria de Gestão de Pessoas		
Descrição da Determinação/Recomendação		
Recomendação 4: Fundamentar devidamente o parecer exarado pela Diretoria de Gestão de Pessoas acerca da acumulação lícita, ou não, bem como ser assinado por todos os participantes, visto que o modelo adotado se refere a Técnicos da DGP e ao Coordenador de Gestão de Pessoas do campo de lotação do interessado.		
Medidas Adotadas		
Como forma de melhor controle, a DGP, nos casos em que o servidor declara que acumula cargos, vem providenciando a formalização de processo, para posterior análise e emissão de parecer nos próprios autos.		

7.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento

Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
201108748–2ª Parte	4.1.3.2.	OFÍCIO n.º 22959/2011/CGURegional/RR/CGU-PR
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Diretoria de Administração e Planejamento do <i>Campus</i> Boa Vista		
Descrição da Determinação/Recomendação		
Com relação ao objeto desta constatação, ou seja, pagamento indevido de R\$ 35.960,97 na obra emergencial objeto do Processo n.º 23.229.000249/2010-26, o IFRR deverá tomar as medidas administrativas cabíveis para o ressarcimento desse valor.		
Justificativa do não Cumprimento e Medidas Adotadas		
Em 2011, o <i>Campus</i> Boa Vista providenciou a abertura do Processo n.º 23229.000242/2011-95 para devolução ao erário da quantia de R\$ 35.960,97 (trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) recomendada pela Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme Relatório n.º 201108748. Sendo assim, a empresa foi notificada a manifestar-se sobre a inconsistência detectada no relatório da CGU quanto à planilha da referida contratação. Em 24/10/2011, a empresa respondeu, por meio de documento enviado ao diretor-geral, a impossibilidade de devolução de valores. Contudo, observa-se que, no processo aberto para ressarcimento ao erário, ocorreram vários trâmites com o objetivo de apurar o valor da devolução ao erário, porém não foram concluídos os trabalhos da comissão nomeada para analisar e emitir parecer sobre os argumentos e os fatos apresentados pela		

empresa.		
Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Relatório nº: 201601466	1.1.1.2	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Diretoria de Gestão de Pessoas		
Descrição da Determinação/Recomendação		
<p>Recomendação 1: Criar regulamento interno para a gestão eficiente do CGU-PAD, que determine a inserção nesse sistema de todos processos abertos pelo IFRR, conforme Portaria CGU n. 1.043/2007.</p> <p>Recomendação 2: Criar rotina administrativa com a finalidade de monitorar a correta e tempestiva inserção de todos processos administrativos pertinentes no sistema CGUPAD.</p>		
Justificativa do não Cumprimento E Medidas Adotadas		
<p>A Diretoria de Gestão de Pessoas informa que, por meio da Portaria n.º 918/GR, de 18 de maio de 2016, e do Processo n.º 23231.000316.2016-59, foi elaborado o regulamento interno para a gestão eficiente do CGU-PAD, que já se encontra na secretaria do Consup para distribuição na próxima reunião ordinária, prevista para o início de março de 2017.</p> <p>Quanto à recomendação 2, após a aprovação do regulamento será providenciado o estabelecimento de rotinas administrativas, otimizando o monitoramento e a correta e tempestiva inserção e registro de todos os processos pertinentes no sistema CGUPAD.</p>		
Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Relatório n.º 201601466	2.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Diretoria de Gestão de Pessoas		
Descrição da Determinação/Recomendação		
<p>Recomendação 1: Elaborar manual de procedimentos que trate do regime disciplinar abrangendo deveres, proibições, acumulação, responsabilidades e penalidades de amplo conhecimento ao corpo técnico-administrativo e ao corpo docente, aprimorando a interatividade entre o servidor e a Diretoria de Gestão de Pessoas, no caso de acumulação de cargos.</p> <p>Recomendação 3: Aprimorar a Declaração de Acúmulo de Cargos e Empregos, apartando modelo de "Acúmulo" e de "Não Acúmulo de Cargos e Empregos", bem como inserir os campos: Siape e CPF.</p>		
Justificativa do não Cumprimento e Medidas Adotadas		
<p>A Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou ao Gabinete da Reitoria a designação de servidores para comporem uma comissão responsável por esse trabalho e sugeriu os nomes dos seguintes servidores: Adailton Paulo Bastos dos Reis Júnior – CBVZO (presidente); Hudson do Vale de Oliveira – CBVZO; Rahyane Sttfany Silva de Souza – CNP; Enilde Lopes Satelles – CBVZO; Pedrina de Souza Portal Figueiredo – CAM; Paulo Cesar Sampaio da Silva – CAB (representante da CPPD). Após a emissão da portaria, a DGP solicitou a abertura de processo para registro da execução dos trabalhos da comissão.</p>		
Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Relatório nº: 201601466	3.1.1.1	

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Pró-Reitoria de Administração		
Descrição da Determinação/Recomendação		
Recomendação 1 – Realizar planejamento e monitoramento dos recursos orçamentário financeiros utilizados nas ações de governo do IFRR de modo que não haja descompasso entre os recursos utilizados e os produtos realizados no final do exercício financeiro.		
Justificativa do não Cumprimento e Medidas Adotadas		
O IFRR, diante da recomendação constante no Relatório n.º 201601466 da CGU-RR, adotou várias medidas de planejamento e monitoramento dos recursos orçamentários nas ações de governo para minimizar o descompasso entre os recursos utilizados e as metas previstas. A instituição, no ato da elaboração da proposta orçamentária para 2017, realizou as ações de forma integrada com as pró-reitorias, com as diretorias sistêmicas e com os <i>campi</i> . Foram considerados os objetivos institucionais estabelecidos no PDI vigente e nas ações de governo constantes no PPA. A metodologia adotada, entre outras, foi o resultado obtido no exercício anterior e as reuniões setoriais, bem como as definições estabelecidas no Conif. Medidas pedagógicas: visitas às unidades gestoras para orientar e contribuir para a melhoria da execução orçamentária e conscientização dos gestores sobre a importância de seguir o planejamento estabelecido; apresentação dos resultados obtidos do exercício anterior como forma de demonstrar as falhas e os acertos e firmar o compromisso de um acompanhamento diário da execução financeira. Medidas Preventivas: treinamento para os responsáveis pela execução orçamentária das unidades gestoras, realizado pelo então Departamento de Orçamento da Reitoria, hoje Coordenação de Orçamento. Treinamento para os responsáveis pela execução financeira, realizado pelo Departamento de Finanças da Reitoria, e cursos de aperfeiçoamento ministrados por pessoas jurídicas. Medidas Corretivas: abertura de processos administrativos para apurar descumprimento contratual das contratadas que não entregaram ou não executaram o objeto, motivo este que eleva o índice de despesa empenhadas mas não liquidadas. Adoção de controle interno: reformulação do modelo de pedido de créditos as unidades gestoras ou demais setores da Reitoria. Esse novo modelo adotou a sistemática do pedido do crédito vinculado às metas e às ações constantes no Plano Anual de Trabalho. Redução de empenhos inscritos em restos a pagar. Monitoramento: realização de reuniões com as unidades gestoras, no mínimo uma vez por mês, para apresentação parcial da execução do orçamento. Utilização dos sistemas do “Tesouro Gerencial” para monitorar o gasto, além do acompanhamento pelo relatório quadrimestral das unidades gestoras. Os resultados ainda estão tímidos, por exemplo, em 2016, na Ação ‘4572 - Capacitação de Servidores Públicos’, a meta física prevista era de 160 servidores capacitados, com a dotação de R\$ 2.224.920,00. Fechado o exercício, a meta chegou a 229 servidores capacitados, utilizando-se de R\$ 1.874.760,11; representando 84% da dotação atualizada e 143% da meta prevista. (Fonte: Simec/2017) .		
Caracterização da Recomendação do Órgão de Controle Interno Pendente de Atendimento		
Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Relatório n.º 201601466	4.1.1.1	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Coordenação Geral do Pronatec		
Descrição da Determinação/Recomendação		
Recomendação 1: Criar mecanismos de controle que permitam verificar a realização do acompanhamento pedagógico do corpo discente.		
Justificativa do não Cumprimento e Medidas Adotadas		
A instituição tem como premissa a oferta de cursos de qualidade. Dessa forma, sendo os alunos do Pronatec também alunos do IFRR, possuem as mesmas prerrogativas dos demais estudantes dos <i>campi</i> . Portanto, o corpo administrativo e pedagógico de servidores e prestadores de serviços do Pronatec está a serviços dos alunos do Pronatec também. Entendendo que a educação está em constante construção/reconstrução, numa contínua relação dialógica, o IFRR está implementando a avaliação, que é realizada por todos os bolsistas do programa: aluno, professor, supervisor, orientador, apoio às atividades acadêmicas e administrativas e coordenador adjunto. A avaliação divide-se em Autoavaliação e Avaliação da Coordenação Adjunta. A Autoavaliação consiste na avaliação do próprio bolsista sobre o seu desempenho no programa; A Avaliação da Coordenação Adjunta consiste na avaliação do coordenador sobre o		

desempenho do bolsista no programa. O coordenador adjunto avalia cada bolsista com os mesmos quesitos da Autoavaliação. Para Freire (1996), ser dialógico implica “tornar-se ético para uma verdadeira dialogicidade”, faz parte da natureza humana e supõe uma escolha política entre as pessoas, que, unidas, compartilham de um mesmo sonho, de uma mesma utopia, de interesse comum para que juntas possam construir uma sociedade justa e igualitária. Implica a luta pela restauração dos direitos roubados, pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação. Lomar (2007), com base nos estudos de Freire, salienta que, por meio do diálogo, o homem ultrapassa sua condição de objeto e realiza-se plenamente como sujeito crítico diante dos condicionamentos sociais, culturais, econômicos, entre outros, porém, consciente de suas possibilidades como ser histórico, fazedor ativo de seu destino. Para Gicoreano (2008), o aluno também precisa reconstruir seu papel como estudante: o aluno, de receptor e passivo, deve passar a ser sujeito ativo e consciente de sua aprendizagem, que interage com seu professor na construção de seu saber. Precisa ir, buscar, perceber e descobrir. Tem de assumir e ter um compromisso com seu aprendizado e acreditar que a escola é importante para sua formação, consciente que aprender demanda muito esforço e dedicação. Por conseguinte, como forma de receber o *feedback* de quem utiliza os serviços do IFRR/Pronatec, a instituição está elaborando avaliação para que o aluno, ator e principal agente de mudança, possa contribuir para o aprimoramento do Pronatec no que diz respeito à prestação de serviço pedagógico-administrativo, pois atualmente ele avalia somente o professor. Com o feedback dos alunos e autoavaliação da equipe acerca dos pontos importantes referentes ao acompanhamento pedagógico e ao processo de ensino-aprendizagem, a gestão do Pronatec/IFRR pode repensar e discutir as ações a serem aperfeiçoadas ou as novas ações que serão implementadas, tendo como objetivo principal a melhoria da aprendizagem, buscando processos permanentes de retroalimentação do acompanhamento pedagógico. Assim, ousa-se citar Gatti, quando afirma que “Toda Avaliação Educacional tem por objetivo trazer elementos para novas ações, intervenções, mudanças de rumo, busca de alternativas, tomadas de decisões ou para reafirmar caminhos tomados, quem sabe acrescentando algo (GATTI, 2008)”.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANO AO ERÁRIO

Os controles relacionados à apuração e à minimização de ocorrências de ilícitos administrativos são estabelecidos pelas áreas estratégicas do IFRR ensino, pesquisa e extensão; desenvolvimento institucional; e gestão de pessoas – concentradas na Reitoria, mas aplicadas nas nos *campi*, que são os responsáveis pela execução dessas políticas. As medidas adotadas para identificar os riscos e os controles internos instituídos estão discriminados no item 5.4 deste relatório, que contribui para a realização de objetivos organizacionais e minimiza a ocorrência de ilícitos.

No exercício de 2016, não houve tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU. Na ocasião de ocorrência de dano ao erário, o procedimento é instaurado em cada unidade do IFRR: Reitoria, *Campi* Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari, Novo Paraíso e Avançado do Bonfim, conforme segue:

a) Reitoria

No âmbito da Reitoria, não foram abertos processos de apuração de dano ao erário no exercício de 2016. Há processos abertos em 2015, instaurados para identificar a existência e a quantificação do dano, mas ainda não foram finalizados.

b) *Campus* Boa Vista

No exercício de 2016, não foram abertos processos de apuração de dano ao erário. Contudo,

em 2016, foi adotada providência no processo abaixo, referente ao Relatório n.º 201108748–2ª Parte, conforme segue:

Processo	Assunto	Providência
Proc. 23229.000242.2011-95	Restituição de valor referente a serviços de reforma elétrica em que foi constatado o superfaturamento na ordem de R\$ 35.960,97.	Em 2011, o <i>Campus</i> Boa Vista providenciou a abertura do Processo n.º 23229.000242/2011-95 para devolução ao erário da quantia de R\$ 35.960,97 (trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), recomendada pela Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme o Relatório n.º 201108748. Sendo assim, a empresa foi notificada a manifestar-se sobre a inconsistência detectada no relatório da CGU quanto à planilha da referida contratação. Em 24/10/2011, a empresa respondeu, por meio de documento enviado ao direto-geral da unidade, que não havia possibilidade de devolução de valores. Contudo, observa-se que, no processo aberto para ressarcimento ao erário, ocorreram vários trâmites com o objetivo de apurar o valor da devolução ao erário, porém não foram concluídos os trabalhos da comissão nomeada para analisar e emitir parecer sobre os argumentos e fatos apresentados pela empresa.

c) *Campus* Boa Vista Zona Oeste

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste, não houve registro de caso de dano ao erário para fins de medidas administrativas internas no exercício de 2016.

d) *Campus* Amajari

No exercício de 2016, foram realizadas ações administrativas, conforme o Processo n.º 23254.000082.2016-81, para sanar e apurar responsabilidade da empresa que deixou de executar o contrato por motivos financeiros.

As medidas para a apuração de responsabilidade de empresas são efetivadas mediante processos administrativos, com tramitação no Departamento de Administração do *campus*. As apurações são feitas após o recebimento da informação dos fiscais nomeados, os quais, por meio de notificações, solicitam a abertura de processos.

e) *Campus* Novo Paraíso

No *Campus* Novo Paraíso, não houve caso de medida administrativa para apuração de responsabilidade por dano ao erário no exercício de 2016.

f) *Campus* Avançado do Bonfim

Não houve a necessidade de apurar responsabilidade por dano ao erário em 2016, no âmbito da unidade.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5.º DA LEI 8.666/1993

O Decreto n.º 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, estabelece o cronograma mensal de desembolso (financeiro) para o exercício de 2016 no Poder Executivo. Esse valor limite é destinado ao custeio das despesas do próprio Ministério da Educação e de seus órgãos e unidades orçamentárias, entre os quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) figura como autarquia.

Posto isso, para que a instituição possa realizar pagamentos de despesas liquidadas, precisa aguardar as liberações de recursos financeiros pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Setec/MEC. No exercício de 2016, a periodicidade dos repasses foi de uma vez por mês e, salvo raras exceções, em tempo maior. As liberações de recursos financeiros para o exercício de 2016, conforme citado neste documento, foram realizadas de forma parcial, sendo que, em média, os recebimentos (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) corresponderam de 40% a 60% do montante das despesas liquidadas a pagar.

As liberações de recursos, além de serem realizadas de forma parcial, são acompanhadas de orientações de pagamento obrigatório de algumas despesas tais como água, energia, assistência estudantil, além das despesas discricionárias (que normalmente são as despesas relativas aos contratos de serviços, compra de materiais, equipamentos e execução de obras). Em razão da situação exposta, o IFRR fica impossibilitado de garantir o cumprimento, na SUA totalidade, do cronograma determinado pelo Decreto n.º 8.670/16.

É importante frisar que a questão de liberação parcial de recursos financeiros do governo federal, por meio da SPO/Setec/MEC, não se restringe ao IFRR. Essa situação atinge todo o Poder Executivo Federal. Por fim, destaca-se que o efetivo cumprimento do cronograma determinado pela Lei n.º 8.666/93, no âmbito do IFRR, poderá ocorrer (sem prejuízo ao funcionamento dos serviços essenciais) a partir da normalização das liberações de recursos financeiros por parte do governo federal.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não houve, no âmbito da Reitoria do Instituto Federal de Roraima, revisão de nenhum contrato de empresas que tenham sido beneficiadas com desoneração da folha de pagamento pelo Plano Brasil Maior.

Os *Campi* Amajari, Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste realizaram um levantamento, em que ficou constatado que, nos contratos celebrados, não houve empresas beneficiadas.

Os contratos realizados após a vigência do benefício, foram revisados no momento da licitação, onde foi apresentado a proposta de preço.

Entre os contratos vigentes no *Campus* Novo Paraíso, apenas a empresa responsável pela construção do Almoarifado é beneficiada pela Lei n.º 12.546/2011, que altera a incidência das contribuições previdenciárias. No entanto, não há necessidade de revisão do contrato, no que tange a esse item, uma vez que, na composição dos custos da obra, a empresa já apresentou a alíquota reduzida da contribuição previdenciária sobre a renda bruta.

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 114 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	-	-	-
Legal	12.363.2031.20RL.0014	R\$ 123.000,00	R\$ 14.491,71
Mercadológica	-	-	-
Utilidade Pública	-	-	-

Fonte: Siafi

Despesas com ações de publicidade e propaganda, conforme o Decreto n.º 6.555, de 8/9/2008, alterado pelo Decreto n.º 7379, de 1.º de dezembro de 2010, tais como revistas, *folders*, cartazes, *banners*, *outdoors*, entre outros, adquiridos/contratados pelo IFRR durante o exercício de 2016, não são consideradas de caráter publicitário por não atenderem aos requisitos da definição contida no inciso I, II, III e IV do art. 3.º da IN n.º 7/2014.

Portanto, o IFRR apresentou somente despesas com publicidade legal, destinadas a dar conhecimento de editais, extrato de contratos, decisões, avisos e informações, tendo em vista atender às determinações legais.

Os valores pagos face ao volume empenhado apresenta uma distorção porque a Imprensa Nacional, órgão responsável pelas publicações do DOU, ainda não enviou todas as faturas do exercício para pagamento das despesas geradas, o que forçou a inscrição em Restos a Pagar.

As medidas adotadas para evitar que a Imprensa Nacional atrasasse o envio das faturas foram o envio de comunicação e ligação telefônica direta para o órgão, porém, segundo este, nada podia ser feito.

7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Serão relatadas, no quadro abaixo, informações sobre o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória, em atendimento ao art. 3.º do Decreto 5.626/2005.

Quadro 115 – Demonstração de Cumprimento do art. 3.º do Decreto 5.626/2005 pelo IFRR

Cursos de Graduação que Devem Ofertar Libras como Disciplina Obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3.º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Análise e Desenvolvimento de Sistema	91909	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos
Aquicultura	1363992	Amajari	A disciplina é ofertada de forma optativa.	-
Ciências Biológicas	1151328	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura-em-ciencias-biologicas
Educação Física	85402	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos
Gestão de Turismo	57722	Boa Vista	A disciplina é ofertada de forma optativa.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/Tecnologia-em-Gestao-de-Turismo
Gestão Hospitalar	91907	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/tecnologia-em-gestao-hospitalar
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica	111510	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/Licenciatura-em-Letras-Espanhol-e-Literatura-Hispanica
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica (a distância)	1175171	N/A	O curso oferta a disciplina de Libras.	-
Matemática	1152312	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura-em-matematica
Saneamento Ambiental	113557	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/tecnologia-em-saneamento-ambiental

Fonte: Proen, e-MEC

A disciplina de Libras é ofertada de forma optativa aos discentes dos cursos superiores Tecnológico em Aquicultura e Gestão de Turismo, ou seja, o aluno não é obrigado a cursá-la. Nos demais cursos, a oferta da disciplina Libras é feita de forma regular. Segue quadro abaixo com o detalhamento da oferta de Libras por curso.

Quadro 116 – Detalhamento da Oferta da Disciplina Libras por Curso

Cursos de Graduação	Matriz	Modalidade de Oferta	Código da Disciplina no Registro Acadêmico	Nome Atribuído à Disciplina	Carga Horária	Período da Oferta
Análise e Desenvolvimento de Sistema		-	-	-	-	-
Aquicultura	-	-	-	-	-	-
Ciências Biológicas	2011	Presencial	LI	Libras	60	4.º período
	2015		CLCB.56	Libras	40	8.º período
Educação Física	2007	Presencial	CSLPEF.060	Libras	40	7.º período
	2015		CSLPEF.060	Libras	40	7.º período
Educação Física 2ª Licenc. – Parfor	2010	Presencial	2ºLEF.038	Libras	30	4.º período
Educação Física 1.ª Licenc. – Parfor	2011	Presencial	Parfor.109	Alternativas de comunicação: Libras/Braille	50	7.º período
	2013					
Gestão de Turismo	-	-	-	-	-	-
Gestão Hospitalar	2015	Presencial	Libras	Libras	50	3.º Período
Letras-Espanhol e Literatura Hispânica	2007	Presencial	LPLEL.048	Comunicação Inclusiva: Língua Brasileira de Sinais	80	8.º período
	2010		LELH.059	Língua Brasileira de Sinais	60	8.º período
	2015		CLELH.30	Libras	60	4.º período
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica	2011	EaD	EAD.76	Língua Brasileira de Sinais	60	8.º período
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica 2ª Licenciatura – Parfor	2010	Presencial	Parfor.55	Libras	40	2.º período
Letras-Espanhol e Literatura Hispânica 1ª Licenciatura – Parfor	2012	Presencial	LELH.059	Língua Brasileira de Sinais	60	8.º período
Matemática	2011	Presencial	LIB24	Libras	50	4.º período
	2015		CLM.24	Libras Básica	40	4.º período
Saneamento Ambiental	2010	Presencial	Libras	Língua Brasileira de Sinais	30	6.º período

Fonte: Proen

8 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

8.1 RELATÓRIO DA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Conforme informado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, segue o Relatório Anual emitido pelo Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

a) Relatório de Procedimentos Instaurados: 01

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima		
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas		0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		1
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23231000088201617	18/05/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

b) Relatório de Procedimentos em Indiciamento/Citação: 0

c) Relatório de Procedimentos encaminhados para Julgamento: 0

d) Relatório de Procedimentos Julgados: 5

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	1
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	5

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23229000185201578	07/03/2016	Sindicância 'Servidor Temporário' (artigo 10 Lei 8.745/93)
23231000245201422	15/04/2016	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23231000437201439	29/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23231000441201405	22/01/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23231000450201498	05/01/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

- e) Relatório de Procedimentos Anulados Administrativamente : 0
- f) Relatório de Procedimentos Anulados Judicialmente: 0
- g) Relatório de Procedimentos em Revisão: 0
- h) Relatório de Procedimentos em Reconsideração/Recurso Hierárquico: 0
- i) Relatório de Procedimentos em Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico: 0
- j) Relatório de Procedimentos em Avocação/Requisição pela CGU: 0
- k) Relatório de Procedimentos em Decisão Revisão do Processo: 0

8.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

8.2.1 Integridade e Completude das Informações dos Contratos e Convênios nos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, Marcele Marília Costa de Brito, CPF n.º 900.257.762-15, Diretora de Administração na Reitoria do IFRR, declaro, perante os órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados, no exercício de 2016, por esta unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg.

Boa Vista-RR, 13 de março de 2017.

Marcele Marília Costa de Brito
CPF 900.257.762-15
Diretora de Administração/Reitoria-IFRR

DECLARAÇÃO

Eu, Tatiane Cristina de Jesus, CPF n.º 714.515.792-68, Diretora de Orçamento na Reitoria do IFRR, declaro, perante os órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados, até o exercício de 2016, por esta unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme estabelece a LDO 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Boa Vista-RR, 13 de março de 2017.

Tatiane Cristina de Jesus
CPF 714.515.792-68
Diretora de Orçamento/Reitoria-IFRR

8.2.2 Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaramos, perante os órgãos de controle interno e externo, que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac) para fins de registro no Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e o art. 2.º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Boa Vista-RR, 13 de março de 2017.

Jadinéa Leandro Leite
Diretora de Gestão de Pessoas-IFRR
Portaria n.º 1.931/GR, de 31/10/2016
CPF 027.884.254-22

8.2.3 Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas

DECLARAÇÃO

Declaramos, perante os órgãos de controle interno e externo, que o IFRR solicitou dos servidores obrigados pela Lei 8.730/1993 a disponibilizar suas declarações de bens e rendas à Diretoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e de outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Boa Vista-RR, 13 de março de 2017.

Jadinéa Leandro Leite
Diretora de Gestão de Pessoas-IFRR
Portaria n.º 1.931/GR, de 31/10/2016
CPF 027.884.254-22

8.2.4 Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

O IFRR, na condição de unidade orçamentária, não é responsável pelo registro das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) nem sobre o monitoramento do PPA relativamente a programas, indicadores, objetivos, metas e empreendimento individualizado como iniciativa. No âmbito do Ministério da Educação, a unidade orçamentária é responsável pelo registro de informações no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), que trata do orçamento e do monitoramento das propostas *on-line* do governo federal na área da educação.

8.2.5 Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis do Siafi

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação Completa (UPC)	Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	158152
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que ora apresenta este Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à:</p> <p>Situação patrimonial, pois os registros de depreciação lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) não estão sendo lançados em Controles Patrimoniais. Quanto à avaliação dos bens móveis e conforme o cronograma da Macrofunção – 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual Siafi, as contas referentes ao prazo máximo de 2012 foram avaliadas, mas não lançadas em Controles Patrimoniais por pendência de implantação do módulo no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), utilizado pela instituição. As contas referentes ao prazo máximo de 2013 não foram avaliadas, considerando o número reduzido de servidores para compor a comissão para a</p>	

realização dos trabalhos de avaliação de bens móveis. A conta Estoques não reflete a situação real, pois os saldos não foram conciliados, haja vista o não envio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) por parte de quatro unidades, com exceção da Reitoria, que enviou tanto o RMA quanto o RBM (Relatório de Bens Móveis) ao Departamento de Contabilidade e Finanças para conciliação, mas ficou na pendência de verificar as divergências.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Boa Vista	Data	17/2/2017
Contador Responsável	Geórgia Marcelly Gomes Matias	CRC n.º	668/O-0-RR

8.2.6 Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

O processo de verificação de conformidade contábil se dá em dois níveis: Órgão e Unidade Gestoras, em que estas são subordinadas àquele:

UG	Instância Responsável e Executora no Siafi
158152	Reitoria (Órgão: 26437)
158350	<i>Campus</i> Boa Vista
158351	<i>Campus</i> Novo Paraíso
158352	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
158510	<i>Campus</i> Amajari

As atividades de execução orçamentária, financeira e contábil do *Campus* Avançado do Bonfim foram realizadas pelo *Campus* Boa Vista e posteriormente pela Reitoria no exercício de 2016. A observância relacionada à segregação de função no processo de registro de conformidade tem sido atendida na medida do possível, por causa da limitação de servidores, principalmente nos *campi* do interior.

As ocorrências registradas no exercício de 2016 foram as seguintes:

Restrição	Títulos	UG	Quantidade
302	Não envio do Relatório Mensal de Almoxarifado (RMA) e do Relatório de Bens Móveis (RBM) para a Contabilidade realizar a conciliação	158152	1
		158350	12
		158351	12
		158352	5
		158510	5
315	Falta de Registro de Conformidade de Gestão no Siafi, mas documentação foi conferida	158152	1
		158351	5
		158352	5
		158510	5
603	Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA	158152	7
		158350	1
		158352	7
		158510	3
640	Saldo contábil de bens móveis não	158152	11

	confere com RMB	158352	2
645	Outros – Ativo Permanente	158350	2
651	Falta ou inconsistência no registro do contrato	158152	1
674	Saldo Along/Indev. contas transitórias – Passivo Circulante (ob cancelada)	158152	2
		158350	3
		158351	3
		158510	3
696	Controles de credores apresentando saldo superior ao percentual estabelecido	158350	2

Entre as ocorrências citadas, a mais recorrente é o não envio do Relatório Mensal de Almoxarifado e do Relatório de Bens Móveis pelas Coordenações de Almoxarifado e Patrimônio das unidades do IFRR. O registro dos bens móveis já pode ser lançado no controle de patrimônio no Suap, mas não foi informado o motivo do não envio por parte dos responsáveis.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRR – EXERCÍCIO 2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA



RESOLUÇÃO N.º 289/CONSELHO SUPERIOR, de 27 de março de 2017.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – IFRR, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator constante do Processo n.º 23231.000099.2017-88 e a decisão do colegiado tomada em sessão plenária realizada no dia 27 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, relativo ao exercício 2016.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 27 de março de 2017.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente